



D I Á R I O

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE JANEIRO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos F. de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa de vários diplomas.

Após o Sr. Presidente ter proferido algumas palavras sobre o falecimento da Prof. Doutora Laura Ayres, o Sr. Deputado Macário Correia (PSD) procedeu à leitura do voto n.º 5/VI, de pesar, subscrito por todos os partidos, que foi aprovado, tendo, no final, a Câmara guardado um minuto de silêncio.

Em declaração política, a Sr.^a Deputada Lourdes Hespanhol (PCP) criticou a política educativa do Governo e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Coelho e Carlos Lélis (PSD).

Em declaração política, a Sr.^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes) teceu considerações acerca do papel do Provedor de Justiça.

Em declaração política, o Sr. Deputado Almeida Santos (PS) analisou o actual momento político decorrente das últimas eleições legislativas e felicitou o Presidente da República pela passagem do 1.º ano do seu segundo mandato, tendo depois respondido a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Pacheco Pereira (PSD), Nogueira de Brito (CDS), Luís Sá (PCP), Silva Marques e Costa Andrade (PSD).

O Sr. Deputado Rui Salvada (PSD) abordou a problemática do trabalho infantil.

O Sr. Deputado Capoulas Santos (PS) referiu-se aos problemas sociais e económicos com que se debate a região alentejana.

Ordem do dia. — A Câmara apreciou o pedido de inquérito parlamentar n.º 1/VI (Os Verdes) — Apuramento de responsabilidades quanto à decisão e ao processo de vazamento da albufeira do Maranhão, bem como quanto às suas consequências económicas, sociais e ambientais, designadamente na região que envolve os municípios de Avis e Mora. Intervieram, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais (António Taveira), os Srs. Deputados André Martins (Os Verdes), João Maçãs (PSD), Lino de Carvalho (PCP), Isabel Castro (Os Verdes), José Sócrates (PS), Manuel Queiró (CDS), Mário Tomé (Indep.), Macário Correia (PSD), Mário Maciel (PSD), Narana Coissoró (CDS) e João Corregedor da Fonseca (Indep.).

Entretanto, foi aprovado um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos relativo à substituição de três deputados do PSD.

Procedeu-se à eleição dos representantes dos grupos parlamentares no Conselho Nacional de Educação, de dois membros para o Conselho Superior da Defesa Nacional, do presidente do Conselho Nacional de Educação, do presidente do Conselho Económico e Social e do Provedor de Justiça, tendo sido proclamados eleitos os candidatos propostos.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Sousa e Silva.
Adérito Manuel Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António Barbosa de Melo.
António do Carmo Branco Malveiro.
António de Carvalho Martins.
António Esteves Morgado.
António Fernandes de Sá e Abreu.
António Germano de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Barradas Leitão.
António Manuel Fernandes Alves.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva Moreira.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Alberto Lopes Pereira.
Carlos Almeida Figuciredo.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.
Cecília Pita Catarino.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos Duarte Lima.
Duarte Rogério Matos V. Pacheco.
Domingos José Soares Lima
Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.
Elói Franklin Fernandes Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Carlos Branco M. Andrade.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José Roque Correia Afonso.
Fernando dos Reis Condesso.
Filipe Manuel da Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco Bernardino Silva.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Isilda Maria Pires Martins.
Jaime Gomes Milhomens.
João Alberto Granja Silva.
João Alvaro Poças Santos.
João Domingos Abreu Salgado.
João Granja da Fonseca.
João José Pedreira de Matos.
João José da Silva Maçãs.
João do Lago V. Mota.
João Maria Leitão de Oliveira Martins.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.

Joaquim Maria Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José de Almeida Cesário.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Ângelo Correia.
José António Peixoto Lima.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José Fortunato Freitas Costa Silva.
José Guilherme Reis Leite.
José Leal Ferreira Piedade.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leite Machado.
José Macário Custódio Correia.
José Manuel Borregana Meireles.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Gaspar.
José Mário Lemos Damião.
José de Oliveira Costa.
Luís António Carrilho da Cunha.
Luís António Martins.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel Antero da Cunha Pinto.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Azevedo.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria da Conceição Pereira.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Fernanda dos Santos Antunes.
Maria Leonor Beleza Mendonça Tavares.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Margarida de Sousa.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Márlia Dulce Coelho Pires Morgado Raimundo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário de Oliveira Santos.
Melchior Ribeiro Pereira Moreira.
Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
Nuno Francisco F. Délerue Alvim de Matos.
Pedro Domingos de Sousa e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Fernando da Silva Rio.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
Simão José Ricon Peres.
Telmo José Moreno.
Vasco Francisco Miguel.
Virgílio de Oliveira Carneiro.
Vítor Manuel Igreja Raposo.
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Bernardes Costa.

Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques e Silva.
 Américo Albino Salteiro.
 Ana Maria Dias Bettencourt.
 António de Almeida Santos.
 António Alves Marques Júnior.
 António Alves Martinho.
 António Domingos Azcvedo.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro Marques da Silva.
 António da Silva Braga.
 Armando António Martins Vara.
 Artur Percira dos Penedos.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Luís.
 Edite Fátima Marreiros Estrela.
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Percira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Manuel Costa.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Fernando Percira Marques.
 Guilherme Valdemar P. Oliveira Martins.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Maria Lemos de Mences Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Américo Fialho Anastácio.
 Jorge Lacão Costa.
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.
 José Almeida Leitão.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manucl Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Rodrigues Percira dos Penedos.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Piedade Nunes Henriques.
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.
 Leonor Coutinho Percira dos Santos.
 Luís Filipe Nascimento Madcira.
 Luís Manuel Capoulas Santos.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio.
 Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Reis Moraes.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Viana de Sá.
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.

Octávio Augusto Teixeira.
Centro Democrático Social (CDS):
 Casimiro da Silva Tavares.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Quciró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira e Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.
 Mário António Baptista Tomé.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: projectos de lei n.º 43/VI (PCP) — Criação do Instituto do Imigrante, baixou às 3.ª e 4.ª Comissões; 44/VI (deputado do PSD João Poças Santos) — Criação da freguesia de Carris de Alcobaça, baixou à 6.ª Comissão; 45/VI (PS) — Tribunal da Relação do Algarve, baixou à 3.ª Comissão; 46/VI (PCP) — Garante aos idosos o acesso aos transportes públicos, baixou à 3.ª Comissão; 47/VI (deputado do PSN Manuel Sérgio) — Sobre actualização das pensões mínimas de invalidez, velhice e de sobrevivência, baixou à 10.ª Comissão; 48/VI (PCP) — Bases de um plano de educação ambiental, baixou à 8.ª Comissão; 49/VI (PCP) — Altera a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei n.º 10/87, de 4 de Abril), baixou à 6.ª Comissão; 50/VI (PCP) — Responsabilidade pela falta ou prestação deficiente de serviços, baixou à 10.ª Comissão; 51/VI (PCP) — Condições mínimas exigidas aos navios que transportem mercadorias perigosas ou poluentes embaladas em águas da zona económica exclusiva portuguesa, baixou às 6.ª e 10.ª Comissões; projecto de resolução n.º 4/VI (PCP) — Promove a realização da Convenção sobre o Ambiente e Desenvolvimento, no âmbito da Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, Junho de 1992).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, informo a Câmara de que quando tive conhecimento do passamento da Sr.º Prof. Doutora Laura Ayres, hoje de manhã, enviei à família enlutada um telegrama de pêsames, em meu nome pessoal e da Assembleia da República, salientando o eminente trabalho de cientista da Doutora Laura Ayres, o seu exemplar testemunho de cidadã e o devoto serviço que soube prestar aos doentes actuais e virtuais da SIDA.

Entretanto, soube que o Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde, o Sr. Deputado Macário Correia, quer apresentar à Assembleia um voto, subscrito por todos os partidos, que já deu entrada na Mesa e está neste momento a ser distribuído.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente; Srs. Deputados: No Parlamento há ocasiões em que os acontecimentos estão acima das divergências partidárias. É nesse sentido que, em contacto com colegas de todas as bancadas, entendemos por bem manifestar esse nosso pesar através do texto e do voto que aqui me cumpre, em nome de todos, apresentar.

O voto é do seguinte teor:

Hoje, pela manhã, o País foi abalado com a triste e trágica notícia da morte da Sr.^a Professora Laura Ayres.

Ela simbolizou em Portugal o rosto da luta contra o flagelo da SIDA, ao longo de vários anos, e foi pioneira de importantes trabalhos técnicos e científicos realizados entre nós.

Dedicou toda a sua vida à saúde pública numa preocupação permanente pelo bem comum.

Acometida de doença súbita, há algumas semanas atrás, travou uma luta difícil no leito do Hospital de São José que, contra a nossa expectativa e a nossa vontade, teve o seu desfecho privando-nos do seu convívio.

O seu exemplo, o seu saber e a sua experiência ficaram, porém, ao serviço dos Portugueses e da política de saúde pública.

Também aqui, na Assembleia da República, ela colaborou diversas vezes com comissões parlamentares e com deputados, designadamente nas áreas da saúde e da juventude, prestando sempre contributos valiosos e da maior utilidade.

Assim, neste momento de dor, a Assembleia da República apresenta sentidas condolências aos familiares e amigos da Sr.^a Professora Laura Ayres e presta homenagem ao seu exemplo e à sua memória.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, na sequência desta deliberação farei juntar ao telegrama o voto expedido.

Entretanto, peço à Câmara que guarde um minuto de silêncio em memória da Sr.^a Prof. Doutora Laura Ayres.

A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.

Srs. Deputados, de acordo com a agenda dos nossos trabalhos, entre as 16 e as 18 horas, na sala D. Maria, haverá eleições para o Provedor de Justiça, o Conselho Superior de Defesa Nacional, o presidente do Conselho Nacional de Educação, os representantes da Assembleia da República no Conselho Nacional de Educação e o presidente do Conselho Económico e Social.

Para o desenrolar das mesmas foram nomeados escrutinadores, conforme dispõe o artigo 27º, n.^º 2, alínea b) do Regimento, os Srs. Vice-Secretários eleitos, os Srs. Deputados Belarmino Correia, José Reis, Alberto Araújo e Conceição Rodrigues.

O Sr. Deputado Filipe Abreu inscreveu-se para que eleito?

O Sr. Filipe Abreu (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Abreu (PSD): — Sr. Presidente, esta é uma interpelação à Mesa dentro do espírito e da letra do Regimento porque se refere à condução dos trabalhos, ao funcionamento do Plenário, à dignidade desta Casa, do Parlamento Português.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa: Na terça-feira passada, dia 14, no período de antes da ordem do dia, estava V. Ex.^a a presidir aos trabalhos, tive oportunidade de proferir uma intervenção sobre o Algarve versando a vida política e referindo-me a obras importantes que estão em curso ou vão ser lançadas naquela região.

Tudo decorreu — penso eu — sem qualquer incidente e dentro da maior normalidade. No entanto, ao fim da tarde fui confrontado com uma pretensa nota informativa, em papel timbrado da Assembleia, que foi enviada a todos os órgãos de informação da região, e que, por ser muito curta e significativa, lerei muito rapidamente.

É do seguinte teor:

Um deputado do PSD pelo Algarve, que parece dar pelo nome de Abreu, poluiu o Plenário da Assembleia da República, no dia 14 de Janeiro de 1992, com uma fala cuja terminologia, insinuações e injúrias explícitas retiraram aos deputados do Partido Socialista, por decro e respeito pela luta democrática, a possibilidade de responderem aos assuntos com interesse para o Algarve que a dita fala utilizou como pretexto para a poluição. O silêncio é a nossa resposta, e desta forma prestamos conta aos algarvios.

Esta pretensa nota informativa está assinada pelos deputados do PS pelo Algarve Luís Filipe Madeira, Fialho Anastácio e José Apolinário.

Tendo em atenção o que expus, quero formalizar uma questão a V. Ex.^a e à Mesa — até para que fique registado em acta — e assim repor a verdade sobre tudo o que aconteceu na última sessão plenária, porque está em causa a dignidade do funcionamento da Assembleia e a própria direcção dos trabalhos parlamentares.

Sr. Presidente e Srs. Membros da Mesa, houve algum incidente antes, durante ou após a minha intervenção? Teria V. Ex.^a, Sr. Presidente, recusado a qualquer Sr. Deputado a possibilidade de intervir para contra-argumentar, pedir explicações ou, inclusivamente, usando o seu direito regimental, defender a consideração ou a honra?

Recurso-me a fazer, nesta interpelação à Mesa, qualquer comentário a esta pretensa nota informativa apresentada em papel timbrado da Assembleia da República, porque a dignidade do Parlamento não me permite. Defende-se a honra do Parlamento pela verdade do seu funcionamento e pelo debate de ideias, e não pela chicana política.

Peço, pois, a V. Ex.^a que informe a Câmara e os órgãos de comunicação social sobre o sucedido na última sessão plenária.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Filipe Abreu, a uma pergunta formal, uma resposta formal: o Presidente da Assembleia da República e a Mesa não têm de dar qualquer informação aos Srs. Deputados sobre o que aqui ocorreu em sessões anteriores; sugiro que VV. Ex.^a leiam o Diário da Assembleia da República!

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, vamos entrar no período das declarações políticas.

Para o efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Lourdes Hespanhol.

A Sr.^a Lourdes Hespanhol (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar de um longo e injustificável silêncio do Ministro da Educação, perante a Assembleia da República e perante o País, sobre os graves problemas do sistema educativo e as linhas da sua ação futura, os responsáveis do Ministério da Educação vieram à Comissão de Educação, Ciência e Cultura prestar esclarecimentos acerca do seu desempenho futuro. O balanço é decepcionante e ao mesmo tempo preocupante. As intenções manifestadas pelo Ministro da Educação, no âmbito das poucas questões que abordou, das muitas que lhe foram colocadas, bastaram, contudo, para ampliar o leque de preocupações do PCP no que respeita à educação e à política educativa.

Elegeu o Ministro da Educação a continuação da reforma educativa como uma das questões prioritárias em matéria de política educativa e pôr em vigor os novos *curricula* em todas as escolas nos 5.^º, 7.^º e 10.^º anos de escolaridade. E nós perguntamos de que forma, com que garantias, vai avançar a reforma?

Relembreamos que se tomarmos à letra as palavras do Ministro da Educação, «continuar a reforma educativa» será colocar novamente a comunidade escolar face a uma reforma que tem avançado de forma desordenada, por peças separadas, sem rigor nem clareza de fomento quanto às etapas de concepção/experimentação/generalização das inovações a introduzir. Mas é bom que tornemos esta afirmação mais clara com alguns exemplos.

Procedeu-se à revisão e início de experimentação de alguns novos programas enquanto outros permanecem por rever; à experimentação dos novos programas sem a experimentação do novo sistema de avaliação dos alunos; à concretização de alguns aspectos dos novos planos curriculares sem a concretização de outros; à generalização dos novos planos curriculares no 1.^º ciclo do ensino básico, sem que se conheça a avaliação de «experiência» a que foram submetidos.

Esta pseudo-reforma processa-se ainda sem que esteja em vias de concretização a gratuitidade real dos nove anos do ensino básico obrigatório; sem que hajam substanciais melhorias das condições de trabalho nas escolas a nível de espaços, número de alunos por turma ou equipamentos didáticos.

Convém mesmo lembrar que, na alteração orçamental aprovada em Dezembro último pelo PSD e pelo PSN, foram totalmente suprimidos programas de investimentos no montante de mais de 1 milhão de contos, afectando, designadamente, a educação especial, os incentivos da expansão da rede escolar dos ensinos básico e secundário, as intervenções de emergência, a recuperação de edifícios de valor patrimonial e os equipamentos educativos.

Acresce a tudo isto que o Ministério não cumpriu os compromissos assumidos com cerca de duas dezenas de escolas dos ensinos básico e secundário no âmbito de um concurso financiado pelo PRODEP e que se destinava a equipar estas escolas com centros de recursos.

Estas medidas de sentido negativo não ajudam a «pôr a reforma no terreno», ao contrário, tornam-na cada vez menos possível.

Para falar de reforma educativa é imprescindível falar de professores, e também aqui pouco caminho se

percorreu: 27 disposições do Estatuto da Carreira Docente estão por regulamentar; ainda não foi criado um sistema de formação contínua de professores e, depois de ouvirmos o Ministro da Educação, ficámos com dúvidas sobre se vai ser criado.

O Sr. Ministro acha que «falar de formação contínua de professores é insultar os professores». Será que os professores também pensam assim?

Será que o Sr. Ministro desconhece os diferentes tipos de formação consignados na lei portuguesa e a necessidade de assegurar uma formação de qualidade para todos os professores?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Importa ainda falar do recente despacho sobre avaliação dos alunos do ensino básico obrigatório que, ao eliminar a expressão pública do insucesso escolar traduzida nas reprovações, não é factor de sucesso escolar enquanto verificação de efectivas aprendizagens pelos alunos, e pode mesmo vir a promover, em formas mais extensas do que as conhecidas até hoje, o fracasso dos alunos e o do sistema educativo.

O novo sistema de avaliação pode ser visto como uma peça fundamental de uma estratégia política que visa assegurar, antecipadamente, o êxito burocrático da reforma educativa sem ter de promover o seu êxito social efectivo e o sucesso escolar efectivo dos estudantes.

Outras preocupações que se podem arregimentar nesta linha de insucesso educativo encapotado têm a ver com o ensino profissional, que tem vindo a pôr em causa a efectiva frequência da escolaridade obrigatória por muitos jovens. Importa clarificar que o PCP considera positivo o desenvolvimento de um sistema não formal de ensino em Portugal, mas critica a efectiva desresponsabilização do Ministério da Educação no que respeita ao controlo das condições pedagógicas em que são ministrados estes cursos.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — O problema do insucesso escolar é de tal forma preocupante que o Ministro da Educação elegeu este tema para o dossier a discutir com os outros Ministros da Educação dos países da CEE durante a presidência portuguesa.

As formas de combate ao insucesso têm sido protagonizadas por programas que visam atenuar alguns dos factores que o provocam. No entanto, no distrito de Setúbal, foi drasticamente reduzido um plano de apoio alimentar no âmbito de um plano de emergência que apoiava, só no concelho de Almada, 2200 alunos, distribuídos por 40 escolas.

Esta redução de apoio traduziu-se no encerramento das cantinas escolares e trouxe, como consequência, muitos casos de abandono escolar. Como foi avaliada esta situação? Que medidas foram tomadas?

Este e outros problemas surgem porque não há um acompanhamento correcto das situações em concreto, porque não há, ainda, o objectivo de concretizar a escolaridade obrigatória com igualdade de oportunidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A vinda do Ministro da Educação à Assembleia da República veio confirmar que a educação pré-escolar foi, efectivamente, desvalorizada e colocada em paralelo com o subsídio dos livros ou com a bolsa de estudos para apoiar as famílias.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Bem lembrado!

A Oradora: — Como é possível que, num país integrado numa comunidade de Estados em que a média de taxas de cobertura de educação pré-escolar ronda os 85 %, essa taxa se fique pelos 30 % e não sejam tomadas quaisquer medidas no sentido de corrigir esta assimetria?

Há quatro anos que não saem portarias de criação de lugares de jardins-de-infância da rede pública. Isto a acontecer iria pôr à disposição das crianças 700 lugares docentes, o que corresponderia a mais 17 500 crianças no jardim-de-infância.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também os problemas financeiros das universidades públicas são um testemunho da profunda crise em que o sistema educativo português se encontra mergulhado. Ainda mais grave, porém, do que a natureza e a dimensão do actual desequilíbrio financeiro das universidades é o facto de essa situação decorrer de uma deliberada política governamental de asfixia do ensino superior público, com o objectivo de impor a crescente privatização desse grau de ensino.

Tal política teve expressão clara nas dotações insuficientes do Orçamento do Estado e do PIDDAC para 1991 e ainda nos cortes introduzidos no PIDDAC pelo chamado «orçamento rectificativo».

O PCP, ao mesmo tempo que sublinha a necessidade de ser alterado o actual sistema de financiamento público do ensino superior, de ser feito o aproveitamento de reservas de eficiência e da capacidade existentes e, sobretudo, de serem aumentadas de modo significativo as dotações para o ensino superior público, alerta para eventuais medidas do Governo, num sentido contrário à democratização da educação e do ensino.

O anunciado aumento brutal de propinas para a frequência do ensino superior está a causar justificação preocupaçao à grande maioria dos estudantes e suas famílias.

O Governo de há muito tem vindo a procurar ganhar apoios para a aplicação desse aumento, apresentando-o hipocritamente — imagine-se! — como uma medida de justiça social.

Importa desmentir firmemente esta ideia! Mesmo admitindo como verdade que alguns estudantes poderiam suportar os aumentos brutais de propinas que se anunciam, não é menos verdade que a grande maioria não está em condições de os suportar, como demonstra a enorme contestação estudantil aos anunciados aumentos.

O ensino superior público, apesar de ter propinas de montante actualmente reduzido, está longe de ser gratuito. Frequentá-lo implica despesas avultadas para estudantes que, na sua maioria, dependem exclusivamente de rendimentos familiares. As despesas elevadas em material didáctico juntam-se, para milhares de estudantes, as inerentes à deslocação para longe das suas residências, em alimentação e em alojamento, o que representa, por vezes, largas dezenas de contos por mês.

O Governo, que é tão expedito em afirmar a inadequação do montante das propinas, não diz uma palavra quanto à inadequação escandalosa do regime de apoio social, com um reduzido número de residências e com bolsas de estudo irrisórias e pagas tarde e a más horas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — O que pretende o Governo não é aumentar a justiça no acesso ao ensino superior, mas restringir a sua frequência apenas aos que podem pagar os elevados montantes de propinas que pretende impor. Em

vez de investir no ensino superior público, o Governo prefere fazer impor a lógica das universidades privadas, cuja criação incentiva. Em vez de financiar, como lhe compete, o ensino superior público, o Governo prefere que sejam os estudantes e as suas famílias a fazê-lo.

Guardei para o fim algumas questões relacionadas com os professores.

Como se pode falar de modernidade quando apresentamos, em matéria tão importante como a valorização da carreira docente, os níveis mais baixos da Europa?

Acresce a este facto o estranho rigor financeiro do Ministério da Educação que não cumpre a legislação que ele próprio produziu em matéria de revalorização material das carreiras docentes. Refiro-me ao Decreto-Lei n.º 409/89, cujo articulado determina um descongelamento de escalões no presente mês de Janeiro, que está a ser impedido por circulares das Direcções Regionais de Educação ou do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

O Sr. António Filipe (PCP): — É um escândalo!

A Oradora: — Os professores ficam assim a saber, com confirmação do Ministro, que não há pagamentos referentes aos descongelamentos de Janeiro de 1992 antes de Abril.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Ora aí está!

A Oradora: — E quanto aos professores provisórios com vínculo? O que lhes vai acontecer nesta «roda de qualidade e de modernidade»? Ficam ou saem do sistema?

A isto o Ministro respondeu com um despacho que nem tanto pouco resolve todos os problemas dos licenciados sem habilitação profissional.

E os de habilitação suficiente que lecionam há 10, 15 anos e que são mais de 400, vinculados ao Ministério da Educação? Fazem ou não falta para satisfazer as necessidades do sistema? O PCP afirma que enquanto não houver uma definição clara das carreiras, uma revisão de legislação em matéria de habilitações, um estudo aprofundado das necessidades em termos de professores, toda e qualquer medida que seja tomada é falível, porque destituída de fundamento!

Falar de política educativa é também falar dos professores aposentados ou próximo da aposentação, que exigem e têm direito a que se cumpra o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 409/89 (aposentação pelo escalão seguinte até 31 de Dezembro de 1991, e que se proceda à actualização imediata de todas as pensões em ordem a igualá-las às dos professores no activo).

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não pode a Assembleia da República ficar indiferente perante tão graves problemas que afectam o sistema educativo e perante a irresponsabilidade que o Governo tem vindo a demonstrar. Impõe-se, de uma vez por todas, que se assuma a educação como prioridade, não apenas em palavras, mas também e, sobretudo, em actos.

Aplausos do PCP e dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Mário Tomé.

O Sr. Presidente: — Inscreram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Carlos Coelho e Carlos Lélis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr.ª Deputada Lourdes Hespanhol, a sua intervenção teve dois destinatários e, em bom rigor, nós não somos nem um nem outro. O primeiro destinatário foi o PS, que anunciou uma interpelação parlamentar ao Governo sobre política educativa, que já está agendada para a próxima quinta-feira, dia 23 de Janeiro, ou seja, de hoje a oito dias. Ora, o que a Sr.ª Deputada e o PCP tentaram fazer hoje foi antecipar essa interpelação do PS, ao ter colocado aqui um conjunto volumoso de problemas, que, aliás, já tinham feito na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

Assim sendo, compreenderá que, por respeito não apenas por uma figura regimental nobre — a interpelação — como também pelo maior partido da oposição, iremos reservar o essencial do debate para essa interpelação, recusando este atritosinho entre o PCP e o PS.

Vamos, pois, deixar que esse pequeno diferendo seja gerido entre as vossas duas bancadas parlamentares, porque a maioria é, de facto, alheia a esse pequeno pormenor.

No entanto, não creio, Sr.ª Deputada, que o PCP e V. Ex.ª tivessem ganho muito com esta manobra de antecipação, nomeadamente no que diz respeito ao desafio que coloca ao segundo destinatário da sua intervenção, que é, sem dúvida, o Sr. Ministro da Educação.

A Sr.ª Deputada Lourdes Hespanhol acusa o Sr. Ministro da Educação de se manter em silêncio perante a Assembleia da República, o que não é rigorosamente verdade. Com efeito, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura solicitou a vinda do Sr. Ministro à Assembleia, na última semana de trabalhos parlamentares, em Dezembro. Mas, como o Sr. Ministro não teve possibilidade de o fazer nessa altura, veio na 1.ª semana de Janeiro, aquando do início dos trabalhos parlamentares.

A Sr.ª Deputada é da opinião que isto traduz um silêncio indefensável do Governo? Ou que é legítimo a Assembleia obrigar os membros do Governo a virem aqui na semana, no dia, na hora e no momento em que a Sr.ª Deputada deseje?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Julgo que isto não é razoável, assim como também não o é pensar-se que a relação entre a Assembleia e o Governo se deve cingir a essas regras.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A Assembleia deve pedir o diálogo com o Governo e o Governo não deve recusá-lo, o que manifestamente não aconteceu neste caso. Não creio que o atraso de uma semana — o que, em tempo útil, acabou por ser um pouco mais, porque a Assembleia, e não o Governo, esteve «fechada» durante as férias do Natal — dê legitimidade à sua acusação.

Em segundo lugar, a Sr.ª Deputada começou por, desde já, criticar o Ministro da Educação. Julgo que a oposição tem o direito de criticar, mas recordo-lhe que, na legislatura anterior, o Sr. Deputado António Barreto, em representação do PS, usou uma técnica muito mais subtil, que foi a de, no início da legislatura, ter dado o benefício da dúvida e, no fim, ter criticado a avaliação do desempenho do Sr. Ministro da Educação. Nós não concordámos com a avaliação que ele fez no fim mas não deixámos de reconhecer que essa técnica — a de, no início, conceder o benefício da dúvida —, pelo menos, dava maior credibilidade às críticas da oposição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O PCP continua fiel a si próprio e manifestamente não é esse o estilo que a Sr.ª Deputada pretende seguir.

Para terminar, quero dizer-lhe que houve um pormenor na sua intervenção que me deixou perplexo e confundido, pelo que gostaria que me esclarecesse. V. Ex.ª defendeu uma alteração do financiamento do sistema de ensino, nomeadamente do ensino superior, dizendo, no entanto, mais à frente que era contra o aumento das propinas. Sr.ª Deputada, satisfaça a nossa curiosidade e diga-nos como é que pretende então fazer a alteração do financiamento do sistema educativo.

(O orador reviu.)

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lélis.

O Sr. Carlos Lélis (PSD): — Sr.ª Deputada Lourdes Hespanhol, aquilo que é óbvio não carece de repetição. Por isso, alguns dos meus pedidos de esclarecimento seriam repetitivos em relação àquilo que acaba de dizer o meu companheiro Carlos Coelho.

No entanto, há uma pergunta que quero fazer e que, inclusivamente, coloco a mim próprio: será que estivemos ambos na mesma reunião de trabalho, no último dia 10, quando aqui veio o Sr. Ministro da Educação? É que tanto eu como a Sr.ª Deputada estivemos lá e ambos o ouvimos, mas hoje V. Ex.ª fez a observação de que o Sr. Ministro teria insultado os professores ao não considerar necessária essa formação contínua.

Sr.ª Deputada, é conhecida a afirmação de um crítico de que se lhe dessem duas linhas, fosse qual fosse o escritor, ele certamente fá-lo-ia enfocar. Ora, aqui não se trata de enfocamentos mas de insultos, insultos referidos pela Sr.ª Deputada como tendo sido proferidos pelo mesmo Ministro que fez as declarações que ouvi, que a Sr.ª Deputada ouviu e que a nossa Comissão pode acompanhar no decurso dos seus trabalhos.

V. Ex.ª esqueceu-se apenas de referir os comentários seguintes do Sr. Ministro, que constam da acta e da gravação, quando ele disse que os professores, eles sim, eram uma classe altamente qualificada. Essa declaração pertence à mesma reunião e ao mesmo Ministro.

Além do mais, a interpelação da próxima quinta-feira vai permitir-nos alargar esses problemas, pelo que estarei atento à acta, para transcrição atenta, se necessário.

Sr.ª Deputada Lourdes Hespanhol, sem querer magoá-la, pergunto-lhe: qual a necessidade das suas afirmações de hoje? Teria sido por receio de falta de tempo na interpelação, o tal tempo que sempre nos falta? Se foi por isso, muito bem, Sr.ª Deputada, comprehendo o seu receio. Ou seria por o interlocutor se encontrar hoje ausente, o que torna mais difícil contestar as suas afirmações?

Eu tentaria contestar, como se estivesse na fonte. Na ausência do interlocutor, eu, e a Sr.ª Deputada por certo com um pouco mais de cuidado, não faria afirmações no sentido de que alguém teria proferido ofensas e insultos quando facilmente toda essa acusação poderia ser desmontada. O insulto aqui proferido na ausência do Sr. Ministro não terá partido com certeza da professora,

que a Sr.^a Deputada também é, mas, sim, de uma deputada que o fez no exercício das suas funções. Por isso mesmo, escuso-me a fazer-lhe qualquer acusação.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontram-se a assistir à sessão os alunos do Externato Frei Luís de Sousa e das Escolas Secundárias de Caneças e de Anória, acompanhados pelos seus professores, para os quais peço a vossa habitual saudação.

Aplausos geral.

Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Lourdes Hespanhol.

A Sr.^a Lourdes Hespanhol (PCP): — Quero agradecer aos Srs. Deputados da bancada do PSD as perguntas que me colocaram:

Compreendo que VV. Ex.^{as} queiram desculpar o Sr. Ministro e a sua equipa por, na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, não terem sido capazes de dar resposta a algumas das questões af colocadas. Inclusivamente, acredito que os Srs. Deputados até talvez tivessem conseguido responder melhor que o Sr. Ministro. Compreendo o vosso embaraço e, daí, o facto de não terem colocado questões importantes à minha declaração política, optando antes pelo refúgio em questões marginais. E chamo de questão marginal, por exemplo, aquela que foi levantada pelo Sr. Deputado Carlos Lélis, relativamente à formação contínua de professores.

O Sr. Ministro diz que os professores são altamente qualificados, porque têm grande bagagem e que se devem sentir insultados quando falamos de formação contínua. E o que é que os professores vêm exigindo todos os dias e em todas as reuniões que têm connosco em encontros na Comissão de Educação, Ciência e Cultura? É um facto, ou não, que os professores exigem e querem formação contínua? E como é que os professores se adaptam a uma nova reforma se não tiverem uma formação contínua, actualizada e de qualidade?

Sr. Deputado Carlos Cocilho, a primeira questão que V. Ex.^a coloca acerca de uma pretensa disputa entre o PCP e o PS é destituída de qualquer fundamento. Os senhores deviam, isso sim, ser gratos ao PCP por ele ter colocado aqui questões tão pertinentes que carecem de urgente resposta. E é precisamente aqui, no Plenário da Assembleia da República, que estas questões têm de ser abordadas, porque é daqui que elas saem lá para fora, para o público. E nós colocámos-as, não só porque elas interessam ao País, mas também porque, sendo os Srs. Deputados, tal como nós, eleitos pelas populações, estão aqui para defender essas mesmas populações, as crianças, os pais, a comunidade educativa, a escola, a reforma e todo o sistema de ensino em Portugal, para que melhor se coloquem perante os desafios do momento presente.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A eleição, hoje mesmo, de um novo Provedor de Justiça por esta Assembleia é para nós, Partido Ecologista Os Verdes, motivo de reflexão e análise

retrospectiva daquilo que foi a sua prática anterior, prática entendida como funcionamento de um órgão do Estado, prática enquanto acção personificada, prática enquanto resultante de relacionamento institucional.

Em relação à primeira questão, o Provedor de Justiça é, nos termos da Constituição, um órgão do Estado que, tendo por principal função a defesa e promoção dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos, assegura, através de meios informais, a justiça e a legalidade do exercício dos poderes públicos, com competência para dirigir recomendações com vista à correcção de actos ilegais ou injustos e promover a divulgação do conteúdo e significação de cada um dos direitos e liberdades fundamentais e poder para, no exercício das suas funções, efectuar visitas de inspecção a todo e qualquer sector de actividade da Administração e proceder a todas as investigações que considere necessárias para a prossecução dos seus fins.

Assim sendo, o Provedor é, deve ser e de algum modo conseguiu ser uma espécie de consciência crítica do poder instituído, um órgão de recurso dos que nele buscam informação, apoio ou aplicação da justiça.

Assim o entendemos nós e assim o entenderam também todos os muitos cidadãos que, a título individual ou colectivo, à sua acção interventora recorreram, tornando óbvia a existência não só de uma intolerável lentidão, onerosidade e inexplicável burocracia da administração da justiça em Portugal, mas também de um significativo aumento de situações de arbitrariedade, injustiça e abuso, na base das quais as queixas se constituíram, abrangendo áreas extremamente diversificadas.

Áreas que, da defesa da igualdade sexual no acesso ao emprego, à defesa dos consumidores, à isenção da comunicação social e ao ambiente, traduzem um universo cada vez mais amplo e complexificado, a que terão de corresponder necessariamente soluções específicas.

Se este foi o âmbito da intervenção do órgão, no quadro da cooperação e complementaridade institucional, na sua prática também gostaríamos de nos deter. Uma prática que, porque viva e fortemente intervém, não pode deixar de ser associada a quem nos últimos tempos tem protagonizado e a quem, ao assumir uma louvável atitude de independência face ao poder, recusou a pacatez de emblemática figura de Estado e se empenhou em dar conteúdo, que não meramente formal, à figura do Provedor, ousando questionar, problematizar e incomodar a Administração, as instituições e o poder e enfrentando, por isso mesmo, os mais diversos obstáculos, os quais, se no caso mais polémico dos comandos assumiram particular gravidade, são obstáculos que têm sido sistematicamente visíveis no exercício da actividade do Provedor de Justiça, não obstante a singularidade de quem ocupa o lugar.

No fundo, trata-se hoje de questionar frontalmente se a morosidade, os entraves ou a obstaculização são ou não o resultado de uma não autêntica capacidade de aceitação por parte dos demais poderes públicos da razão de ser e da intervenção em concreto do Provedor de Justiça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Manter a confiança que práticas anteriores geraram, dar corpo à esperança que os cidadãos investem, recusar o ostracismo e ser meio, e não fim encerrado em si mesmo, é sem dúvida um desafio difícil. Ao novo Provedor que hoje for eleito desejamos que o consiga vencer.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ardia eu na curiosidade de saber até que ponto esta segunda maioria absoluta viria a traduzir-se num abrandamento do pendor autoritário da primeira ou, pelo contrário, no seu reforço. Mas, como já não são consentidas dúvidas, retomo as minhas preocupações.

Já sei que me vão dizer que o eleitorado as não sufragou e que, por este andar, corro o risco de ficar a falar sozinho. Não scria a primeira vez. No já longo transcurso da minha vida, não raro me senti desacompanhado na defesa de princípios e valores que acabaram por conquistar indiferentes e adversários. Contra estes acessos de patriotismo cautelar não me imuniza sequer o facto de todos os dias, ao passar em frente do Centro Cultural de Belém, irresistivelmente me sentir ou julgar em Marraquexe!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Na anterior legislatura fiz-me eco de algumas premonições. Julguci ver desenhado o risco de uma excessiva concentração do poder num só órgão de soberania e, dentro deste, numa só vontade. Usei mesmo uma qualificação de choque: eram detectáveis sintomas de «cesarismo democrático».

Uma voz do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Os factos supervenientes viriam a decorrer em conformidade; o regime cada vez mais descentrado; o Parlamento cada vez mais diminuído; a maioria parlamentar cada vez mais chancelar; os seus deputados cada vez mais funcionalizados; o Governo cada vez menos colegial; o Primeiro-Ministro cada vez menos um *primus inter pares* e cada vez mais um *primus et unus*; o poder cada vez menos participado; os grupos intermédios cada vez mais desvitalizados; a informação cada vez mais dirigida; o culto da personalidade cada vez mais exponenciado; o Estado cada vez mais um aparato.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Vieram as eleições presidenciais e foi o que se viu. Que de pouco valiam! Para quê patrocinar um candidato? Importantes eram as eleições para deputados, mas viu-se depois que nem essas. Importante mesmo era a escolha de um Primeiro-Ministro.

Que prestígio sobrou para os futuros legisladores do reino?

Vieram assim as últimas eleições como que a legitimar de facto a inversão da pirâmide do poder que tive oportunidade de denunciar: o legislativo fiscalizado pelo Executivo, com menosprezo da arquitectura constitucional, a Assembleia secundarizada pelo Governo e as oposições parlamentares marginalizadas através do desprezo sistemático das suas razões.

Após eleições, não há sinais de arrepios estratégico.

Para começar, a maioria sujeitou até agora o Parlamento a um *low profile* suporíscero. É cada vez mais difícil, no Plenário, esconjurar o sono. No único intervalo presumivelmente lúcido, coincidente com a discussão do Programa do Governo, o Primeiro-Ministro fez detonar uma bombinha na Sala: o espectro de uma minirrevisão constitucional antecipada.

Fê-lo com preclusão de algumas elementaridades: não há minirrevisões, pois todas são potencialmente maxi; era descabido e desproporcional reabrir *in totum* um processo de revisão intercalar, e as poucas alterações à lei eleitoral que em seu entender a justificavam haviam já sido formalmente rejeitadas pelo PS. De novo, só o tom cominatório e ameaçador da proposta. Mas já se viu que os socialistas não são assustadiços.

O Primeiro-Ministro conseguiu assim o que queria à custa do que não queria: desviar as atenções do programa e dos reais problemas do País, deixando depois cair a revisão.

A proposta de lei relativa à empresa pública de televisão aconselha-nos também a deixar toda a esperança à porta do purgatório político que vai voltar a ser esta nova legislatura. O pouco que muda é para que tudo continue na mesma. Mantém-se a fachada pluralista, salvaguarda-se zelosamente o interior monocrático. Compreende-se: uma estrutura de poder em substância tendencialmente unipessoal precisa de uma televisão cooperante.

No fundo, um decepcionante «ora bolas» para aqueles que não vêm razão para distinguir, em termos de eficácia, nomeações feitas discricionariamente pela tutela governamental ou por gestores públicos sujeitos a essa mesma tutela!

Depois, algumas perplexidades: aberto o capital da nova sociedade à subscrição privada, que salvaguarda para a alteração das circunstâncias em que os candidatos à exploração de canais privados fundaram as propostas por si apresentadas, ou seja, a decisão de contratar? Como neutralizar esse atropelo ao princípio da concorrência leal? Ou será que o Governo procura nessa potencial abertura da televisão pública ao capital privado o instrumento que lhe falta para aquietar o actual concorrente privado que vai ficar de fora?

E como conciliar o princípio da independência da televisão pública em face do poder político com a livre nomeação pelo Governo ou outras entidades públicas dos gestores da nova sociedade anónima, em cujos poderes se inclui o de nomearem e, pior do que isso, demitirem os directores de informação e programação?

E como conciliar o mesmo princípio com o direito de voto dos governos regionais sobre a nomeação dos directores regionais, com competências que se projectam no âmbito do respeito por aquele princípio?

E como conciliar esse voto com o facto de a definição dos poderes das regiões constituir reserva de estatuto regional, sujeita, por isso, a normas especiais de competência e de processo?

E como encaixar a emissão de parecer prévio pelo Ministro da República nas mesmas exigências constitucionais, no perfil do respectivo órgão e na definição das respectivas competências?

E como compatibilizar a exclusiva responsabilidade dos directores de informação e programação pelo conteúdo destas com as competências dos directores regionais e a paridade de estatuto entre estes e aqueles?

E como conjugar o princípio da especialidade das empresas titulares de órgãos de informação geral com o facto de a nova sociedade poder participar, inclusive em posição de domínio, no capital de outras sociedades, qualquer que seja o seu objecto social?

E como conciliar a proibição constitucional de apoio discriminatório às empresas titulares de órgãos de informação geral com o facto de a indemnização compensatória a pagar pelo Estado ser fixada unilateralmente

pelo Governo, em termos que podem ser tão discriminatórios quanto se queira? Será que o Governo encara de antemão as futuras televisões privadas como o inimigo a abater?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E que dizer de um conselho de opinião que traz apenas às suas apreciações a inocuidade da água bacteriologicamente pura?

Já que estou com pendor para perguntas incómodas, aí vai mais uma: será que o Governo considera revogado — e, em caso afirmativo, diga-me porquê — o n.º 3 do artigo 8.º do Estatuto da Oposição, que reconhece aos partidos políticos representados nesta Assembleia «o direito de participarem na superintendência e controlo dos órgãos de informação pertencentes ao Estado»?

Isto para já não falar da tão avara definição do serviço público de televisão que, lida a proposta, fica a saber-se tanto sobre ele como do sistema reprodutivo dos protozoários!...

Risos do PS.

Como se vê, a proposta é constitucionalmente irrespeitosa, além de constituir a mais clara demonstração de que este Governo entra disposto a expropriar a última résua de esperança dos que dele esperavam um arrepiar de caminho na sua marcha inexorável para o reforço do poder monocrático e personalizado.

Ele há ainda vozes desgarradas de protesto. Um ilustre deputado, em escrito recente, rotulava o regime como «autoritário de fachada democrática». E um outro sagaz analista político — que até nem morre de amores pelas oposições — escreveu, no último fim-de-semana, que «o Governo pretende obviamente continuar a ser uma espécie de União Nacional» e que «o Doutor Cavaco matou finalmente a política». Estamos todos mortos!...

Não estão em causa a legitimidade da actual maioria nem, em abstracto, as vantagens ligadas à ocorrência de maiorias absolutas. O que está em causa é tão-só o facto de esta concreta maioria tão desabusadamente se servir de o ser para neutralizar os mecanismos constitucionais do seu próprio controlo. Já ficou pelo caminho a eficácia da fiscalização parlamentar. Permanecem em compasso de espera importantes instrumentos de participação democrática. Continuam a aguardar aplicação, por recusa de regulamentação do Governo, importantes diplomas, com o só «desfeito» de serem incômodos. A problemática europeia continua coutada do Governo e instrumento de glorificação pessoal, apesar de nela se jogar, cada vez mais, o nosso destino colectivo.

Junte-se a isto, sem sair da amostra, a inconstitucionalidade por omissão relativa às regiões administrativas, o congelamento da ação popular, da administração aberta, das garantias dos administrados e dos contribuintes e a extinção da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, bem como a extinção da comissão instaladora do Museu da Resistência e da República (também esse não resistiu), e fica-se a saber que a música é outra e a dança também o há-de ser.

Ainda assim, e até há pouco, apesar de neutralizado o legislativo por recondução à unidade com o Executivo, era mantida incólume a magistratura presidencial. Mas, agora que o seu mandato é, por exigência constitucional, o último, agora que o partido maioritário quer afastar,

incômodo da separação dos poderes, por recondução a um, pessoalíssimo e só, o actual Presidente da República passou a ser um estorvo e a ter desfítes.

A mensagem que enviou a esta Assembleia, no exercício de um poder constitucional irretorquível, pode mesmo encontrar resposta irrespeitosa e subalterna. Teve essa e tem agora a que o novo estatuto da RTP no fundo é.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A sua mensagem de Ano Novo, ao pôr o dedo em algumas feridas, pôs também a vibrar os tantos da reacção oficial.

O recado está dado: ou o Presidente se «americaniza» — no sentido de passar a ser mais Américo, não mais americano! —...

Risos do PS e do PCP:

... ou acaba o estado de graça. Na concepção do actual Primeiro-Ministro, o espaço político português não é capocira para dois galos: que o Presidente da República se remeta a uma romântica «magistratura de influência» enquanto o Primeiro-Ministro faz as pontes e as estradas!

É esta — estejamos certos — a próxima batalha pela unificação do poder. Pois quero eu felicitar o Presidente da República pela passagem do 1.º ano do seu 2.º mandado e por continuar a fazer da sua magistratura, como fez da sua vida, um referencial dos valores da liberdade, da democracia e da justiça social e um baluarte da defesa dos direitos do homem.

Aplausos do PS.

E quero dizer ao Governo que continuo irremissivelmente fechado à troca de direitos por betão armado.

Norberto Bobio escreveu algures que «o pessimismo é hoje um dever cívico», não como convite à resignação e ao derrotismo, mas porque só um pessimismo de raiz pode provocar algum estremecimento nos que se não dão conta de que os mais belos sonhos podem degenerar nas maiores catástrofes.

Creio no futuro da democracia portuguesa. Vislumbro-a mais livre, mais aberta e mais participada, se soubermos defendê-la do risco de se tornar, cada vez mais, fictícia e unipessoal. Foi o que tentei fazer!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Pacheco Pereira, Nogueira de Brito, Luís Sá, Silva Marques e Costa Andrade.

Antes, porém, de passar a palavra ao primeiro dos indicados Srs. Deputados, informo a Câmara de que os finalistas do 2.º curso de licenciatura em Administração Pública da Universidade de Macau quiseram ter a gentileza de apresentar cumprimentos ao Presidente da Assembleia da República e encontraram-se agora na galeria situada à esquerda da Mesa. A eles prestamos a nossa homenagem.

Aplausos gerais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Santos: É sempre com muito gosto que tenho ciclicamente de nos referir às intervenções do

Sr. Deputado Almeida Santos, embora cada vez tenhamos mais dificuldade em dizer alguma coisa sobre elas, porque, como os seus temas, as suas questões, a sua mecânica e, nalguns aspectos, as suas metáforas e o seu estilo são idênticos, temos muita dificuldade em encontrar perguntas novas a fazer. Serei, por isso, escasso no meu pedido de esclarecimento.

Quero desde já apontar um pormenor que não diz respeito apenas à intervenção do Sr. Deputado Almeida Santos. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que gostaria talvez de o ter visto há pouco, quando desceu da tribuna por este lado, observar a interessante coreografia do Grupo Parlamentar do Partido Socialista no momento em que gradualmente se iam levantando para aplaudir a sua intervenção...

Risos do PSD.

... e até que ponto essa coreografia do levantar e sentar, a ordem do levantar e a sucessão desse mesmo levantar, nos dizem tanto sobre o nosso interlocutor político.

Risos do PSD.

Descemos sinceramente que a mais curto prazo todos os deputados do Partido Socialista se levantem, depois da intervenção do Sr. Deputado Almeida Santos, ao mesmo tempo e com idêntica convicção.

Risos do PSD.

Protestos do PS.

Os Srs. Deputados do Partido Socialista estão com pouco humor. Não pretendo tirar nenhuma conclusão sobre essa coreografia que não seja, evidentemente, justificada por outra coreografia, essa bem mais séria, que todos os dias aparece nos jornais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Devo, pois, dizer ao Sr. Deputado Almeida Santos que tenho imensa dificuldade em lhe colocar alguma questão que não tenha já levantado, porque desde 1987, na primeira intervenção que fez duas ou três semanas depois de o PSD ter alcançado uma maioria absoluta, que o Sr. Deputado nos vem ciclicamente dizendo as mesmas coisas. Reconheço que são preocupações do Sr. Deputado Almeida Santos. Estimamos ouvi-las, mas, infelizmente, temos pouco a dizer-lhe que não tenhamos já dito. Não vale, pois, a pena perdermos muito tempo com isso.

Uma voz do PS: — Não perceba!

O Orador: — Quero apenas fazer-lhe a seguinte pergunta concreta: as afirmações do Sr. Deputado Almeida Santos sobre a lei eleitoral significam a resposta oficial do Partido Socialista à proposta do Partido Social-Democrata sobre essa matéria? Sim ou não?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, havendo mais oradores inscritos para pedir esclarecimentos, V. Ex.⁴ deseja responder já ou no fim?

O Sr. Almeida Santos (PS): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Santos: Os elogios já foram tantas vezes feitos que realmente são dispensáveis.

A propósito do tema da televisão, que cada vez deve ser mais ingrato para V. Ex.⁴, que confia na garantia do serviço público como forma de assegurar o pluralismo no acesso à televisão, disse o Sr. Deputado que há vozes desgarradas de protesto. Ora, considerei que esta era uma síntese magnífica para o seu discurso, porque, na realidade, se alguma diferença há entre esta legislatura, ainda no seu começo, mas um começo tristonho, cinzento, apagado — concordo —, e a legislatura passada, é que se está a repetir na Assembleia o «pântano» do bloco central e, a agitar esse «pântano», surge a intervenção de V. Ex.⁴, sem qualquer dúvida «voz desgarrada de protesto».

Sr. Deputado Almeida Santos, em relação aos temas que aqui tratou, aquilo a que temos assistido é a um acordo sistemático entre os dois partidos, isto é, entre os dois socialismos, entre o socialismo democrático e a social-democracia: é a nova atitude face à distribuição dos tempos para o uso da palavra na Assembleia da República; são os acordos sobre as eleições, da competência da Assembleia da República, partilhados entre os dois partidos, sem confiança alguma aos chamados partidos desnecessários —não vale a pena!; são as conversas de que se fala sobre a Lei Eleitoral, que levam, porventura, à pergunta de espanto do Sr. Deputado Pacheco Pereira: «Essa é a resposta oficial? Então, estamos fartos de conversar e agora vem este discurso?»

Finalmente, Sr. Deputado Almeida Santos, também sobre a própria lei da televisão! V. Ex.⁴ falou longamente sobre essa lei, mas o seu partido votou a favor, na generalidade. É realmente um verdadeiro espanto.

Vozes do PS: — O PS votou contra. Está mal informado!

O Orador: — Sr. Deputado Almeida Santos, é realmente a posição central equidistante de V. Ex.⁴ que vale ou qual é a posição que exprime a verdadeira posição do PS?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Santos: Ouvi com extrema atenção a sua intervenção e congratulo-me pelo conjunto de preocupações que são colocadas. São preocupações que o meu grupo parlamentar tem vindo a colocar muito frequentemente e que considera, em relação a muitas das questões que levantou, que se impõe uma reforma democrática do sistema político. Refiro-me a matérias como os direitos, liberdades e garantias e ao seu aprofundamento, à Administração aberta, à descentralização, à regionalização e a tantas outras.

A questão que quero colocar diz respeito, particularmente, ao papel da Assembleia da República no sistema político, ou seja, se a intervenção do Sr. Deputado Almeida Santos representa, por parte do PS, uma autocritica. Creio que, nesta matéria, há responsabilidades

efectivas do PS, designadamente em relação a actos recentes, que podem conduzir à desvalorização da Assembleia da República.

Concretamente, o PS pensa empenhar-se, lado a lado com outros partidos da oposição e particularmente com a bancada do meu partido, no sentido de corrigir estas e outras situações que o Sr. Deputado tão bem criticou?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não posso deixar de assinalar o facto de o Sr. Deputado Nogueira de Brito nos trazer um discurso forte de direita contra o «pântano central». Mas é evidente que o Sr. Deputado — agora o podemos constatar — estava em divergência com o Professor Freitas do Amaral, que propunha um «minipântano central», uma espécie de mercaria *versus* Hipermercado Continente.

Risos gerais.

E o Sr. Deputado Luís Sá está também prestes a ser expulso, com estes ímpetos reformistas...

Risos gerais.

Sr. Deputado Almeida Santos, tenho seguido pelos jornais, e não só, o seu percurso político, discutível mas coerente, e verifico que o Sr. Deputado é um impoluto soarista. De facto, há semelhanças enormes em certos pontos e em certas circunstâncias. O Sr. Deputado prega tanto e pratica tão pouco!

Risos gerais.

Repare, Sr. Deputado, no acto flagrante de ostentação que acabou de nos fornecer, ostentação verbal, sem dúvida, largamente mais económica e menos afectadora do Orçamento do Estado, mas ostentação, sem dúvida, verbal.

Risos do PSD.

O Sr. Deputado começa por criticar a maioria absoluta para logo dizer que tinha de antecipar a crítica, mas nem por isso se desculpabilizou, para logo dizer «esta é má». O que significa que aquela que o Sr. Deputado pedia an-tanho era boa — pedia modestamente os 43 %. Sr. Deputado, não vê que está a socorrer-se da argumentação mais inaceitável, mais sectária e intolerante? Então, o que é nosso é bom e o que é dos outros é mau, por definição, *a priori*? Porque, em tudo o mais, o Sr. Deputado limitou-se a dizer mal.

Ora, essa foi, sem dúvida, uma das razões fundamentais para o Sr. Deputado não ter obtido os 43 % nem agora o seu partido ter obtido os tais 34 %, 35 %, 36 % de que fala o Sr. Deputado Guterres.

O que é que se passa, Sr. Deputado? Nós, com a nossa modéstia, com a relatividade das nossas certezas, temos dito ao País o seguinte: descemos contribuir para a construção de um Portugal próspero e moderno! E estamos a fazê-lo, com sinceridade, com consequência, passo a passo, sem demagogia. É aqui, Sr. Deputado, que o seu discurso nada diz. Em contrapartida, o Sr. Deputado vem dizer, para nos chocar: «o País adormece, nada se passa aqui».

Sr. Deputado, não temos a culpa de o Sr. Deputado ter adormecido. O País tem estado bem acordado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Andrade.

O Sr. Costa Andrade (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Santos: Também ouvi com interesse a intervenção que acabou de fazer, como cidadão de méritos reconhecidos e também como parlamentar socialista — parece que, agora, em vias de assumir responsabilidades mais qualificadas no Partido Socialista.

Ouvimos o Sr. Deputado dar expressão, com o brilho que lhe é habitual, a um certo sentimento de falta de emoção, a uma certa melancolia que paira na vida e na políca portuguesa. Essa é uma sensação que o cidadão tem. Os órgãos de comunicação social não têm feito outra coisa do que fazer eco de um certo monocordismo no que toca à vida política portuguesa.

De resto, é extremamente difícil manter uma certa agitação e uma certa conflitualidade no que toca à troca de ideias, certo como é de que — parece, para mal dos nossos pecados — caminhamos para um certo monoteísmo de valores. Encontramo-nos todos em volta dos mesmos valores. Portanto, uma certa democracia nostálgica, como já se fala em França, parece inevitável.

O Sr. Deputado deu expressão a esse sentimento, acompanho-o nele, mas não o acompanho no diagnóstico que faz. De quem é a responsabilidade para vencermos esta nostalgia e esta melancolia? Para isso, é preciso que haja alguma conflitualidade, e esta conflitualidade reclama duas coisas: agentes e valores.

Que agente de conflitualidade tem sido o Partido Socialista? Que valores novos tem criado o PS nos últimos tempos? Como é possível vencer esta melancolia, vencer esta relativa tristeza da vida política, não só em Portugal mas também na generalidade das democracias europeias? O que é que tem feito este PS para animar o debate, para manter viva a conflitualidade? Porque é de conflitualidade que vivem as democracias.

O PS quer que seja o PSD a partir-se ao meio e a fazer o papel da oposição? Quer que seja o PSD a dar-lhe algum discurso para fazer essa oposição? Uma vez que o Sr. Deputado se prepara para assumir responsabilidades, apetece-me, como o velho profeta Jeremias, dirigir-me à sentinelas e dizer-lhe: *custos, quid de nocte?* — «sentinelas, que nos trazes de novo da noite?»

Daí, da noite do PS, o que vem de novo em matéria de alternativas e valores?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é um privilégio raro que tenho, sempre que uso da palavra, de me serem colocadas tantas questões que acabam por corrigir o défice de tempo que, normalmente, não tenho, quando falo ali da tribuna. Fico-vos muito grato, porque assim tenho a possibilidade de dizer mais algumas coisas que, por falta de tempo, não disse.

Mas pedem-me o impossível: que esclareça as pessoas mais esclarecidas que existem neste mundo! Como é que eu posso esclarecer-vos? Os senhores são tão esclarecidos

e eu vou esclarecer-vos?! Não, o que os senhores querem é esclarecer-me a mim! Já percebi, o que os senhores querem é esclarecer-me a mim! Mas, quando se põe o problema de me esclarecerem, esperava que discutissem os problemas que coloquei!

Mas que fiz eu? Fiz 10 perguntas sobre a televisão, algumas das quais envolvem inconstitucionalidades flagrantes ou de fronteira; problemas graves do principal órgão de informação deste país. Invocuei esse facto como sintoma de falta de pluralismo e excesso de pessoalismo, unificação e concentração do poder, em Portugal. E os senhores nem sequer proferiram uma única palavra sobre a temática da televisão, nem sequer disseram o que eu estava à espera.

Estava a olhar para vós e pensei que me dissessem: «Espera aí maroto que eu já te 'entalo'. Foste ministro da comunicação social, assinaste um estatuto da televisão, e eu vou comparar o actual estatuto com o teu e vou embaraçar-te, e vais daqui para casa mais vermelho do que um pimento maduro.»

Mas não fizeram isso! Estava à espera que o fizessem para vos dizer que não me embaraçavam nada, porque eu, com 15 anos de antecipação, em plena época de florescimento do estatismo mais desenfreado, tive a capacidade — e já nem falo na coragem — de arrancar do governo de então (que não era um governo fácil, era esquisito, complicado, era o VI Governo) um estatuto de televisão, do qual dou aqui duas pinceladas: a maioria da administração não pertencia ao Governo que tinha apenas dois administradores em cinco, os outros dois administradores eram eleitos por um verdadeiro conselho de opinião, chamado assembleia de televisão, um órgão base da televisão, com representação plúrima dos interesses nacionais, da cultura, da religião, de tudo quanto é actividade válida neste país. Era o mapa de Portugal em termos de interesses.

Pois bem, essa assembleia de televisão nomeava mais dois administradores, isto é, eram os utentes da televisão que nomeavam mais dois administradores. O quinto administrador, porventura, era capaz de vir a encontrar-se em posição de desempate, de acordo com os valores da época mas com alguma validade ainda hoje, como sabem, era designado pela assembleia dos trabalhadores da RTP. Se isto era um estatuto governamentalizado, então digam-me o que é que não é um estatuto governamentalizado.

E a própria assembleia de televisão, que eu crici, não era um conselho de opinião como aquele que os senhores criaram e que é uma «água-chilra» que tem para ali meia dúzia de direitos de opinião, mas que não é coisa nenhuma, é apenas para «ditar pocira nos olhos». A minha assembleia de televisão tinha mesmo o controlo da qualidade da programação e da informação. Eram os utentes que controlavam, não era um qualquer director-geral, que qual Napoleão da televisão tem a responsabilidade exclusiva da programação e da informação.

E eu pergunto: responsabilidade exclusiva num homem só? Mas o que é isso de um homem só ter responsabilidade pelo que se diz e pelo que se faz na mais importante universidade deste país? Acaso os reitores das universidades são os únicos responsáveis pela programação e nível pedagógico do que se passa nas universidades?

De facto, o Sr. Eduardo Moniz é o único responsável pela programação. É a ele que compete dizer se devemos privilegiar a verdade ou a mentira, os valores morais ou os imorais, a violência ou a paz, o sexo ou o bom comportamento, os direitos da família ou os dos criminosos e

sei lá mais o quê! Compete-lhe só a ele! E eu pergunto: se a exclusiva responsabilidade é do director da informação e da programação também se inclui nessa exclusão a responsabilidade civil? E se ele for um pelintra, a televisão não responde por qualquer pedido de indemnização civil? E os autores dos programas não têm responsabilidade civil e penal pelos programas que criam e disfundem? Então a responsabilidade é só de um homem que, por acaso, é nomeado por um conselho de administração que, por acaso, é nomeado por um governo ou pelas empresas que dependem dele?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Então os senhores não dizem nada disto e sobre isto, e dizem que eu repito o que venho a dizer desde 1987?! Pois repito! Porque as razões por que eu o digo e porque tenho as razões que tenho têm-se mantido! Que culpa tenho eu que a situação seja a mesmíssima que existia em 1987 e que a tendência continue a ser para a continuação do poder, que a separação de poderes já não existe e tenda a acabar em relação à Presidência da República, que não haja ou que tenda a não haver pluralismo neste país, que o pessoalismo e o culto da personalidade estejam a ser levados a extremos difícilmente encontráveis na História de Portugal.

Desculpem, Srs. Deputados, mas se isto se mantém, que novidade é que poderia haver no meu discurso? A novidade da televisão pelo ataque à televisão, à lei da televisão! Discutam! Por que é que não discutiram?

Desculpem que vos diga, mas não deram uma boa justificação para não terem respondido concretamente aquilo que, concretamente, vos disse.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A minha intervenção de 1987, Sr. Deputado Pacheco Pereira, foi bem premonitória. Na altura, parecia um exagero, pois até alguns camaradas meus disseram: «exagerás-te!» Eu disse: «bem, oxalá que vocês tenham razão e que eu não a tenha». Infelizmente, acabei por a ter!

Depois, o Sr. Deputado falou e com muita graça — eu até aprecio a ironia, como sabe —, na coreografia do Grupo Parlamentar do PS — uns levantaram-se, outros não; mas é curioso que também aí na sua bancada uns bateram palmas e outros não, mas isto não tem significado algum! Não falemos mais nisso!

Risos gerais.

Mas o que acontece, Sr. Deputado, é que nós não somos reconduzíveis à unidade, pelo que uns se levantam, outros deixam-se ficar sentados, uns gostam, outros não gostam. É um direito dos socialistas discordarem das orientações oficiais da sua própria delegação.

Aplausos do PS.

Perguntou-me, e eu quero responder-lhe, se a minha referência à questão da Lei Eleitoral é a resposta oficial do meu partido. Não podia ser, como calcula, pois sou apenas uma voz dentro deste grupo parlamentar, mas uma voz que está a reproduzir posições que o PS já tomou no passado, que é recente, e que não vê razão para mudar. Se resolvemos mudar, cá estarei para discutir internamente com os meus camaradas essas mudanças e depois se verá.

Sr. Deputado Nogueira de Brito, o serviço público de televisão proposto pelo Governo é, de facto, um bocado esquisito. Disse na minha intervenção que não se fica a saber mais dele do que do sistema reprodutivo dos protozoários, e é bem verdade. No meu tempo, lá no tal ignominioso tempo da «minha televisão», era a própria televisão que era o serviço público. Era uma facilidade desse tempo — não é? A própria televisão é que era o serviço público, mas agora não se sabe o que é o serviço público: há umas obrigações que a televisão tem de cumprir «nomeadamente» — tem lá um nomeadamente, mas fora do nomeadamente não sei o que é que fica —, e o que não fica definido é o serviço público de televisão. Isso não fica!

Repetição do «pântano do bloco central», peço-lhe que dê ao meu partido o direito de andar um pouco distraído de alguns dos problemas nacionais, porque estamos ocupados com os nossos próprios problemas internos. É natural, isso acontece em todos os partidos, no seu está a acontecer, e estou até a lembrar-me do tempo em que o PSD queimava sucessivas chances de encontrar um líder, até que encontrou o actual e está satisfeitos com ele. Ainda bem, dou-lhe os parabéns por isso! Mas lembro-me que, na altura, experimentaram quatro hipóteses e nenhuma resultou. O PSD parecia um partido espatifado e quando ganhou um líder, logo a seguir, ganhou as eleições. E o que vai acontecer connosco, quando resolvemos o problema da liderança.

Risos gerais.

Referiu também o Sr. Deputado Nogueira de Brito alguns acordos, e quase que os chamou de sistemáticos, que têm sido feitos entre o PS e o PSD. Penso que a direcção do meu partido faz isso numa perspectiva nacional, pois os dois principais partidos têm responsabilidades que aqueles que não são necessários para fazer a maioria de dois terços não têm. Colocam-se numa óptica nacional, mas é claro que, ao colocarem-se nessa óptica, também correm o risco de errar — e eu nem sempre tenho estado de acordo com eles, mas é natural que no meu partido discordemos uns dos outros.

Queria dizer-lhe que o PS votou, na generalidade, contra a proposta de lei da televisão. De facto, abstivemo-nos aquando da votação do relatório em sede de comissão, mas aqui votámos contra.

Sr. Deputado Luís Sá, gosto de saber que também perfilha as minhas preocupações. Também estou de acordo em que algumas reformas do sistema democrático e político hão-de, a seu tempo, levar-se a efeito, mas o defeito não está tanto nas leis que regem o regime e o sistema, mas na sua prática, na maneira como essas leis são interpretadas ou cumpridas.

Penso que se cumprimos correctamente a Constituição e as leis o regime não precisa assim tanto como isso. Este é o meu ponto de vista.

Sr. Deputado, não há autocritica da parte do meu partido. O PS assume as suas responsabilidades e tem, por vezes, atitudes e adopta posições que o PCP não pode compreender, a inversa também é verdadeira, por isso somos dois partidos e não um só, é natural!

Sr. Deputado Silva Marques, gosto sempre de o ouvir, o senhor está em grande forma, não tenho qualquer dúvida disso. Mas devo dizer-lhe que só fiquei com medo que, um dia destes, o Sr. Belmiro de Azevedo lhe faça uma proposta de contrato de publicidade, por exemplo, aos supermercados...

“O Sr. Silva Marques (PSD): — Recebi antecipadamente, jogo pelo seguro!

O Orador: — Não sei, não sei...

O Sr. Deputado chamou-me impoluto soarista e é verdade. É uma das minhas virtudes, do seu ângulo, pôrventura, um dos meus defeitos. Mas ostentação verbal, não! Até penso que sou bastante comedido naquilo que digo, pois nunca digo coisas que não tenham algum sentido e procuro dizê-las com algum rigor. Não sou um palavroso, nem um daqueles deputados que passam aqui a vida nas «bicadas» parlamentares, esses é que são ostentatórios da sua oratória e não eu, como deve calcular.

Prego muito e pratico pouco. Bem, um dia há-de dizer-me, ali no corredor, aqui não vale a pena, o que é que eu prego e não pratico, porque pode haver coisas que eu devia passar a praticar, e, nessa altura, ficar-lhe-ei muito grato.

Risos do PS.

Outra vez os meus 43 %. Na minha intervenção já tive oportunidade de dizer, e volto a repetir, que o mal não está na maioria, não está na propriedade dos votos, mas no uso que se faz deles. Quando pedi 43 % para mim, fui na convicção, não sei se certa ou errada — por vezes, não nos conhecemos —, de que não era capaz de cometer os atropelos ao pluralismo, à democraticidade, ao anti-pessoalismo do poder que os senhores estão a cometer. Não era capaz! Estou convencido disso, mas se os senhores quiserem pôr-me à prova, dêem-me a maioria e verão depois o que somos capazes de fazer.

Risos gerais.

Também não disse que o que é nosso é bom e o que é vosso é mau. Pelo contrário, até estou sempre disposto a aceitar os nossos defeitos e erros, mas do que se trata, quando se é oposição, é de se opor e não de vitoriar. Quando se tratar de vos render homenagens, também sou capaz de o fazer, desde que mereçam. Não tenho dúvida alguma sobre isso! Mas naquele caso tratava-se era de criticar e eu critiquei. Habituei-me tanto nos tribunais à contradição que já não vivo sem ela e é por isso que gostava que os vossos pedidos de esclarecimento fossem, de facto, contraditórios, mas não foram, tentaram apenas aliviar o peso de alguma coisa que eu disse, aligeirar, banalizar, mas contraditar não contradizeram.

Pois olhe que se alguma coisa valia a pena ser discutida a sério, porque até hoje, se calhar, ainda não foi, é o problema da televisão que vamos ter. Um problema tão sério e importante que, talvez, esteja aí a origem dos muitos erros que, no futuro, vai cometer a nossa juventude, a origem de muitos defeitos culturais do nosso povo e a ausência de muitas virtudes que ele poderia ter, porque tem basicamente capacidade para isso, se fosse ajudado através de sistemas culturais de formação, através da televisão que tem o máximo impacte, mais do que as universidades, como já disse, porque todos os portugueses são alunos desta universidade.

Sr. Deputado Costa Andrade, fala em democracia nostálgica. De quem é a responsabilidade? É nossa, porque não somos oposição e porque queremos que vocês se dividam e se partam. Se vocês se partissem um pouco não era mau! Não tanto para nós podermos ganhar eleições, até porque agora estamos longe disso, mas talvez para que houvesse alguma contradição dentro de vós próprios.

Contudo, VV. Ex.^{as} nem sequer aceitam a contradição de fora para dentro, quanto mais dentro de vós próprios!

O Sr. Silva Marques (PSD): — A discussão interna é muito viva!

O Orador: — Eu bem desejaria que, na verdade, houvesse alguma divisão entre vós no aspecto de opiniões, como é óbvio. Mas não! VV. Ex.^{as} são monocórdicos, são totalmente coincidentes em termos de opinião. Parece que o que pensam é o que exprimem, porque exprimem sempre a mesma coisa.

Há, de facto, alguma melancolia na política portuguesa, mas não é o PS o culpado disso. Os culpados são aqueles que abrem a boca para dizer mal dos partidos, abrem a boca para dizer mal da política, abrem a boca para combater a contradição e a polémica em si, como factor construtivo que é. Esses é que são os culpados da melancolia da política. Lá diz o tal jornalista (agora posso dizer o nome dele, é o Paulo Portas) que o Professor Cavaco Silva matou a política — ele é que diz que foi o PSD, não fui eu nem foi o PS. Ele não gosta de nós, por que razão é que ele ia dizer que foi o PSD? É porque foram os senhores que fizeram o que puderam para matar a política.

Mas a política não está ainda morta, ainda mexe: estamos aqui a discutir, que diabo! No entanto, a continuarem as coisas como estão, qualquer dia a política portuguesa dá sono e, por fim, será, de facto, o cemitério que foi durante muitos anos, em que era proibido discutir muitas coisas, em que tinha de se discutir dentro de certos limites e de certos termos...

Protestos do PSD.

Srs. Deputados, não estou a fazer a comparação porque tenho a esperança de que, se nós atalharmos as tendências antes de chegarmos ao resultado final, este não acontecerá.

É por isso que vou na terceira premonição, no terceiro aviso. E VV. Ex.^{as} não-de ser sensíveis a isso, tenho a certeza de que serão, porque também são democratas, também gostam da democracia e, um belo dia, dar-se-ão conta, quando eu for para ali pela quarta ou quinta vez, e dirão: «este tipo tem razão; de facto, estamos a deixar afundar a democracia, vamos lá animar isto com mais algum pluralismo, com mais alguma contradição, mais alguma ausência de poder pessoal!»

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está a decorrer, de acordo com o que já foi anunciado, um acto eleitoral.

Sr. Deputado João Rui Almeida, pede a palavra para que efectue?

O Sr. João Rui Almeida (PS): — Sr. Presidente, o PS requer a V. Ex.^{as}, nos termos regimentais, a suspensão dos trabalhos por vinte minutos.

O Sr. Presidente: — Nos termos do artigo 70.^º do Regimento, talvez pertença à Câmara a deliberação sobre isto.

Pergunto aos grupos parlamentares se se opõem a que o PS exerce este direito.

Dado que não se registam quaisquer objecções, estão suspensos os trabalhos pelo tempo requerido.

Eram 17 horas.

Srs. Deputados, vamos reiniciar os trabalhos.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Srs. Deputados, o período de antes da ordem do dia ainda não está esgotado, ainda temos quinze minutos para declarações políticas ou para intervenções.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Salvada.

O Sr. Rui Salvada (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A persistência de situações de trabalho infantil em Portugal sugere que esta importante questão social se mantenha na linha de preocupações do PSD, de que, aliás, é um bom exemplo a entrada em vigor, na passada terça-feira, do Decreto-Lei n.^º 396/91, que estabelece um novo regime para o trabalho de menores. É uma preocupação para o PSD, enquanto partido com responsabilidades de governo, mas também enquanto partido que sempre fez das questões sociais um referencial decisivo das suas opções.

Em sentido político, a aproximação e a abordagem desta temática poderia orientar-se segundo um discurso que, do ponto de vista de um partido no poder, visasse criticar aqueles que, até 1985, pouco ou nada fizeram para a resolver satisfatoriamente; ou, de um ponto de vista de um partido da oposição, por subestimar o muito de bom que, desde 1985, se vem fazendo para com isso justificar umas quantas críticas à acção do Governo e do PSD.

Mas uma análise realista e sinceramente empenhada aconselha e sugere uma abordagem mais desapaixonada, despida de qualquer tipo de oportunismos políticos, e essa só pode ser feita se adoptarmos o posicionamento sério que sustenta ser a questão do trabalho infantil uma área multidisciplinar cuja existência assenta em razões de âmbito muito diversificado que respeitam ao conjunto da sociedade, termos em que nenhum agente social pode sentir-se, não apenas ilibado quanto ao passado, mas principalmente desresponsabilizado quanto ao futuro.

É nesta óptica que o Grupo Parlamentar do PSD se posiciona e é neste contexto que pretende fazer um apelo sério para a necessidade de não afrouxarem os esforços que, em várias vertentes, múltiplos agentes sociais e o Governo vêm protagonizando.

Bem sabemos que o trabalho infantil não é um problema novo, nem em Portugal nem na Europa. Tenha-se presente que no nosso país, já nos anos 60, ainda era legalmente permitido o trabalho de crianças com 12 anos e, em casos especiais, até com 10 anos. Felizmente que estes referenciais nos constrangem hoje, e por uma razão benigna: é que vivemos numa sociedade mais esclarecida, com uma maior consciência social e também mais exigente nos seus padrões de bem-estar e nos seus valores de justiça social.

Esta é uma vitória de todos nós, da sociedade democrática que juntos soubemos construir, mas também do trabalho encetado e ganho um pouco todos os dias contra a pobreza e o subdesenvolvimento, que tem conduzido à melhoria quantitativa e qualitativa que, é justo dizer, foram experimentando, desde 1985, os nossos níveis de aproximação a uma cada vez mais aperfeiçoada democracia social, económica e cultural, que tem sido um objectivo bem conseguido dos últimos governos.

Não é hoje difícil haver consenso quanto às causas que estão na base da existência do trabalho infantil e que se podem agrupar em causas de ordem cultural, educacional, económica e social. Razão por que também é aceite pela generalidade de todos os que seriamente estudam as

melhores vias para a erradicação do fenómeno que as medidas de ordem administrativa — sejam a nível de legislação, sejam a nível da fiscalização — sendo indispensáveis, estão muito longe de por si só serem suficientes. E isto precisamente porque, sendo certo que as situações de pobreza multiplicam os factores que conduzem ao trabalho infantil, há razões de ordem cultural, social e familiar que nenhuma lei neutraliza ao arrepio da vontade dos homens ou dos hábitos das comunidades. Temos em que um dos primeiros objectivos deste combate deve visar a mudança das mentalidades de modo que a sociedade, mesmo nos pequenos aglomerados, assuma um juízo de censura sobre o fenómeno e os seus agentes.

As medidas administrativas são, de facto, as mais fáceis e, se elas fossem suficientes, não seria por falta delas que o trabalho infantil continuaria a existir no nosso país, tal tem sido o empenho dos últimos governos não só na feitura de legislação como na sua aplicação. De facto, Portugal cumpre hoje rigorosamente o disposto nos normativos emanados das organizações internacionais mais respeitadas, designadamente a Carta Social Europeia e as recomendações da OIT, e os tempos de hoje são bem diferentes daqueles em que os quatro anos de escolaridade obrigatória eram não só considerados bastante como eram largamente desrespeitados, já que muitos sectores da sociedade entendiam ser mais útil que as crianças trocassem as escolas pela aprendizagem dos ofícios junto dos seus pais nos locais de trabalho.

A este propósito é preciso, no entanto, termos a coragem de dizer que, ainda hoje, algumas famílias, julgando estarem a defender melhor o futuro dos seus filhos, os encaminham para a vida profissional encarada como castigo face a um deficiente aproveitamento escolar. Este tipo de situações acaba por consolidar-se porque a própria criança sente mais apteça por esta nova experiência, que, ainda por cima, lhe rende contrapartidas materiais e porque os pais se tornam convenientes no encobrimento de situações que sancionariam os empregadores, eles também beneficiários ilegítimos de uma mão-de-obra barata e olhados pelos pais, afinal, como, de algum modo, beneméritos da família.

Este tipo de situação, que caracteriza muitos dos casos conhecidos, tem a protegê-lo o encobrimento de todas as partes, o que torna sobremodo difícil a sua repressão. É um bom exemplo de uma tipologia em que os impulsos de todos os agentes sociais e políticos não são demais para o combater. Tanto mais que, se sempre se poderá compreender a visão distorcida de alguns pais, que é forçoso ter como bem intencionada, são de todo inaceitáveis as razões de ordem económica que motivam os empregadores de mão-de-obra infantil, seja por beneficiarem de uma mão-de-obra mais barata e dócil, seja por escassez de oferta de outros trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É incontrovertido que qualquer grande projecto nacional de combate ao trabalho infantil tem que estar sustentado por políticas consequentes de ordem económica, educacional, social e cultural, e que seria fastidioso referir aqui todo um conjunto de opções que têm sido tomadas pelo Governo, tendo em vista debelar essa ferida social. Mas vale a pena relembrar, na linha do que tem vindo a ser defendido pela OIT, a promoção de uma política de pleno emprego; a primazia dada à formação profissional, a prossecução de uma reforma educativa assente numa melhor qualidade de ensino e num parque escolar com capacidade suficiente, a elevação da idade mínima de admissão ao trabalho para

os 16 anos, conjugada com a fixação da escolaridade obrigatória em 9 anos, a adopção de legislação que, além de prever sanções significativas, obriga à divulgação pública da identificação das entidades sancionadas, bem como as inibi de uma série de direitos, como sejam a celebração de contratos de fornecimento com entidades públicas ou a concessão de apoios comunitários.

Dito isto, realço, no entanto, as duas traves mestras sobre as quais terá que assentar uma estratégia de sucesso de combate ao trabalho infantil.

A primeira é a continuação do desenvolvimento económico e social do País conjugado com políticas visando objectivos inequívocos de mais justiça social e mais solidariedade, tendo em vista a erradicação das bolsas de pobreza e a obtenção de níveis crescentes de bem-estar das famílias. Projecto que o PSD encetou com sucesso vai para sete anos e que irá ser prosseguido com qualidade, rigor e entusiasmo.

A segunda é a conscientização de que, dadas as vertentes que condicionam o fenómeno e a consequente impotência de o Estado, por si só, satisfazer todas elas, a sociedade civil deve ser convidada a participar neste projecto verdadeiramente nacional, tal como devem ser cada vez mais acarinados os contributos daquelas entidades que sempre estiveram na primeira linha deste combate, desde logo os contributos da igreja e das mais de 2000 instituições particulares de solidariedade social, mas também os contributos das autarquias, das escolas, dos professores e dos próprios alunos, dos pais, das associações de empregadores, das associações sindicais e da comunicação social.

Se todos soubermos fazer deste projecto um desafio no qual só vale somar esforços e ninguém tiver tentações de o utilizar como bandeira para fustigar adversários políticos ou mero instrumento de luta política, todos estaremos de parabéns, partido do poder e partidos de oposição, e os Portugueses no seu todo. Oxalá que assim seja.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para a última intervenção do PAOD, tem a palavra o Sr. Deputado Capoulas Santos.

O Sr. Capoulas Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A simples constatação do facto de que existe uma região em Portugal que ocupa cerca de um terço do território e apenas fixa pouco mais de 5 % da população, correspondendo-lhe uma densidade populacional de 21 habitantes/quilómetro quadrado é, por si só, merecedora de uma reflexão atenta desta Câmara. Se tivermos ainda em conta que a sua população activa agrícola atinge ainda cerca de 36 % contra 8 % da média europeia; que o sector secundário é extremamente débil; que a taxa de analfabetismo é o dobro da média nacional; que o saldo fisiológico é negativo e o ritmo de envelhecimento da população é o mais acentuado do País; que, nos últimos 40 anos, perdeu cerca de 25 % da população, apontando todas as projecções demográficas para a continuação do agravamento deste fenómeno para além do ano 2000, torna-se, assim, fácil concluir que, para além da reflexão que proponho, é absolutamente necessário actuar urgentemente no sentido de inverter a situação descrita que, só por descrito, é aqui caracterizada no breve diagnóstico que fiz.

Sendo certo que a situação acabada de expor tem, além de causas remotas, causas recentes susceptíveis de inflamar qualquer debate, nada farei para as invocar aqui porque

não me movem quaisquer propósitos de estabelecer polémica, de apurar responsabilidades ou de apontar culpados. Disto, com maior isenção do que eu, se encarregará a mão implacável da história. Gostaria que, hoje e aqui, o Alentejo não servisse de tema para refrega política mas apenas matéria de debate sereno e elevado.

A proposta que vos trago aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e para a qual requeiro a vossa atenção, é a de que esta Câmara reconheça a imperiosa necessidade de que seja estabelecido um pacto de solidariedade nacional com o Alentejo, traduzível em actos concretos, alguns dos quais me permitirei sugerir mais adiante, e que seja susceptível de mobilizar no mesmo sentido outros órgãos de soberania, particularmente o Governo, e outros agentes dinâmicos nos planos económico, social, cultural e do poder autárquico.

O quadro descrito torna óbvio que, sem uma forte vontade política traduzida numa ampla solidariedade nacional, o ciclo vicioso existente jamais será alterado. Entretanto repete-se-ão negativamente nas cinturas urbanas de Lisboa e, particularmente, de Setúbal os efeitos do êxodo alentejano, acentuando a pressão urbana e tornando os custos financeiros necessários para a sua atenuação nas áreas da habitação, dos transportes e da qualidade de vida, seguramente superiores aos necessários para sustar o processo de desertificação humana que assola o Alentejo e iniciar a inversão do já longo e penoso ciclo da estagnação, da pobreza e da marginalização a que, por umas ou outras razões, consoante as circunstâncias, o Alentejo tem sido votado.

Os actos concretos a traduzir no pacto de solidariedade nacional que proponho poderão e deverão ter expressão imediata e a curto e médio prazos.

No plano imediato, e daí a razão desta intervenção neste momento que antecede a apresentação pelo Governo do Orçamento de Estado para 1992, através da contemplação no seu âmbito dos meios financeiros necessários à concretização de antigas aspirações, desde há muito adiadas e passíveis de contribuírem para a justa resolução de graves e persistentes problemas económicos e sociais.

Mencionarei, a título de exemplo, a conclusão do Hospital do Patrocínio, em Évora, que, praticamente acabado, aguarda a sua finalização há mais de 30 anos, e a barragem dos Minutos, a construir entre Montemor-o-Novo e Arraiolos, cujo projecto está concluído há mais de 20 anos e que permitirá irrigar cerca de 3000 ha, sendo de aproximadamente 3 milhões de contos a estimativa do seu custo actual. O início da obra foi anunculado em 1987 (pouco antes das eleições), já teve verbas inscritas no PIDDAC, mas retornou de novo ao silêncio tumular dos gabinetes. A aplicação na região do Regulamento n.º 1096/88 da CEE, que trata da reforma antecipada dos agricultores e inexplicavelmente continua suspensa, poderá constituir um valioso contributo para o rejuvenescimento do empresariado agrícola, condição essencial para a modernização do sector.

Nos curto e médio prazos afigura-se-me indispensável a elaboração e execução de um verdadeiro plano de desenvolvimento regional participado pelos diversos agentes que integre um vasto conjunto de acções e instrumentos que permitam aproveitar capazmente os não insignificantes recursos endógenos, combater as assimetrias internas e cumprir no Alentejo os princípios da coesão económica e social.

Permito-me, para concluir, enunciar alguns dos princípios que, do meu ponto de vista, poderão e deverão estar-

-lhe subjacentes: atribuição de vocações específicas aos diferentes pólos urbanos, por forma a garantir na profunda descentralização intra-regional, criando condições de atracção de investimento, por forma a conferir às vias de comunicações anunciadas, e destaco a IP7, uma real utilidade económica e social em alternativa à sua utilização como fugaz meio de passagem pelo Alentejo ou como simples acelerador do êxodo populacional, valorizando e aproveitando os inestimáveis recursos, felizmente quase integralmente preservados, do ambiente e do património monumental e aproveitando adequadamente cerca de 1 milhão de hectares com boa e razoável aptidão agrícola, dos quais cerca 200 000 ha com probabilidade de serem irrigados, o que coloca esta importante questão dependente do sucesso negocial que for possível obter no âmbito da reforma da política agrícola comum e do avanço do projecto do Alqueva, também ele velha aspiração com décadas de adiamentos, tudo isto enquadrado no pressuposto de que o País não poderá, em nenhuma circunstância, abdicar da sua reserva agrícola estratégica e que grande parte dela, devido a razões naturais, terá de incluir o Alentejo.

É este, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o repto que vos lanço. O Alentejo não pode continuar a ser sinónimo de subdesenvolvimento nem o esforço nacional para a sua superação apenas directamente proporcional ao número de votos que representa ou ao número de deputados que elege. Os socialistas estão integralmente disponíveis para dar o seu contributo a esta grave questão nacional e esperam que, com o esforço desta Câmara, o Alentejo possa, tão brevemente quanto possível, sentir-se parte integrante de um país que, para se considerar plenamente europeu, tem de ser primeiro solidário consigo próprio.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 17 horas e 55 minutos.

ORDEM DO DIA

Srs. Deputados, vamos dar início à apreciação do pedido de inquérito parlamentar n.º 1/VI — Apuramento de responsabilidades quanto à decisão e ao processo de vazamento da albufeira do Maranhão, bem como, quanto às consequências na região que envolve os municípios de Avis e Mora, apresentado por Os Verdes.

Nos termos do n.º 2 do artigo 257.º do Regimento, para uma intervenção, tem a palavra um dos proponentes do inquérito, o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao requerer a realização de um inquérito parlamentar para apuramento de responsabilidades quanto à decisão e ao processo de vazamento da albufeira do Maranhão, bem como, quanto às suas consequências ambientais, económicas e sociais, designadamente para a região que envolve os municípios de Avis e Mora, o Partido Ecologista Os Verdes, embora sustentando a razão desta iniciativa no conhecimento resultante do acompanhamento da situação no local e na constatação de factos irrefutáveis, não podia deixar de aqui referir, hoje, os contributos indispensáveis dados pelas Câmara Municipais de Avis e de Mora e pelo núcleo distrital de Évora da Liga para a Protecção da Natureza.

Mais de uma vez a comunicação social desempenhou um papel de elevado relevo, ao não permitir que fosse calada toda uma situação que, além de controvérsia, deu origem a um dos maiores atentados ecológicos ocorridos neste século no nosso país.

Apesar dos alertas, das chamadas de atenção e das soluções alternativas propostas para diminuir os efeitos da catástrofe que se adivinhava, ao longo dos nove meses que mediaram a divulgação da tomada de decisão e o esvaziamento total da albufeira, as entidades da administração central responsáveis por todo o processo fizeram ouvidos moucos e fecharam os olhos à realidade, levando os seus intentos até ao fim.

O Governo e, em particular, o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e o Ministério da Agricultura, alertados, atempada e persistentemente, para a situação e para as inevitáveis consequências, presciram ficar quietos, dando razão às direcções gerais que tutelam; designadamente a Direcção-Geral dos Recursos Naturais, proprietária da barragem do Maranhão, a Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, como entidade responsável pelos projectos de hidráulica agrícola, e a Direcção-Geral das Florestas, como entidade responsável pela fauna piscícola. Todas estas entidades apoiaram e defenderam desde o início o responsável principal pelo projecto de esvaziamento da albufeira do Maranhão — a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, que tem a concessão de utilização e conservação da barragem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A albufeira do Maranhão, construída pelo Estado na década de 50, ocupa uma área de 1960 ha ao longo de 40 km de extensão e tem uma capacidade de retenção de cerca de 200 milhões de metros cúbicos, situada no concelho de Avis, distrito de Portalegre, constitui, em conjunto com a albufeira de Montargil, a principal base de armazenamento de água em toda a área da obra de rega do Vale do Sorraia.

Ao longo dos seus 35 anos de existência, a albufeira constituiu-se como um ecossistema extremamente rico, tanto pela qualidade como pela diversidade de recursos em flora e fauna, como ainda pela influência que teve nas transformações da principal actividade económica do concelho de Avis — a agricultura — aproveitando as potencialidades de utilização do solo por via da rega.

Além do desenvolvimento do comércio da região, impulsionado por uma actividade turística crescente, devido em grande parte à atracção da pesca desportiva, implantaram-se no concelho de Avis unidades industriais importantes, designadamente uma das maiores fábricas de lacticínios do País e uma fábrica de concentrado de tomate, cuja laboração é praticamente dependente da utilização de água da albufeira.

Quando, em meados de Março de 1991, a Câmara Municipal de Avis toma conhecimento de que a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia havia realizado uma reunião com alguns agricultores do concelho para lhes comunicar a decisão de proceder, nesse mesmo ano, ao esvaziamento total da albufeira, a autarquia solicitou de imediato informação àquela entidade sobre as razões da decisão e ainda elementos relativos ao conhecimento dos impactes que o esvaziamento da albufeira iria provocar.

Em resposta, a Associação de Regantes confirma a decisão de esvaziar a albufeira em Outubro, porque todas as hipóteses alternativas ao esvaziamento total, já estudadas, não tinham viabilidade, e que não havia lugar a estudo de impacte ambiental porque não iriam ser alteradas

as condições da região. A Associação informava ainda a Câmara de Avis que, nesta decisão, era apoiada pela Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola e pela Direcção-Geral dos Recursos Naturais, sendo que a Direcção-Geral das Florestas se encarregava de resolver os problemas relativos aos peixes.

Face à resposta, em 24 de Maio, a Câmara Municipal de Avis elaborou uma exposição circunstanciada sobre o problema, avançando com várias sugestões para evitar a catástrofe que se adivinhava, de entre as quais propunha o esvaziamento, a ter de ser feito, só tivesse lugar em 1992, havendo assim tempo para encontrar soluções que minorassem os efeitos. A exposição foi divulgada à comunicação social e enviada a todos os órgãos de soberania, bem como a todas as entidades julgadas com interesse no assunto.

Dado que não houve resposta a estas iniciativas por parte das entidades oficiais, em 26 de Junho a autarquia adjudicou a uma empresa da especialidade um estudo integrado das condições de reparação e manutenção da barragem e dos problemas económicos e sociais inerentes ao esvaziamento da albufeira, assumindo por inteiro os custos para encontrar uma solução alternativa ao esvaziamento total da albufeira. Depois de adjudicado o estudo, a empresa informou a câmara que não era possível continuar o trabalho porque lhe tinha sido impedido o acesso ao projecto e ao local.

As razões para o esvaziamento urgente da albufeira estão também expressas numa carta da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, em resposta ao núcleo de Évora da Liga para a Protecção da Natureza. Onde se afirma que as comportas de descarga de fundo da barragem, em funcionamento há 35 anos, apresentavam deficiências no seu funcionamento, e dado que se agravou a situação no último Inverno, foi tomada a decisão de proceder às reparações necessárias com carácter de urgência, pelo que se tornava imperioso o esvaziamento da albufeira no fim do período da rega.

Em reuniões que ocorreram em Avis com várias entidades, os técnicos foram esclarecendo melhor a situação. Ficou a saber-se que a barragem possui duas comportas de fundo, uma, a montante, do lado da albufeira, que seria a comporta de segurança e, portanto, só utilizável em caso de emergência e outra a jusante, que deveria ser a comporta de serviço. Há 10 anos atrás tinham concluído que estavam a utilizar as comportas ao contrário. De facto, resultava que ambas se encontravam agora em mau estado de conservação e era necessário substituí-las antes que a situação se agravasse.

Verificou-se, no entanto, que em Junho, quando ainda se não tinha iniciado o vazamento da albufeira, foi retirada a comporta de jusante para ser substituída, ficando de serviço a comporta de montante, a qual suportou durante mais de dois meses a pressão da água da albufeira.

Atendendo a estes factos, não se comprehende por que é que, depois de substituída a comporta de jusante, se insistiu em proceder ao vazamento total da albufeira em Outubro passado e não se aguardou pelo ano seguinte, criando assim condições menos negativas ao esvaziamento.

Outras alternativas foram avançadas para evitar a catástrofe ecológica, como, por exemplo, a construção de um muro à boca do túnel onde estão instaladas as comportas. Por cada metro em altura construído para reter a água significaria a retenção de muitos milhares de metros cúbicos de água na albufeira, o que reduziria significativamente a mortandade de peixe ocorrida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se, face ao exposto, que pode ser comprovado através de documentação diversa e testemunhas oculares, não restam grandes dúvidas de que teria sido possível encontrar soluções alternativas ao esvaziamento total da albufeira do Maranhão ou, pelo menos, permitir o seu adiamento por forma a minorar os efeitos da situação de catástrofe criada, quanto ao processo de salvamento das 700 t ou 800 t de peixe, que os serviços oficiais estimaram existir nas águas da barragem, só a insensibilidade e o desrespeito deliberado pelo direito à vida, podem justificar os atentados à dignidade do ser humano e à saúde pública e o crime contra a Natureza, da qual o homem é parte integrante, que foram levados a cabo entre 30 de Setembro e 22 de Novembro passados.

O processo de transferência do peixe para outras albufeiras, algumas delas, na altura, já praticamente sem água, decorreu apenas entre 30 de Setembro e 5 de Outubro, tendo para o efeito sido contratados 10 pescadores.

O peixe era apanhado nas redes e transportado a seco dentro de barcos a remos para a margem. Aí, era atirado à mão para dentro de baldes ou caixas e transportado igualmente a seco para bidões que continham água retirada da albufeira e que se encontrava inquinada por força do estado de decomposição dos milhares de peixes, em cada dia que passava, morriam por falta de oxigénio.

Estima-se em 10 t o peixe transferido, mas, dadas as condições em que foi transportado, uma parte significativa veio a morrer nas albufeiras para onde foi lançado.

A partir do dia 5 de Outubro passou a retirar-se o peixe sem vida que cobria as águas e o leito da albufeira como se de um tapete se tratasse, operação que durou até 22 de Novembro.

Das cerca de 500 t de peixe morto retirado da água estima-se que cerca de 200 t tenham sido enterradas ou queimadas com pneus no leito da própria albufeira. Desconhece-se a quantidade que ficou enterrada no lodo. De toda esta situação que acabamos de descrever existem imagens gravadas em vídeo, registadas pelos serviços da Câmara Municipal de Avis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Poderíamos ter vindo para este debate esgrimindo apenas as questões políticas que envolveram e envolvem o processo de vazamento da barragem do Maranhão. Não quisemos, no entanto, deixar de ocupar algum do nosso tempo descrevendo situações que entendemos deverem ficar registadas na Assembleia da República, tanto porque elas enlutecem a nossa memória, como porque um dos propósitos desta nossa iniciativa parlamentar é evitar que se repitam crimes como este ou de natureza análoga.

O apuramento de responsabilidades que queremos seja feito prende-se, naturalmente, com a legislação nacional e comunitária infringida, designadamente o Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho, e o Decreto Regulamentar n.º 38/90, de 27 de Novembro, referentes à obrigatoriedade de avaliação dos impactes ambientais, a Directiva Comunitária n.º 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho, igualmente referente à necessidade de avaliação dos impactes ambientais, porque se trata de um projecto co-financiado no âmbito do Fundo Europeu para a orientação e garantia agrícola, a Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959, referente à necessidade de serem tomadas todas as providências para assegurar as condições indispensáveis à sobrevivência dos peixes existentes na albufeira, a Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente, designadamente os artigos 30.º e 31.º, referentes aos

estudos de impacte ambiental, e o n.º 1 do artigo 34.º, que impõe ao Governo a declaração de zonas críticas e situação de emergência e a actuação adequada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Expusemos a VV. Ex.ª alguns dos factos que consideramos suficientes para justificar a nossa pretensão de realização do inquérito parlamentar n.º 1/VI.

A realização deste inquérito é tão importante quanto é urgente serem tomadas medidas por parte do Governo para evitar que as repercussões dos actos consumados atinjam níveis e gravidade ainda maiores para a região e para o País.

Dado que estamos em meados de Janeiro e as águas da albufeira ainda se encontram na cota zero, cada vez são menos as garantias para os agricultores que têm culturas de regadio, sobretudo nos concelhos de Avis e de Mora, área exclusivamente dependente da água do Maranhão.

O povoamento e repovoamento piscícola da albufeira requer estudos e acompanhamento da evolução da situação por forma a que sejam criadas as condições necessárias ao desenvolvimento das espécies e à garantia da sua diversidade.

Dado que a água agora existente na barragem se encontra profundamente inquinada e a situação se pode agravar por força da remoção das toneladas de peixe enterradas no lodo durante o processo de enchimento, importa prevenir que as culturas da região não venham a pôr em perigo a saúde pública ao serem regadas com água contaminada.

Por tudo o que foi exposto estamos em crer que a Assembleia da República não deixará de assumir a responsabilidade da sua competência constitucional de fiscalizar a acção da Administração e do Governo, aprovando a constituição de uma comissão parlamentar e a realização do inquérito requerido pelo Partido Ecologista Os Verdes.

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do deputado independente João Corregedor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Maçãs.

O Sr. João Maçãs (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Martins: Ouvi com a maior atenção a intervenção que V. Ex.ª acabou de proferir e quero saudá-lo pela sua honestidade, muito embora, de alguma forma, possa ter pecado por algum excesso. Na realidade, foi honesta porque se referiu a algumas situações que, de facto, ocorreram e em relação às quais estou absolutamente de acordo.

Não posso, como deputado pelo distrito de Portalegre, deixar de, também aqui, manifestar a minha preocupação e apreensão em relação ao procedimento adoptado para a questão em apreço, porque nalguns aspectos me parece pouco cuidado, infeliz e motivador de um espectáculo nada dignificante, que gostaria de não ver repetido no meu distrito.

De qualquer forma, Sr. Deputado, penso que não devemos empolar as situações, e gostava de colocar-lhe algumas questões para que V. Ex.ª, com a honestidade que colocou na sua intervenção, pudesse também responder no sentido de ficarmos mais esclarecidos.

Porventura, o Sr. Deputado acredita que o vazamento da barragem obedeceu a uma acção premeditada, cri-

minosa, ou accita que tenha sido baseada numa situação reveladora de alguma incapacidade ou incompetência da Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia ao longo de alguns anos, quando, de facto, utilizou indevidamente a comporta a montante, e que, neste momento, dadas as circunstâncias, não existe qualquer estudo técnico que garanta a possibilidade de, face às circunstâncias criadas, as comportas serem reparadas sem se proceder ao vazamento da respectiva barragem?

Acredita o Sr. Deputado que uma atitude premeditada tenha estado na origem daquilo a que V. Ex.⁴ chamou o «maior atentado ecológico no nosso país»?

Existe, da parte dos serviços oficiais, a tese de que nos próximos três ou quatro anos será possível repor o ecossistema. Entende ou não V. Ex.⁴ que tal é possível?

Outra questão que gostava de colocar-lhe está relacionada com o repovoamento puro e simples. V. Ex.⁴ deixa entender que à maior parte da população piscícola terá morrido. Eu não seria capaz de ser tão peremptório, pelo que sou levado a perguntar-lhe se o Sr. Deputado não entende que é possível o repovoamento piscícola dentro de um ou dois anos na albufeira do Maranhão, recorrendo, naturalmente, às reservas que a Direcção-Geral das Florestas possui, nomeadamente na Azambuja, e se também não entende que, utilizando essas reservas e procedendo ao repovoamento, se conseguirá que o equilíbrio da fauna piscícola da barragem do Maranhão não seja lesado.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Maçãs: Devo, em primeiro lugar, dizer que não seria de esperar que o Sr. Deputado tivesse a posição que aqui explanou, não só por ter sido eleito pelo distrito de Portalegre, mas também porque teve a oportunidade de visualizar as imagens do crime cometido gravadas em vídeo. Segundo o nosso entendimento, não se tratou do maior crime ecológico do nosso país, porque é difícil avaliar os efeitos dos atentados que se cometem, mas sim de um dos maiores crimes ecológicos cometidos em Portugal neste século. Por isso, também não entendo a forma como classifica a minha intervenção ao considerar que peca por excesso.

Agradeço as questões que me colocou, porque me permitem explicar aquilo que, no nosso entendimento, se passa — e se poderá vir a passar — quanto à recuperação de um ecossistema constituído durante 35 anos. A questão é esta, Sr. Deputado: não se pode acreditar em quem nos diz que, nos próximos três ou quatro anos, é possível repor o ecossistema, quando ele nunca será o mesmo, porque todas as condições naturais se alteraram. Daí a gravidade desta situação!

Por outro lado, naturalmente que a reconstituição da fauna piscícola não ocorrerá nos próximos 5 ou 10 anos, porque as condições da própria barragem serão diferentes das que existiam anteriormente e se não houver cuidado — daí a necessidade do estudo que referi — no acompanhamento da situação das águas da barragem, naturalmente que, dado que existem espécies que se desenvolvem muito mais rapidamente que outras, que umas são devoradoras de outras, é muito difícil encontrar o equilíbrio e, portanto, restabelecer a riqueza que, em termos de recurso piscícola, existia na barragem.

Quanto à questão de saber se eu penso que a acção das entidades oficiais foi premeditada, naturalmente que não

posso aceitar isso porque entendo que as entidades oficiais e quem as tutela terão, à partida, todo o interesse em que acidentes desta natureza não se cometam. Mas o que é facto é que permitiram que acontecesse e impediram que fossem encontrados estudos alternativos.

Por seu turno, o Sr. Deputado considera que toda esta responsabilidade talvez possa ser «atirada para cima» da Associação de Regantes. Naturalmente que a referida Associação tem uma grande responsabilidade, mas o que é bom não esquecer aqui, neste debate, é que, tal como é referido numa carta da própria Associação de Regantes dirigida à Câmara Municipal de Avis, todas as entidades envolvidas apoiaram, desde o início, esta iniciativa e, portanto, não podemos deixar de responsabilizá-las, designadamente aquelas que dependem dos Ministérios do Ambiente e Recursos Naturais e da Agricultura.

O Sr. Presidente: — Antes de prosseguirmos o debate, dou a palavra ao Sr. Secretário Lemos Damião, para proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados.

O Sr. Secretário (Lemos Damião): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relatório preconiza a substituição dos Srs. Deputados do PSD Fernanda Mota Pinto, a partir do dia 10 de Janeiro, João Eduardo Madeira Gouveia, a partir do dia 13 de Janeiro, e José Oliveira e Costa, a partir do dia 21 de Janeiro corrente, respectivamente pelos Srs. Deputados Fernando dos Santos Antunes, Maria Helena Falcão Ramos Ferreira Mourão e Olinto Henrique da Cruz Ravara.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis e o parecer é o seguinte:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais (António Taveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Martins: Independentemente da minha discordância quanto ao conteúdo global da sua intervenção, não quero deixar de registar a sobriedade e a seriedade com que abordou o tema. Efectivamente, a importância e a gravidade do assunto em debate justificam, naturalmente, a presença do Governo na sua discussão.

A morte dos peixes, decorrente do esvaziamento da albufeira do Maranhão, chocou o País e chocou-nos a todos. Impõe-se, todavia, uma referência especial aos que tiveram de viver a situação mais de perto, designadamente os moradores da área e, também, os técnicos e pessoal operacional envolvido, quer na execução do projecto de esvaziamento da albufeira, quer nas acções subsequentes.

Encarámos, desde o primeiro minuto, a problemática relacionada com o esvaziamento da albufeira do Maranhão com a maior seriedade e ponderação e, por isso, o Governo acompanhou a par e passo a evolução da situação, através dos Ministérios da Agricultura e do Ambiente e Recursos Naturais.

Nesta fase do processo, e tomado em consideração os relatórios e a correspondência dos diferentes protagonistas, das diferentes entidades que tiveram responsabilidades directas ou das que se empenharam especificamente no desenrolar da situação — Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, Direcção-Geral das Florestas, Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Associação de Regantes e Beneficiários da Vale do Sorraia, Câmara Municipal de Avis e Liga para a Protecção da Natureza —, solicitámos a um creditado inspector do ambiente da Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente uma análise global e avaliadora de todo o acontecimento.

Esse rigoroso relatório, que foi recentemente enviado aos vários deputados que tinham solicitado informações sobre a matéria, bem como à Comissão de Agricultura e Mar e, ainda, à Câmara Municipal de Avis e à Liga para a Protecção da Natureza, é claro quer na análise, quer nas conclusões.

Efectivamente, dele resulta um conjunto de conclusões que permitem afirmar com tranquilidade que não foram cometidos erros políticos na esfera da decisão. Os serviços envolvidos, atendendo aos meios disponíveis e ao facto de ser a primeira albufeira de grande dimensão a ser alvo de esvaziamento para reparação, também cumpriram o seu papel.

A uma sucessão de factos e disfunções de difícil, quiçá impossível, superação se deve esta infeliz ocorrência.

Em primeiro lugar, a morte de peixes não é inédita quando se esvazia uma albufeira.

Em segundo lugar, a comporta de jusante necessitava de urgente reparação e a de montante, apesar de se encontrar em melhores condições, deixava passar a água, provocando a inundação permanente da câmara de manobra.

Em terceiro lugar, o súbito agravamento da avaria detectada nas comportas da descarga de fundo tornou inadiável a reparação, pois correr-se-ia o risco de inundação da câmara de manobra, das comportas ficarem abertas e por-se-iam em jogo vidas humanas, causando estragos incalculáveis em pessoas e bens. Para além disso, o próprio corpo da barragem, devido ao súbito esvaziamento da albufeira correria sérios riscos estruturais e qualquer atitude de passividade ou alheamento em relação a este tipo de riscos seria certamente irresponsável. Admitir a possibilidade de um cenário assente num desastre em que a própria barragem seria afectada na sua estrutura, isto é, tornada inoperacional, em que o Vale do Sorraia seria inundado, com destruição de propriedades e colheitas e em que muitas vidas humanas se perderiam seria adequado para realizadores cinematográficos, mas é inadmissível num governo responsável.

Em quarto lugar, não se podia, pois, esperar mais tempo, nem para estudar melhores soluções, nem para proceder a um estudo de impacte ambiental que, não sendo, todavia, obrigatório, exigia tempo para execução das medidas minimizadoras. Do outro lado da balança pesava a catástrofe, fora de qualquer controlo e, por isso, haverá, sobretudo, que louvar a decisão tomada.

Em quinto lugar, foi possível, no entanto, equacionar aprioristicamente as consequências negativas do esvaziamento e determinar as medidas de minimização necessárias e possíveis. Assim, merecem referência especial a constituição de uma comissão de acompanhamento, integrando a Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (DGHEA), a Direcção-Geral das Florestas (DGF), a Direcção-Geral dos Recursos Naturais (DGRN), a

Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia (ARBVS), a Câmara Municipal de Avis e a Câmara Municipal de Alter do Chão, por forma a seguir o impacte do esvaziamento sobre a fauna piscícola, que já se admitia ser grave, e a apresentação a essas entidades, pela Direcção-Geral das Florestas, em 8 de Maio de 1991, de uma vasta lista de medidas consensualmente aceites.

Em sexto lugar, infelizmente, e para agravar a situação, o peixe evidenciava sinais de possuir uma doença típica das águas quentes — larva —, pelo que só foram transferidas para outras bacias cerca de 20 t, sob pena de contaminação caso essa transferência fosse feita em quantidades superiores.

Em sétimo lugar, não era possível proceder às necessárias reparações sem esvaziar a albufeira dado que à cota a que se situava a câmara de manobra as obras só seriam possíveis com esvaziamento. Entenda-se, todavia, que quando se fala em esvaziamento não se fala de esvaziamento absoluto, já que o nível das águas ficou cerca de 4 m acima do nível mínimo de exploração.

Em oitavo lugar, acresce que se a exploração estivesse a ser feita de acordo com as condições de projecto, isto é, se o plano de rega estivesse a funcionar em plenitude, o nível da água desceria com frequência abaixo das cotas agora atingidas. Portanto, tudo leva a crer que a albufeira estava superpovoada, sendo esta, necessariamente, uma das razões que contribuiu para a morte dos peixes.

Para proteger as obras em curso e permitir que uma quantidade apreciável de peixe pudesse ser salvo foi construído um dique de terra, 4 km a montante da barragem, que permitiu a formação de um lago de 4 a 5 milhões de metros cúbicos. Esta obra revelou-se vital na defesa da fauna piscícola, permitindo que cerca de 65 % do peixe da albufeira se mantivesse vivo.

Terei de deixar aqui uma nota de optimismo neste tão mal-sucedido processo. Efectivamente, e segundo informações dos serviços técnicos do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, é de admitir que, em condições normais e no quadro do plano de repovoamento definido pela Direcção-Geral das Florestas, o ecossistema da albufeira poderá estar totalmente recuperado dentro de três a quatro anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O peixe morto, que os técnicos estimam em cerca de 250 t a 300 t, não poderá ser encarado com ligereza ou superficialidade, mas também não poderá ser motivo para demagogias fáceis, sensacionalismos oportunistas ou fundamentalismos emocionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A objectividade e o realismo com que o Governo tem encarado o problema estão em perfeita sintonia com as preocupações legítimas, e em que acreditamos genuinamente, dos representantes eleitos dos Portugueses nessa problemática.

Por outro lado, estamos conscientes e confiantes da adequação e da justeza das atitudes que tomamos.

Ao determinarmos aos serviços envolvidos dos dois ministérios que elaborassem relatórios detalhados das suas actuações e ao determinarmos posteriormente a sua análise, na globalidade, por um avaliador independente, muito mais do que apurar responsabilidades, pretendímos retirar ensinamentos.

Por isso, e por coerência, não podemos deixar de estar solidários com o valor acrescentado que poderá resultar da realização do inquérito parlamentar agora proposto, caso venha a ser essa a decisão do Parlamento.

Gostaria ainda de salientar que não será este o único caso em que teremos de proceder a esvaziamento das albufeiras para efeito de reparações. Effectivamente, as soluções construtivas adoptadas na construção condicionarão, à partida, as soluções de reparação. Aprendemos com este processo do Maranhão, quer do ponto de vista do procedimento, quer do ponto de vista da gestão de projectos desta natureza, quer mesmo pelo conjunto de dados que foi possível recolher, em virtude das disponibilidades de acesso à informação que possibilitou. O inquérito que a Assembleia da República possa vir a realizar não deixará de ser, certamente, uma referência importante para casos futuros.

Assim, quero manifestar, desde já, neste momento e nesta sede, a absoluta disponibilidade, se for esse o sentido da decisão, para toda a colaboração com os deputados a quem venha a ser confiada a tarefa de realização do inquérito.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: Não posso deixar de lamentar a ausência do Sr. Ministro neste debate.

Vozes do PSD: — Já agora do Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: — Calma, calma.

O Sr. Ministro que, no anterior governo, não quis assumir o ónus deste processo e parece continuar a não querer assumi-lo agora, transferindo-o para os secretários de Estado.

Já sabemos — e isto para poupar a intervenção do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares — que o Governo escolhe quem quer para vir aqui responder às questões. Não menosprezamos, naturalmente, a presença do Sr. Secretário de Estado, mas não podemos deixar de registar politicamente este facto: ainda não é hoje que temos o prazer de ver o Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais a discutir problemas da sua área com o Plenário da Assembleia da República. Esperemos pelo Orçamento!

Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, quero dizer-lhe que nos desiludiu profundamente com a sua intervenção. Limitou-se a ler o relatório que o inspector-geral do Ambiente — penso que sim, porque o relatório que nos foi entregue está apócrifo, nem sequer está assinado — nos enviou esta manhã.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Agora é moda nos ministérios ler as intervenções dos outros.

O Orador: — Para isso, poupava-nos a sua intervenção e nós fomos o relatório, que já tínhamos entre mãos. Preferímos que tivesse vindo com informações novas e com dados novos que pudesse ir mais além do relatório da Direcção-Geral do Ambiente e que o Sr. Secretário de Estado se limitou a copiar na sua intervenção.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — A plagiar!

O Orador: — Sim, a plagiar, como muito bem lembra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

Mas já que o Sr. Secretário de Estado se louva no relatório — relatório que é, ao contrário do que diz, tudo menos rigoroso, tudo menos científico, e sim, sobretudo, um relatório de carácter político, para suportar a pressão política do Governo —, vamos, então, procurar citar algumas passagens e confrontá-lo com a realidade. Gostaríamos de ouvir o seu comentário.

O Sr. Secretário de Estado começa por dizer — e o relatório também o diz — que se não se fizessem reparações corria-se o risco do desmoronamento, com as consequências que isso tinha para as populações e para a região. Nós não questionamos a reparação — que, aliás, se conhecia há 10 anos — e sim a decisão tão rápida, o *modus faciendi* e, enfim, a forma como todo o processo foi desenvolvido.

Mas, mesmo em relação à reparação, sabe o Sr. Secretário de Estado que antes da barragem ter sido vazada a comporta de jusante foi substituída e quando se iniciou o vazamento já lá estava colocada uma comporta perfeitamente nova que poderia suportá-lo sem a necessária substituição da outra comporta?

Assim, a própria realidade demonstra que havia, porventura, outras soluções menos radicais do que as que levaram a esta situação. Se as duas comportas estavam em estado de tal degradação que exigiam o vazamento da barragem, não se percebe, então, que a comporta de jusante — a comporta de segurança — pudesse ter sido substituída, antes do referido vazamento, por uma comporta completamente nova e que, entretanto, a comporta de montante tivesse aguentado a barragem sem perigos tão evidentes como aqueles a que o Sr. Secretário de Estado se referiu ao ler o relatório. Isto indicia que a situação não era, porventura, tão grave como quiseram fazer crer.

O Sr. Secretário de Estado e o relatório referem que as câmaras municipais, aliás, com alto sentido de responsabilidade — que nós dão, hoje, a honra de acompanhar este debate das galerias, e a quem nós daqui saudamos —, chamaram a atenção da opinião pública para este processo. Diz, pois, o Sr. Secretário de Estado que terão sido avisadas a tempo e horas! Mas com certeza desconhece que o tal aviso da Direcção-Geral dos Recursos Naturais à Câmara Municipal de Avis foi feito só em 16 de Abril, ou seja, quatro meses depois da decisão tomada e só após a Câmara ter oficiado à Direcção-Geral dos Recursos Naturais a sua preocupação pelos problemas!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem perguntado!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, diz-se no relatório que 65 %, salvo erro, do peixe tinha sido salvo, mas é o Sr. Secretário de Estado e o relatório que se desmentem a si próprios!

Se a albufeira tinha cerca de 700 t de peixe e se no relatório se diz que morreram cerca de 300 t de peixe, se fizermos as contas concluímos facilmente que teriam morrido, pelo menos, cerca de metade de todo o peixe e não, unicamente, os 35 % como resulta da sua intervenção. Isto é indescritível pelos factos, pelo relatório e pelas suas próprias palavras, Sr. Secretário de Estado!

Para terminar, queria dizer que a comissão de acompanhamento criada, e aqui referida pelo Sr. Secretário de Estado, reuniu três vezes e nenhuma delas depois de a

barragem ter começado a ser vazada, ou seja, exactamente quando seria mais necessária a sua intervenção!

O Sr. Secretário de Estado reafirmou que não era preciso nenhum estudo de impacte ambiental. Iremos referir esse aspecto na nossa intervenção, mas, já agora, trago à colação o requerimento do anterior Secretário de Estado dos Recursos Naturais, actualmente deputado Macário Correia — que percebe disto, com certeza —, ele próprio diz que, de acordo com a legislação nacional e comunitária, tal obra obriga a um estudo de impacte ambiental!

Como é que o Sr. Secretário de Estado explica estas questões e, designadamente, esta contradição entre a sua afirmação e a do anterior secretário de estado enquanto deputado?

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Luís Filipe Mendes): — Leia tudo, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, só lamento que não tenha tido em conta a sua economia de tempo, pois gastou seis minutos e meio com o pedido de esclarecimento.

Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, na sua intervenção referiu a morte de peixe. Quanto a este assunto, há que nos situarmos relativamente aos quantitativos — são os números que ditam a gravidade da situação de que estamos a falar — e à especificidade.

Lembraria, a propósito, que a extrema riqueza da reserva piscícola foi, aliás, salientada pelo Departamento de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências, que, na altura, alertou para a necessidade de que todo o processo de vazamento se fizesse sem pôr em causa o trabalho de investigação científica que vinha a ser feito. Este é um aspecto.

O segundo aspecto, que não foi tocado na explanação que nos fez, prende-se com o facto de a principal base de abastecimento de rega da região ser a barragem do Maranhão, onde existe, como sabe, no lodo do fundo, uma considerável quantidade de peixe em estado de putrefacção. É, pois, óbvio que quando se iniciar o processo de enchimento da barragem, com as chuvas, essa água vai estar inquinada.

Posto isto, gostaria de saber qual é a solução concreta que existe para esta situação, sendo óbvio que ela tem reflexos na saúde pública da região como, aliás, o Centro Regional de Saúde de Avis já alertou.

Por outro lado, pareceu-me que o Sr. Secretário de Estado referiu que não havia experiência relativamente a um processo desse tipo. Sem dúvida! Mas, apesar da legislação já existente, do conhecimento científico de que dispomos e do facto de, em devido tempo, quer as autarquias, quer os agentes económicos e as próprias associações do ambiente, terem alertado e sugerido o debate desta questão, o Governo sempre se furtou a discuti-la. Este é um elemento que se deveria ter tido em conta e que gostaria de ver melhor explicado.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: Queria, em primeiro

lugar, acompanhar as palavras do Sr. Deputado Lino de Carvalho relativamente à questão de não ser o Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais a estar presente neste debate. E faço-o por três razões.

Desde logo, pelo facto de o Sr. Ministro, desde que é Ministro — e já lá vai quase um ano — nunca ter vindo ao Parlamento discutir qualquer questão. Tinha agora uma excelente oportunidade!

Em segundo lugar, o Sr. Ministro disse-nos ontem, em comissão, que não queria discutir o problema do inquérito parlamentar sobre a questão do esvaziamento da barragem do Maranhão porque tínhamos agendado para hoje o debate no Plenário. Assim sendo, todos nós ficámos suspensos da participação do Sr. Ministro neste debate em Plenário.

Finalmente, a presença do Sr. Ministro teria importância na medida em que conduziria à valorização de uma questão ambiental. Infelizmente, não podemos contar com ele!

Ninguém, nesta Sala, quer ficar com a ideia de que o Sr. Ministro, não tendo experiência parlamentar, se sente pouco à vontade, pois temos a certeza que ele se sairá bem.

Infelizmente, o mesmo não poderemos dizer da intervenção do Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, uma vez que o discurso desculpabilizante adoptado é mal conselheiro.

O Sr. Secretário de Estado diz que não foram cometidos erros políticos! Diz que louva a decisão política de fazer as obras naquelas condições! No fundo, o que faz é assumir a responsabilidade pelo que foi feito e acha que foi muito bem feito! E noto, com grande importância política, o facto de se verificarem diferenças na apreciação do problema por parte do Grupo Parlamentar do PSD e do Governo.

O Sr. Deputado João Maçãs diz que, de facto, houve incompetência, embora não tivesse havido uma intenção criminosa — também só nos faltava que tudo aquilo tivesse sido feito para assassinar os pobres dos peixes! —, que não existiram estudos técnicos, que tudo aquilo foi feito, digamos, com uma «grosseria» técnica — e não precisamos de ser ecologistas para lançar as mãos à cabeça, tendo em atenção todas as imagens que nos chegaram pela televisão.

Mas noto que a questão essencial é a de que o Sr. Secretário de Estado assumindo que a decisão política foi correcta, dizendo, apenas, que houve uma questão de tempo quanto ao estudo de impacte ambiental e que não foram cometidos erros políticos, temo que, no futuro, porque vamos ter mais problemas destes, mais vazamentos de barragens, vocês não tirem as consequências das acções políticas correctas para fazerem outros erros. É essa, pois, a grande preocupação. Se não assumem que tudo aquilo foi uma monstruosidade vão, com certeza, no futuro, fazer igual! É essa a minha grande preocupação.

Diz o Sr. Secretário de Estado, por exemplo, que «a morte dos peixes chocou o País e chocou-nos a todos».

Desde logo, digo-lhe que não parece nada, e pondo de lado, agora, o fundamentalismo emocional, quero-lhe perguntar se, depois destes incidentes do Maranhão, o Sr. Secretário de Estado se dirigiu ao País para explicar o que pensava o Governo! O Sr. Ministro foi à televisão dizer alguma coisa sobre o assunto?

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — Comportaram-se como se isto não fosse nada convosco!

A vossa tentativa de desresponsabilização de uma decisão política que tinha a ver com os próprios serviços do

Ministério é inqualificável! Tanto mais porque andam sempre com o discurso na boca de que é preciso apelar à participação dos cidadãos para a defesa do ambiente e afinal os cidadãos mexeram-se, queixaram-se, avisaram, mas vocês fizeram ouvidos de mercador!

É lamentável o comportamento de todo o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e de todos os seus responsáveis políticos, porque, Srs. Deputados — e quero chamar a atenção da Câmara para isto —, depois de um desastre daqueles, é hoje a primeira vez que um membro do Governo se pronuncia sobre a questão.

Deixo-lhe esta pergunta final, Sr. Secretário de Estado, para que nos elucide a todos e ao País: considera ou não que a questão do vazamento da barragem do Maranhão foi ou não foi um grave incidente ecológico?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Martins para um pedido de esclarecimento.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, queria agradecer as considerações que teceu relativamente à intervenção que fiz e lamento não poder fazer o mesmo em relação à que pronunciou, sobretudo porque a baseou num relatório que tive oportunidade de ler, muito rapidamente, e onde grande parte das afirmações que são feitas traduzem uma história mal contada.

Nestes termos, referia apenas dois exemplos porque o tempo é escasso.

Diz-se no relatório que a água da barragem serve apenas para rega. Pergunto, pois: como é que é possível laborarem as fábricas de tomate e de lacticínios que existem em Avis e que dependem directamente da água da barragem?

A fábrica de lacticínios, por exemplo, está a trabalhar, hoje, a 50 % da sua capacidade; quando foi retirada a água da barragem, abriu 10 furos, alguns dos quais chegaram a dar 30 000 l de água e hoje dão apenas 1500 l.

Este tipo de afirmações, num relatório que considerou rigoroso, são extremamente graves, e lamento que tenha baseado a sua intervenção num inquérito que considerou rigoroso e que, afinal, tem gralhas desse tipo.

Por outro lado, encontrou-se uma doença nalguns peixes que viviam naquela albufeira há muito tempo e que, ao serem transferidos, punham em risco, de facto, a água das outras barragens. Este é outro caso que, naturalmente, gostaríamos de ver esclarecido, não aqui e agora, mas noutra oportunidade.

Relativamente à afirmação de que a barragem estava superlotada, lembrava aqui, Sr. Secretário de Estado, que, no dia 15 de Março, dois amigos alentejanos do concelho de Avis foram à pesca para fazer um petisco e foram imediatamente levados a tribunal, tendo pago, cada um deles, 10 000\$ por terem pescado meia dúzia de peixes na barragem. Há aqui qualquer coisa de contraditório em todo este processo e no comportamento das entidades responsáveis pela resolução do problema da superlotação da barragem.

O Sr. Secretário de Estado afirmou que não havia tempo para fazer o estudo de impacte ambiental. Lembro-lhe, Sr. Secretário de Estado, que há 10 anos que as entidades oficiais tinham conhecimento do estado em que a barragem se encontrava. Havia tempo suficiente para se fazer o estudo de impacte ambiental, e mesmo assim, como referi na minha intervenção, ficam muitas dúvidas sobre se não haveria soluções alternativas por forma a não se ter de esvaziar a barragem até ao ponto que foi, provocando não

só um crime grave como uma situação de riscos imprevisíveis para toda aquela região se a barragem, durante o Inverno, não encher o suficiente para o regadio, para além da questão da saúde pública, através da utilização dessa água; dado o estado em que se encontra, o que é extremamente preocupante.

O Sr. Secretário de Estado disse que o Governo acompanhou este processo. Sendo assim, gostava que me dissesse o que é que foi feito ao nível político, em termos de tomadas de medidas, de intervenção, para que esta situação não chegasse ao ponto a que chegou.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: Não vamos dizer que preferímos não o encontrar aqui mas, sim, o Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais; pelo contrário, gostaríamos de vê-lo aqui ao lado do Sr. Ministro. É a primeira questão que quero colocar-lhe prende-se com isto, porque o caso não é virgem.

Gostaria que V. Ex.^a esclarecesse sobre a verdadeira intenção que preside a estas situações de ausência dos Srs. Ministros, nomeadamente dos que preferem ir às comissões parlamentares a comparecerem em Plenário.

Esta situação ocorreu ainda a semana passada com o Sr. Ministro de Educação. Decorria uma sessão de perguntas ao Governo em que, perante a comunicação social, logo, perante a opinião pública, se colocavam questões com muita acuidade e grande relevância para os jovens e famílias portuguesas; no entanto, o Sr. Ministro entendeu que a sua agenda só lhe permitia estar presente na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que decorria simultaneamente.

E agora temos esta circunstância de, perante a comunicação social, estarmos a discutir esta matéria, relevante para a opinião pública, o Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, Carlos Borrego, não estar presente, mas esteve ontem na Comissão Parlamentar de Poder Local e Ambiente.

Claro que me poderá dizer que são casos particulares destes ministros e que não se trata de uma nova regra, mas gostaria que me esclarecesse. Posso até, enfim, admitir que seja uma situação particular destes ministros, visto estarem praticamente no início das suas actividades governativas, que ainda estão embuhidos de uma certa timidez e que, portanto, temem o Plenário e preferem o trabalho em sede de comissão, temem a exposição pública. No caso do Ministro Carlos Borrego até aceitaria essa situação com mais facilidade, porque ainda ontem todos tivemos ocasião, inclusive o Sr. Secretário de Estado por estar presente, de presenciar o extremo nervosismo quando respondia a simples questões, até amigáveis, colocadas pelos Srs. Deputados em ambiente de comissão. Logo, qual não seria o nervosismo em Plenário!

Mas vamos à matéria dos factos.

Ouvi com atenção a exposição do Sr. Secretário de Estado e penso que a sua principal argumentação reside no ponto em que afirma que o vazamento daquela albufeira era tecnicamente inevitável, que não se poderiam fazer reparações necessárias de outra forma. Pergunto se foi por essa razão — aliás, apoiada em estudos técnicos, para além do relatório que referiu — que o Governo resolveu isentar esta obra, digamos assim, da obrigação legal de fazer uma avaliação do impacte ambiental, porque se trata de uma

obrigação legal. Não é esta, sequer, a opinião do Sr. Deputado Macário Correia. Trata-se de uma obrigação legal segundo o Decreto-Lei n.º 186/90, tanto quanto sabemos, e é evidente que esse diploma prevê o regime de isenção, que pode, aliás, ser arbitrariamente decidido pela tutela.

Se a decisão da tutela foi a de isentar a obrigação de se proceder ao estudo do impacte ambiental desta obra, gostaria de saber se, nesse caso, cumpriu o que vem preceituado no decreto-lei sobre a informação a prestar de acordo com o disposto na directiva comunitária, ou seja, quem foi informado dos motivos da isenção e porquê. E que não vemos a razão para que este estudo possa ser isentado apenas pelo carácter imperativo de uma obra, Sr. Secretário de Estado. Não se trata de um parecer mas, sim, de um estudo, que serve para muita coisa, mesmo para uma obra que tem de fazer-se, até para minorar e mitigar os efeitos a jusante da obra que estão a ocorrer neste momento.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, o Sr. Ministro foi tão lesto a acusar os bombeiros do incêndio da serra da Arrábida e não teve uma palavra, nem o Ministério, sobre este caso. Se tivesse sido um desastre de comboio, onde tivessem morrido pessoas, a culpa tinha sido do maquinista.

Porém, neste caso teria sido demasiado ridículo atribuir a culpa aos peixes que morreram, pelo que não há culpados.

Como disponho de muito pouco tempo — apenas de um minuto cedido gentilmente e que muito agradeço —, apenas direi que o que está aqui em causa é o desprezo visceral de um governo autoritário por todos os contributos dados pelas forças representativas dos cidadãos, pelas autarquias, pelas associações, que se preocupam com a vida real do nosso país. Gostaria de saber, Sr. Secretário de Estado, por que razão terá sido afastado do acompanhamento deste processo um representante da Direção-Geral dos Recursos Naturais? Segundo julgo saber, esse representante terá sido afastado por não aceitar as imposições que estavam a ser feitas, para se calar em função do seu desacordo com todo o desenvolvimento deste processo. Não sei se isto é ou não verdade, de qualquer forma penso que devia ser objecto de inquérito, que, espero, seja aprovado por esta Câmara.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, informo a Câmara de que o tempo utilizado pelo Sr. Deputado Mário Tomé é imputado ao tempo disponível do Partido Ecologista Os Verdes.

Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho alguma dificuldade em responder às questões levantadas porque não estou seguro de não haver diferenças de linguagem fundamentais e de não estarmos a falar do mesmo acontecimento.

O Sr. Deputado Lino de Carvalho falou na reparação da comporta de jusante. Como foi a reparação dessa mesma comporta que motivou o evazamento da albufeira, estranho, de algum modo, essa referência.

Por outro lado — vamos ser muito objectivos e realistas quanto a estas questões —, a partir do momento em que é detectada a necessidade de intervir numa obra hidráulica do tipo de uma barragem, os condicionalismos estruturais, a quantidade de água retida, os efeitos perversos de qualquer acidente que ali possa ocorrer, aconselham, a meu ver, ser de elementar bom senso assentear qualquer tipo de intervenção numa lógica de precaução, de salvaguardar, em última instância, os acontecimentos, os factos, as pessoas, os bens materiais que estão em jogo. Portanto, parece-me que estamos perante uma questão muito mais profunda do que estão a querer torná-la.

Sr. Deputado José Sócrates, é óbvio que estamos todos de acordo que houve ali um acidente grave, pois morreram 250 t ou 300 t de peixe e, digamos, só por estupidez ou por cegueira é que não se poderia deixar de o admitir.

Creio que isso ficou patente no meu discurso, mas se não ficou friso-o agora para que não hajam dúvidas: os relatórios que decidimos mandar elaborar a cada uma das direcções-gerais envolvidas no acontecimento e a avaliação global que procurámos fazer foram feitas no sentido de saber exactamente o que se teria passado, e foram essas as informações que nos foram transmitidas.

Curiosamente, essas informações nunca são postas em causa. Na argumentação feita contra o Governo é sempre, digamos, tudo relativamente lateralizado e não se contesta, na essência, nada do que eu disse. E é esse o ponto, Srs. Deputados, que, segundo me parece, deve ser tido em consideração.

Quanto à questão da doença dos peixes, Sr. Deputado André Martins, temos duas alternativas neste processo: ou acreditamos em organismos da Administração, que são credíveis e onde é suposto haver especialistas e pessoas qualificadas nesta matéria, ou, então, pomos tudo em causa e caímos num sistema em que, de facto, os dados de base são fluidos e variáveis. E o que quero dizer é que foi o Instituto Nacional de Investigação das Pescas que produziu os relatórios sobre a dita cuja doença dos peixes e que recomendou que a sua transferência para outras bacias fosse suspensa para se evitarem riscos de contaminação.

Gostaria ainda de referir um ponto que, em minha opinião, é importante.

Se me pergunta, do ponto de vista académico, se é ou não possível levar a cabo um processo de evazamento de uma albufeira, minimizando ao limite os impactes ambientais, tendo presente que não só o próprio acto de evazamento de uma albufeira como o de construção têm um impacte ambiental significativo sobre o meio ambiente, ou seja, tendo presente esse facto de base, seja o da construção, seja o do evazamento, onde não é possível evitar, nem num nem no outro acto, o impacte ambiental, respondo naturalmente que é possível. Mas gostaria de chamar a atenção — com sinceridade — para a existência de um encadeamento de factores negativos, quer no que diz respeito aos acessos ao plano de águas na albufeira, quer no que diz respeito à relação estabelecida na gestão das comportas, quer no que diz respeito à inundação da câmara de manobras, há uma série de factores que vão forçando e limitando as opções.

Gostaria de dar um exemplo: na fase final do processo tive oportunidade de reunir com a Câmara Municipal da Avis e com a Liga de Proteção da Natureza porque as alternativas que nos restavam, depois de opções que foram sendo sucessivamente tomadas para a eliminação dos peixes, vão-se reduzindo. Como é sabido, do ponto de vista da gestão e da administração do projecto, umas decisões

condicionam as decisões seguintes e o leque de escolhas, em cada instante, é determinado pela opções que se vão seguir.

Relativamente ao estudo de impacte ambiental, gostaria de dizer que atingida que foi uma situação, reconhecida tecnicamente, inclusivamente pela própria comissão de segurança de barragens, que podia ter riscos graves, ninguém em seu perfeito bom senso podia ter tomado outra atitude que não fosse a de mandar proceder à reparação. Mais ainda: numa circunstância destas é óbvio que o estudo de impacte ambiental é desnecessário porque a urgência da intervenção sobrepuja-se manifestamente ao *timing* exigido para a elaboração e implementação desse estudo.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Não respondeu às questões técnicas que coloquci!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O polémico processo de vazamento da barragem do Maranhão é um exemplo vivo da incúria, da indiferença e da negligéncia com que, muitas vezes, órgãos da administração central e da Administração Pública actuam face a graves problemas com incidência na vida económica e social de regiões inteiras e das populações, e da indiferença e falta de diálogo do próprio Governo face às opiniões dos representantes das populações, das associações ecologistas e das autarquias.

Mas é, seguramente, também um exemplo de como é grande o fosso entre as palavras do Governo, de defesa e salvaguarda do ambiente, e a realidade que decorre da própria acção dos seus órgãos, inclusivamente do próprio Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Já foi aqui dada uma fotografia da dimensão da barragem do Maranhão. Falta dizer que é a 6.^a maior albufeira do País em área e capacidade de armazenamento e a 3.^a maior do Alentejo.

Possuindo, antes do seu vazamento, uma enorme riqueza de fauna subaquática, com mais de 100 espécies e contendo mais de 700 t de peixe, a barragem do Maranhão era, e é, o principal pilar do desenvolvimento económico, social e turístico da zona.

Da sua água depende a vida de milhares de agricultores, designadamente produtores de tomate; o trabalho de duas dezenas de famílias de pescadores profissionais; a actividade de várias fábricas de tomate e de leite e lacticínios; vários empreendimentos de interesse turístico; múltiplas actividades desportivas que, ao longo do ano, têm a albufeira como destino, e a actividade comercial e de hotelaria da zona.

Acresce a interligação entre a barragem e várias ribeiras, como a ribeira de Raia, em Mora, cujo caudal de água depende também do Maranhão, encontrando-se actualmente reduzidíssimo, comprometendo as culturas de regadio, o abastecimento de indústrias agro-alimentares e a respectiva fauna e flora.

Razões mais que suficientes para que qualquer obra a realizar na barragem fosse precedida da mais séria ponderação e diálogo quanto às soluções a adoptar, no sentido de minimizar ao máximo os impactes na vida económica, social e ambiental e em todo o ecossistema.

Mas, infelizmente, tudo se passou ao contrário.

Em finais de 1990, com o apoio e autorização dos Ministérios de Agricultura, Pescas e Alimentação e do Ambiente e Recursos Naturais, através, respectivamente, das Direcções-Gerais de Hidráulica e Engenharia Agrícola e dos Recursos Naturais, a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, entidade responsável pela exploração e conservação da barragem, decidiu proceder, a partir de Outubro, ao vazamento total da albufeira para reparação das comportas de descarga de fundo que, devido a deficiente manuseamento por parte da própria Associação, facto que não pode ser escamoteado, tinham alguns problemas de funcionamento.

E a primeira questão surge logo aqui: porque razão é que, conhecendo-se, como a própria Associação e os Ministérios respectivos confessam, a existência da avaria há cerca de 10 anos, o processo de reparação, através da solução mais radical — o vazamento da albufeira —, é desencadeado, de um momento para o outro, sem ponderação de soluções alternativas?

Tomada a decisão no segredo dos deuses, as entidades responsáveis por todo o processo desencadeiam os trabalhos preparatórios de reparação sem qualquer informação e contacto prévio com as várias entidades sediadas na zona, designadamente com a própria Câmara Municipal de Avis, as empresas existentes e os agricultores e pescadores cuja actividade depende da barragem. Só através de inconfidências é que, por exemplo, a Câmara Municipal de Avis toma conhecimento da situação e contacta, por sua iniciativa, as entidades responsáveis.

E uma segunda interrogação nos surge aqui: porque razão é que uma decisão desta magnitude e as suas consequências não foram ponderadas previamente, em diálogo com todos os interessados, designadamente as autarquias, e é apresentada como um facto consumado?

Um projecto desta natureza, com incidências significativas no ambiente e realizado com fundos comunitários, está sujeito à Directiva n.º 86/337/CEE, transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho. Aí se diz que os projectos de construção ou de obras de hidráulica agrícola devem ser submetidos a um processo prévio de avaliação do impacte ambiental.

E aqui terceira questão se coloca: porque é que o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais autorizou a realização da obra sem que tivesse sido feito o estudo e a avaliação do impacte ambiental, que a própria legislação emanada do Ministério e a directiva da CEE obrigam?

Porventura, quem estaria em melhores condições para responder seria o anterior secretário de Estado que, em reunião havida com a Câmara Municipal de Avis, terá declarado nada poder fazer, que não se deslocou à Comissão de Agricultura e Pescas no final da legislatura passada, quando chamado para debater esta questão, mas que agora afirma, num requerimento ao Governo, que a obra «obriga a um estudo de impacte ambiental».

Faz lembrar aquele velho provérbio: «Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço.» Ou caso para dizer: «bem prega frei Tomás»!

Entretanto, e face à falta de diálogo dos responsáveis por todo este processo, a Câmara Municipal de Avis decide encenhar a uma empresa especializada do sector um estudo integrado das condições de reparação e manutenção da barragem do Maranhão e dos problemas económicos e sociais inerentes, visando encontrar soluções técnicas alternativas para as obras de reparação.

Ora, aconteceu que a empresa em causa viu-se obrigada a desistir do estudo porque não lhe foram facultados nem

elementos técnicos indispensáveis nem uma visita completa à zona das reparações.

Obviamente, uma quarta perplexidade se levanta: que razões ponderosas levaram as entidades responsáveis da obra a impedir os estudos necessários à busca de soluções técnicas alternativas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Durante meses, autarquias, associações ecológicas e outras entidades procuraram, em vão, o diálogo e alertaram para as gravíssimas consequências de um vazamento total da albufeira. Foram completamente ignorados!

Tanto a Associação de Regantes como as direcções-gerais envolvidas e respectivos ministérios, incluindo aqui também a Direcção-Geral das Florestas, fecharam-se ao diálogo e à cooperação efectiva enquanto afirmavam, em palavras, que todas as medidas cautelares estavam garantidas, no sentido de serem minimizados os impactes resultantes do esvaziamento da albufeira.

A realidade veio confirmar plenamente os avisos e as preocupações de ecologistas e autarcas: foi criada uma comissão de acompanhamento, que jamais reuniu após o início do processo de vazamento, exatamente quando mais necessária seria a sua intervenção, e a forma irresponsável e ligeira com que o vazamento foi feito levou à morte de centenas de toneladas de peixe — o Sr. Secretário de Estado, há pouco, procurou minimizar aqui esta questão, mas estão ali fotografias e um vídeo disponíveis para o Sr. Secretário de Estado, para os Srs. Deputados e para a comunicação social, se tiverem quaisquer dúvidas sobre o que aconteceu —, algum dele esmagado contra as paredes da barragem devido à força da corrente, derivada do vazamento, outro por não ter sido salvaguardado um volume de água suficiente que permitisse a oxigenação necessária à sobrevivência da fauna piscícola.

Foi indescritível o espectáculo de áreas extensas da água da albufeira cobertas por milhares de peixes mortos, como se de um tapete se tratasse. O repovoamento vai levar anos.

Para esconder o crime praticado — estávamos em vésperas de eleições e não convinha chamar a imagem do Governo — chegou-se a proibir o trabalho de operadores de câmara de televisão e foram feitos, precipitadamente, aterros precários nas próprias paredes da albufeira e montureiras, a céu aberto, onde foram enterrados ou depositados, inclusivamente dentro de sacos de plástico não biodegradáveis, em putrefacção, milhares de peixes mortos — não correspondendo, portanto, à verdade aquilo que o relatório e o Sr. Secretário de Estado disseram de que foram cobertos com cal, pois fui ver — exalando cheiros nauseabundos e com óbvios perigos para a saúde pública, o que levou, inclusivamente, a um comunicado do delegado de saúde de Avis.

Procurando, à pressa, salvar parte da fauna, a Direcção-Geral das Florestas transferiu em contentores, baldes e tinas de plástico alguns peixes para outras barragens, elas também com pouco caudal e atirando-os de cima das pontes para a água. Escusado será dizer que grande parte morreu nesta patética operação de salvamento. Um mês depois do início do processo ainda havia montes de peixe morto a boiar nas águas da albufeira.

Hoje, as fábricas da zona estão com dificuldades para trabalhar. Uma das empresas de lacticínios está a deixar de laborar cerca de 15 000 l de leite por dia por falta de água.

As fábricas de concentrado de tomate vão afirmando que só muito difficilmente poderão garantir aos agricultores contratos de tomate para a próxima campanha.

Os pescadores estão parados e a actividade turística e hoteleira corre o risco de graves dificuldades na próxima época.

Entretanto, para culminar este nebuloso processo, depois de a albufeira ter recomeçado a encher, após o fim das obras, foi, recentemente, de novo vazada e levada à cota zero porque a obra teria sido mal conduzida e um determinado caudal de água continuava a aparecer a jusante da descarga de fundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou terminar como comecei. Estamos perante um conjunto de questões que indiciam fortemente atitudes de negligência, de incúria, de recusa de diálogo e de prepotência das entidades que intervieram na decisão e execução da obra — Governo e Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Serraia. Estamos perante um problema que demonstra claramente a distância entre as palavras e os actos do Governo em matéria de preservação do ambiente. Estamos perante um caso em que o Governo não pode desresponsabilizar-se, como o Sr. Secretário de Estado tentou aqui fazer, porque foi o Governo, através da Secretaria de Estado, que autorizou a obra, que a acompanhou e que, aliás, se recusou a um diálogo efectivo com as várias entidades que procuraram, em cooperação, encontrar soluções técnicas alternativas.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Nós próprios, Grupo Parlamentar do PCP, depois de visita ao local, requeremos uma audição parlamentar, que jáz na Comissão de Agricultura e Mar esperando luz verde do PSD para que se realize, e fizemos um requerimento ao Governo que, até ao momento, não obteve resposta, ou melhor, que obteve resposta esta manhã.

Há matéria suficiente que justifica o inquérito parlamentar proposto, até para salvaguardar situações futuras noutras barragens.

Entretanto, dependentes dos deuses, como se diz nos relatórios, façamos a dança da chuva para que caia água suficiente, de modo a poder encher a barragem e a impedir uma grave crise económica e social na zona nas próximas épocas agrícolas e turísticas.

Aplausos do PCP, do PS, de Os Verdes e do deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para pedir esclarecimentos, está inscrito o Sr. Deputado João Maçãs, mas acontece que o Sr. Deputado Lino de Carvalho já não dispõe de tempo para responder.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, interpelo a Mesa no sentido de me ser facultado tempo para usar da palavra em defesa da minha honra e consideração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, tendo em conta o facto de o meu nome ter sido citado aqui por actos e opiniões emitidas pela minha pessoa noutras

circunstâncias e não estando de acordo, na íntegra, com aquilo que foi dito, por não traduzir linearmente os meus actos e o meu pensamento, considero que devo defender o meu bom nome e a honra e consideração que é devida a cada um de nós.

É nesse sentido que intervenho para dizer, de forma sintética, o seguinte: em primeiro lugar, não tenho, nem nunca tive, qualquer dúvida sobre a inevitabilidade e a urgência da realização daquela obra de reparação da barragem aqui referida; em segundo lugar, sempre disse que tinham de ser tomadas todas as cautelas e todos os cuidados, com a colaboração das mais diversas entidades governamentais, não governamentais e autárquicas, no sentido de se acautelar aquilo que estava em jogo e que era delicado; em terceiro lugar, disse aqui — e consta do *Diário da Assembleia* —, já na minha condição de deputado, como o disse em outras circunstâncias, que aquilo que tinha acontecido não poderia merecer qualquer palavra de acordo de alguém que se preocupa com as questões do ambiente, qualquer que seja a função que essa pessoa desempenhe em qualquer circunstância.

Aquilo que aconteceu é algo que tem de ser averiguado e que, naturalmente, não pode repetir-se, e isso foi aqui dito por mim no entendimento que sempre tive de que era preciso, na situação excepcional que se vivia em relação àquele processo, efectuar um relatório que, de uma forma clara e precisa, avaliasse os efeitos ambientais da obra.

Limite-me a referir, para concluir, sem emitir a minha opinião, que o artigo 1.º da Directiva de 27 de Junho de 1985 diz que ela se aplica à avaliação dos efeitos no ambiente de projectos públicos e privados susceptíveis de terem um impacte considerável no ambiente e que na sua acepção entende-se por projecto a realização de obras de construção, de instalações ou obras ou outras intervenções no meio natural ou na paisagem, incluindo as intervenções destinadas à exploração dos recursos do solo.

Diz ainda a mesma directiva, no seu artigo 2.º, n.º 3, que, em casos excepcionais — e era esta a situação —, os Estados membros podem isentar um projecto específico, na totalidade ou em parte, das suas disposições mas, neste caso, os Estados membros examinarão se é conveniente uma outra forma de avaliação e se as informações assim reunidas devem ser postas à disposição do público. Assim sendo, porão à disposição do público interessado as informações relativas a essa isenção e as razões pelas quais a concederam e informarão a comissão, antes de concederem a aprovação, dos motivos que justificam a isenção concedida e fornecer-lhe-ão as informações que porão, se for caso disso, à disposição dos seus nacionais.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pedia-lhe que se cingisse ao tema sobre o qual exerceu o direito de intervir.

O Orador: — Concluo, dizendo apenas que o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 186/90 diz que esse diploma transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 85/337/CEE e define que projecto é a realização de obras de construção ou de outras instalações ou obras ou outras intervenções no meio natural ou na paisagem, incluindo as intervenções destinadas à exploração dos recursos do solo.

É este o entendimento da lei, é este o meu entendimento agora, sempre foi assim, e, nesse sentido, foram, em tempo, dadas instruções para a elaboração de um relatório que traduzisse aquilo que a lei determina.

O Sr. João Maçãs (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para quê efeito, Sr. Deputado?

O Sr. João Maçãs (PSD): — Sr. Presidente, tinha pedido a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Lino de Carvalho mas o PCP tinha esgotado o seu tempo. Ora, apercebi-me de que o Sr. Deputado estaria a tentar que lhe cedessem algum para poder responder às questões que lhe queria colocar e, portanto, era para saber se, de facto, o PCP conseguiu qualquer cedência de tempo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, em princípio não há cedências de tempo neste debate. Abriu-se aqui uma excepção, depois de se consultarem todas as bancadas, e admitiu-se que o Partido Ecologista Os Verdes cedesse um minuto a cada um dos deputados independentes.

Como o Sr. Deputado Lino de Carvalho não só esgotou como ultrapassou o tempo do seu partido, não poderá responder a qualquer pedido de esclarecimento.

O Sr. João Maçãs (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado só pode pedir a palavra para dar explicações.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — É para esse efeito, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Gostaria que os Srs. Deputados fossem cuidadosos na manobra de integrar o uso da palavra no item próprio do Regimento.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Não é para mim!...

O Sr. Presidente: — Para si é a título preventivo. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, terei a cautela preventiva a que se refere.

De qualquer modo, antes de usar a figura regimental de dar explicações e uma vez que o Sr. Deputado João Maçãs se dirigiu a mim, gostaria de, sob a forma de interpelação à Mesa, informar que, da nossa parte, há toda a disponibilidade e todo o interesse em responder às perguntas que o Sr. Deputado João Maçãs queria colocar. Só que já não temos tempo. Assim, se o PSD quiser disponibilizar uma parte do seu tempo e se a Mesa o admitir, repito que estamos completamente disponíveis para responder ao Sr. Deputado João Maçãs.

Quanto à defesa da honra do Sr. Deputado Macário Correia, só quero dizer que me congratulo por o Sr. Deputado ter entendido defender a sua honra — que, aliás, não quis atingir, já que me referi a factos políticos ocorridos no período em que o Sr. Deputado era secretário de Estado — e ter referido o seu próprio requerimento.

É que o que o Sr. Deputado disse — por alguns caminhos indirectos, que também compreendemos dada a sua posição incómoda — constituiu a plena confirmação de todas as críticas que fizemos, quer na nossa intervenção quer nos anteriores pedidos de esclarecimentos que tínhamos feito ao Governo.

Registo a sua falta de acordo com todo o processo, o que contrasta com a intervenção do Sr. Secretário de Estado. Registo também que o Sr. Deputado enunciou o conjunto de condições alternativas à não realização do estudo de impacte ambiental, que não foram cumpridas, o que significa que há plena razão nas nossas críticas e que, ao contrário do que dizia o Sr. Secretário de Estado, o Governo é politicamente responsável pelo que sucedeu.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, boa razão tive quando, há pouco, fiz a prevenção!

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Nesta altura do debate, não sei se valerá a pena relembrar os factos em discussão. Assim, apenas farci algumas anotações.

Em primeiro lugar, torno a chamar a atenção da Câmara para o facto, já anteriormente salientado, de esta obra não se ter realizado numa barragem qualquer mas, sim, numa barragem grande, com 40 km de extensão. Na verdade, trata-se da 6.ª albufeira do País e da 3.ª do Alentejo.

Em segundo lugar, a obra foi executada com o esvaziamento da barragem para proceder a uma reparação, e quero salientar um facto acerca disto: é que, apesar de ter sido várias vezes solicitado para o escrito, o Governo nunca consultou ninguém sobre o projecto da obra — nem câmaras municipais nem associações ambientalistas — nem sequer sobre os estudos técnicos que conduziram ao «axioma» declarado pelo Sr. Secretário de Estado na sua intervenção, segundo o qual o esvaziamento da barragem era a única alternativa possível. Não estou a pôr em causa esta afirmação mas a dizer que, neste capítulo e mesmo após ter sido solicitado por várias instâncias, o Governo se comportou com particular segredo, escondendo todos os documentos técnicos que ensinaram o projecto, que, aliás, se candidatou a fundos comunitários para a respectiva realização.

Outro facto que quero referir é o de que não resultou nenhuma das acções minimizadoras das consequências ambientais. É preciso lembrar que a comissão de acompanhamento da acção de esvaziamento da barragem só foi criada depois de várias associações e câmaras municipais terem instado o Governo a fazê-lo. Isto é, só sob pressão de resposta a uma situação é que o Governo deliberou criar aquela comissão. Portanto, repito que aquela comissão não foi criada por iniciativa própria do Governo mas devido a pressões exteriores.

Para além disto, não resultou a obra que tinha sido acordada. Isto é, não resultou a construção do dique, como se prova pelas visitas ao local e por toda a informação que há disponível, e também não resultou a transferência de peixes. Nada disto resultou pois os meios utilizados foram pouco adequados, porque certamente haveria pouco dinheiro para realizar aquela operação e porque a mesma foi feita com muito pouco cuidado. A somar a tudo isto há, ainda, o facto de, posteriormente ao esvaziamento, ter sido pouco cuidado o destino final dos peixes mortos. Quer dizer, após tudo visto e ponderado, pode afirmar-se que se tratou de uma obra conduzida de forma totalmente leviana. Mais: foi uma obra conduzida de forma incompetente e com grave negligência.

De facto, não é possível pensar de outra maneira, já que toda a gente sabia que uma operação daquele género era muito complicada e, naturalmente, devia ter-se exigido um estudo das implicações ambientais, de modo a minorar os seus efeitos negativos. É que não se esvazia uma barragem com 40 km de extensão sem que se tenha cuidado com o que acontecerá em seguida!...

O problema é que este facto veio demonstrar a total incapacidade da Administração em considerar ao mesmo nível a questão do património ambiental e a da agricultura, a necessidade de reparar a barragem e a continuação do abastecimento de águas regantes. Esta acção é reveladora de que, na sua decisão política, o Governo menospreza sempre estes aspectos ambientais e de que estes não são tidos em consideração por ocasião da avaliação e decisão políticas.

Isto tem a ver com tudo o que o Governo pensa da questão ambiental. É que o Governo costuma «pintar de cor-de-rosa» o ambiente do País, considerando que os cidadãos portugueses ainda têm muito património ambiental para delapidar e que, portanto, um pouco mais de produção e um pouco mais de consumo talvez possam levar o cidadão a suportar um pouco mais de fuligem. Este é, na verdade, um problema político de fundo, tanto mais que este assunto não tem aquelas justificações desculpabilizantes que habitualmente ocorrem. Pelo contrário, neste caso, todas as circunstâncias constituem agravantes.

É que, quando ocorre um desastre ambiental deste tipo, o Governo costuma ter uma desculpa, ou melhor, os responsáveis pelo ambiente costumam ter a desculpa de que «isso foi cometido por outra direcção-geral ou por outro Ministério que não o do Ambiente». Claro que, depois, o Ministério do Ambiente diz que não sabia de nada, que lamenta o que aconteceu e que tudo teria sido diferente se tivesse tido conhecimento prévio do ocorrido. Só que, desta vez, esta obra foi feita por serviços do Ministério do Ambiente, sob responsabilidade directa e com o acompanhamento, do princípio ao fim, da Direcção-Geral dos Recursos Naturais, que é a principal direcção-geral deste Ministério...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — E por despacho do Secretário de Estado!

O Orador: — ... e este é um facto que vem agravar toda a situação.

Se tivesse sido um impacte ambiental causado, por exemplo, pela Junta Autónoma de Estradas já estaríamos habituados à resposta do Ministério do Ambiente, que diria que «não temos pessoal para compensar o excessivo ‘belão armadismo’ da Junta Autónoma de Estradas!» Mas o que se passa tem a agravante de ter sido cometido pelos serviços do próprio Ministério.

A segunda agravante é a de que, desta vez, também não serve de desculpa o facto, que normalmente ocorre, de só mais tarde se conhecerem as implicações e as consequências ambientais, já que o Ministério do Ambiente costuma alçar que se tivesse sabido com antecedência não teria havido problemas.

É que, neste caso, o Ministério do Ambiente foi avisado inúmeras vezes antes de ter procedido ao esvaziamento da barragem. Houve várias reclamações, várias notícias na imprensa, as associações ecologistas manifestaram a sua preocupação e as câmaras da região chamaram a atenção para uma obra deste género não ser feita sem ter em

consideração as implicações ambientais. Houve queixas e reclamações mas o Estado fez «ouvidos de mérereador». O Estado nada fez nem disse uma palavra! Só no limite, quando já nada mais podia fazer, é que o Estado criou a tal comissão de acompanhamento.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — É um verdadeiro escândalo!

O Orador: — Depois de avisado, de inquirido e de pressionado, o Ministério manteve a decisão de fazer a obra naquelas circunstâncias. Aliás, para justificar a pressa, o Sr. Secretário de Estado disse que «estávamos à beira da ruína da barragem, a segurança das pessoas não estava assegurada». Isto é, os senhores não foram capazes de dar uma explicação técnica fundamentada às pessoas que, na altura, vos perguntaram quais as razões de tamanha pressa. Ora, pessoalmente, estou convencido que a razão da pressa não a foi a invocada pelo Sr. Secretário de Estado. De facto, acho que se tratou de uma razão mais comezinhas: gastar o dinheiro dos fundos comunitários que já estava disponível, razão esta que, aliás, preside a muitas outras acções do Governo, desprezando as implicações ambientais, neste como noutras sectores. Basta vernios a política florestal e a das obras públicas para percebermos que a vertigem «crescentista» e «betão armadista» do Governo é a de gastar o dinheiro a fazer obra, preocupando-se pouco com o património ambiental.

Protestos do PSD.

É bom fazer obra, Srs. Deputados. O problema é não considerar o património ambiental ao mesmo nível da importância da obra. Isso é mau em qualquer sítio do mundo! Se os Srs. Deputados ainda não perceberam isto, também ainda nada perceberam o que está para vir. É que vem aí uma revolução, uma nova ordem, que obriga a considerar a problemática ambiental como a questão central do desenvolvimento...

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É tão importante ter uma boa estrada como não ter tido os peixes mortos no rio. E se os senhores não dão tanta importância a isto é porque ainda não «encaixaram» na vossa doutrina a problemática ambiental e, portanto, estes aspectos não constam da vossa decisão política.

Protestos do PSD.

Há ainda outra agravante. É que, depois de tantas solicitações, depois de terem sido pedidos tantes esclarecimentos e depois de tantas queixas, a Administração, neste caso, manteve-se muda, silenciosa e nada cooperante. Isto põe a nu o que vai de hipocrisia no discurso ambiental do Governo.

Todos os dias e em todas as reuniões, os Srs. Governantes chamam a nossa atenção dizendo que é preciso lançar uma grande campanha de sensibilização ambiental dos cidadãos: «cidadãos, lideremos a batalha pelo ambiente!» Mas que se passa quando os cidadãos lideram essa batalha? O Governo não dá ouvidos! Portanto, quando o Governo fala em educar os cidadãos, quero afirmar, com frontalidade, que considero que, do ponto de vista ambiental, é muito mais importante educar o Governo do que os cidadãos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Essa campanha de educação ambiental do Governo, a consideração da importância ambiental na decisão política, é algo a que o Governo tem de prestar atenção e que não pode desprezar, como tem feito até agora.

Repto que a educação ambiental é talvez mais importante no Governo do que nos cidadãos. Entre cidadãos e Governo, peço meças a quem tem mais consciência ambiental.

Neste caso, a Administração comportou-se de acordo com a sua velha tradição: arrogante, com hermetismo, distante, com rigidez. Não «passou cartão» a nenhuma queixa, a nenhuma reclamação, a nenhum aviso. Pelo contrário, a Administração comportou-se segundo uma velha tradição portuguesa — a do mais absoluto secretismo —, o que é completamente contraproducente em relação ao que queremos fazer para a política de ambiente. A política de ambiente vai mal por este Estado, pois exige uma administração aberta e participada e não há nenhuma possibilidade de os cidadãos participarem na questão ambiental se não tiverem também acesso à informação.

Este é um velho defeito da administração pública portuguesa e da doutrina da direita portuguesa. Esta considera a Administração como tratando dos segredos de Estado e que estes não são passíveis de publicidade porque os cidadãos não os entenderiam. A direita portuguesa precisa de encaixar na sua doutrina a administração aberta como condição de eficácia na política ambiental.

O Sr. José Lello (PS): — Muito bem!

O Orador: — Outra circunstância, é que a obra foi feita ilegalmente, como afinal de contas nos esclareceu o Sr. Deputado Macário Correia. Já não tínhamos dúvidas, nós próprios o tínhamos afirmado, mas realçamos o facto de a bancada da maioria ter feito ver que isso era uma obrigação.

No caso de ser justificada por razões de tempo a não realização de estudos de impacte ambiental — admitindo —, era preciso justificar isso à Comissão das Comunidades Europeias. Esse relatório não está feito ou não foi feito — pelo menos não nos foi dado conhecimento — e, portanto, a obra é ilegal e ficou mais ou menos provado isso neste debate.

Agradeço a intervenção do Sr. Deputado Macário Correia porque veio pôr luz nisto. A obra foi ilegal, pois não foi feito um estudo de impacte ambiental. Diz o Governo que tal não era preciso, mas mesmo assim era pelo menos necessário justificar as razões por que não o fazia, justificar as razões da pressa e, portanto, fazer um relatório expondo essas razões para que tivéssemos uma situação legal. Portanto, a situação foi ilegal!

Finalmente, outra circunstância agravante foi o silêncio dos responsáveis. Peço aos Srs. Deputados que ponderem este assunto desta forma: há um incidente ambiental grave, como as imagens nos mostraram. Há as circunstâncias em que tudo aquilo ocorreu, com os sinais anteriores de aviso e de cautela lançados por algumas organizações. O que é que o Governo respondeu a isto? Nada! Não fez nem uma declaração!

Já foi aqui referido que o Sr. Ministro, com a sua débil intervenção política no caso do Parque Natural da Arrábida, ficou com certeza assustado com a sua *performance* política e possivelmente considerou melhor, não dizendo

nada. Mas devia essas palavras ao País, como as devia o Ministério do Ambiente, porque não é legítimo, sempre que há um desastre ambientalmente grave, ninguém ser responsável, ninguém dizer nada, como se tal não respeitasse ao Sr. Ministro nem ao Sr. Secretário de Estado.

Nunca este procedimento foi seguido anteriormente. Enquanto secretário de Estado, o Sr. Deputado Macário Correia, com o qual tivemos disputadíssimas refregas políticas, sempre assumiu as suas responsabilidades e, mesmo sem estar de acordo, sempre aqui veio discutir connosco estas questões. Ia à televisão expor o seu ponto de vista, com o qual várias vezes esta bancada e a do Partido Comunista não concordava, mas vinha discuti-lo connosco. Desta vez há uma fuga inadmissível às responsabilidades. Este comportamento do Governo é inadmissível, o País precisava de uma palavra dos responsáveis e não a teve.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Em conclusão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o juízo político desta questão está feito. Foi uma grosseira leviandade, foi uma enorme incompetência, principalmente porque não havia razão para que tivesse sido assim. Um pouco mais de cuidado e ter-se-iam evitado enormes prejuízos e isto é uma mancha que afecta a credibilidade da política de ambiente do País, pois o mundo vai este ano discutir o que foram os últimos 20 anos de política ambiental e pede-nos, a nós portugueses, que enviemos um relatório dizendo em que ponto está a nossa política de ambiente! Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, penso que apenas lhe podemos dizer que, 20 anos depois, em Portugal ainda acontecem coisas destas.

Este caso é um exemplo do nível a que está a nossa política de ambiente, é um exemplo que nos devia chocar e incomodar para que isto não voltasse a acontecer. O relatório que vamos enviar, infelizmente, é um relatório propagandístico, que apenas serve, digamos, para mostrar lá fora, «para inglês ver» aquilo que não existe no País.

Como disse, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o nosso juízo político está feito. Não precisamos de inquérito para dizer que isto foi uma má decisão política, que foi fruto de uma enorme leviandade e que foi uma grosseira incompetência. Mas temos por bem que Os Verdes tenham trazido este assunto a debate e queiram averiguar as responsabilidades de cada um dos intervenientes neste caso. E como é tradição do Partido Socialista, quando alguém quer exercer o seu direito de fiscalização dos órgãos de governo com esse instituto, votamos naturalmente a favor.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e dos deputados independentes João Correedor da Fonseca e Mário Tomé.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado José Sócrates, o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais e o Sr. Deputado João Maçãs. Contudo, devo informar a Câmara que o Sr. Deputado José Sócrates esgotou o tempo disponível do seu grupo parlamentar.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, apesar de o Sr. Deputado José Sócrates ter afirmado, de uma forma que consideramos

pouco exigente do ponto de vista democrático, que tudo estava já clarificado neste debate — e daí deduzimos que o Partido Socialista vai votar contra a realização do inquérito parlamentar —, pensamos que um eventual pedido de esclarecimento do Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais poderá ajudar o Sr. Deputado José Sócrates a mudar de ideias. Daí que lhe queiramos dar a oportunidade de o fazer publicamente e o Governo tem muito prazer em conceder um minuto ao Sr. Deputado José Sócrates para responder ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Maciel.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr. Presidente, o meu grupo parlamentar tem uma intervenção prevista. Porém, dado que lhe resta tempo, cede também um minuto ao Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. Presidente: — Assim sendo, o Sr. Deputado José Sócrates dispõe de dois minutos para responder aos pedidos de esclarecimento.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Sócrates: Gostava de lhe fazer duas perguntas porque tive alguma dificuldade em perceber, na globalidade, a intervenção que fez e, em particular, em relação a dois pontos que, para mim, não foram rigorosamente nada claros e que são os pontos essenciais.

A primeira pergunta que lhe quero colocar é a seguinte: entende o Sr. Deputado que, havendo dúvidas de alguma natureza sobre a estabilidade da barragem em si mesma e possibilidade de ocorrer um acidente de algum tipo, seria ou não acertado tomar uma decisão igual àquela que foi tomada? É que, Sr. Deputado, não adianta dizer «estou convencido de que», «creio que», «parece-me que», «haveria outras soluções», «podia-se fazer isto», «podia-se fazer aquilo»... Aquele era um problema concreto que tinha de ter uma solução concreta, os riscos dependentes de uma situação deste género eram gravíssimos e havia que tomar uma decisão. Gostava que o Sr. Deputado esclarecesse o que é que pensa sobre isto, porque as decisões não são tomadas sobre hipóteses, sobre viabilidades eventuais.

A segunda questão é esta: sabe o Sr. Deputado quanto tempo demora a elaborar um estudo de impacte ambiental nos termos em que ele é definido na lei? Podia deixar-lhe a pergunta e esperar pela resposta, mas vou dar-lha: demora cerca de um ano! Gostava de saber se o Sr. Deputado concorda com isso.

Vamos ser tecnicamente rigorosos: o vazamento de uma albufeira pressuporia que fossem tomadas medidas minimizadoras com um tempo de avanço suficiente para que, quando este viesse a ocorrer, tudo tivesse sido minimizado. Todavia, concretamente, gostaria de saber se considera efectivamente compatível a elaboração de um estudo de impacte ambiental com a iminência de uma situação de risco.

Por último, tenho uma enorme dificuldade em entender as considerações marginais que se fizeram sobre o Sr. Ministro do Ambiente, sobre o Governo, sobre o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, quando foi claro — mas se não o foi, eu repito — que o Governo, caso a

vossa decisão venha a ser a realização do inquérito, está completamente disponível, como lhe compete, aliás, e outra posição não poderia ter, para dar todo o apoio que entenderem por necessário. Pergunto-lhe se pensa que se efectivamente sentíssemos culpas neste processo tomávamos esta atitude.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Maçãs.

O Sr. João Maçãs (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Sócrates: Quero colocar-lhe duas ou três questões, começando por lhe dizer que não foi suficientemente rigoroso quando disse que competia aos serviços e à administração a responsabilidade da obra. Essa responsabilidade competiu, clara, directa e exclusivamente, à Associação de Regantes do Vale do Sorraia. Esta é a realidade! Aos ministérios apenas competiu o acompanhamento da obra, o que é uma situação perfeitamente diferente.

Disse também que o Governo foge à responsabilidade de assumir a situação. Sr. Deputado, quero-lhe lembrar — aliás, o Sr. Secretário de Estado acabou de o frisar agora mesmo — que o Governo aceita prestar todos os esclarecimentos e penso que o meu grupo parlamentar viabilizará naturalmente o inquérito parlamentar, com o que, pessoalmente e como deputado pelo distrito de Portalegre, me congratulo imenso. Portanto, nem o Governo nem o PSD estão minimamente empenhados em ocultar seja o que for, antes pelo contrário, Sr. Deputado.

Penso que não vale a pena estar a insistir, pois ninguém duvida que o processo possa, eventualmente, ser criticável. Já foi assumido pelo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, já foi assumido por mais do que um deputado da maioria e ninguém tem dúvidas sérias em relação a isso.

Sr. Deputado José Sócrates, também era muito importante que, ao invés de estarmos aqui imbuídos apenas de uma ânsia de perseguição a responsáveis ou a potenciais responsáveis, tivéssemos também a disponibilidade para, por consenso, sermos capazes de assumir este processo como eventualmente criticável. Faça-se o inquérito parlamentar não com o intuito de encontrar responsáveis e puni-los mas, sobretudo, com a intenção de que daqui possa colher-se uma lição que venha a prevenir eventuais situações futuras. Isto é que me parece que seria salutar, Sr. Deputado.

A questão que gostaria de colocar-lhe é a seguinte: como é que o Sr. Deputado garante que havia soluções alternativas para a reparação da barragem? Quero dizer-lhe que, de acordo com aquilo que foi a resposta da empresa contactada pela Câmara Municipal de Avis, não havia qualquer tipo de certeza. Em relação a essa consulta, aquilo que foi respondido pela empresa foi no sentido de que teria de «proceder a um estudo definidor dos princípios, orientador das soluções e intervenções inerentes à solução do problema, de forma a servir de elemento base para a suspensão, adiamento ou ratificação da intenção de esvaziamento da albufeira».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates, usando os dois minutos que lhe foram cedidos.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado: Fiz um juízo político sobre esta matéria e disse que este capítulo estava, para mim, encerrado politicamente, o que não quer dizer que ele esteja encerrado no que se refere à averiguação de responsabilidades desta obra por parte das diversas entidades, que é o que pretende o Grupo Parlamentar de Os Verdes com a apresentação deste inquérito parlamentar.

Sr. Secretário de Estado, não vou «nesse filme» que o senhor pretende criar, dizendo que não houve tempo para acautelar nenhuma das situações ambientalmente controversas, porque aquilo ameaçava ruir...

Sr. Secretário de Estado, foi o próprio Governo que criou a dúvida, quando se recusou a tornar públicos todos os projectos de reconstrução da barragem; foi o Governo que não respondeu a cartas da Liga para a Protecção da Natureza, pedindo exactamente isso. De facto, a Liga escreveu várias cartas e o seu ministério nunca respondeu! Ora, é essa dúvida, que deriva do silêncio do Governo, que é legítima.

O Sr. Secretário de Estado disse que eu tinha feito considerações marginais sobre o Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais. De facto, não sei a que é que o senhor está a referir-se, uma vez que o facto de o Sr. Ministro estar ou não presente não é nada marginal; ter ou não disponibilidade para acompanhar o inquérito, como V. Ex.^º sabe; não é um direito que lhe assiste mas, sim, um dever, por isso acho muito bem que o punhamos de lado. Aliás, esse é um dever que compete à Administração e nem sequer me passa pela cabeça que fosse outro o procedimento a adoptar.

Sr. Deputado João Maçãs, não estou de acordo com a sua tentativa de desresponsabilização do Governo nesta matéria. Naturalmente que o dono da obra é a Associação de Regantes, mas quem é responsável tecnicamente pelo evoluir da obra é a Direcção-Geral dos Recursos Naturais e a Direcção-Geral de Engenharia Agrícola.

O Sr. Deputado reconhecerá que é, digamos, muito excessivo tentarmos arranjar um bode expiatório na Associação de Regantes. Não, senhor! Tudo aquilo é da responsabilidade, em primeiro lugar, do Governo e da Direcção-Geral dos Recursos Naturais e, naturalmente, dos responsáveis políticos, uma vez que uma operação daquelas envolve também uma decisão política, que é feita ao mais alto nível.

Finalmente, gostaria de dizer que me congratulo pelo facto de o PSD aprovar este inquérito. Congratulo-me sinceramente e sei que o PSD não quer ocultar nada, mas quanto ao Governo já não posso dizer o mesmo, porque desde esse momento até hoje não prestou quaisquer esclarecimentos — e foram-lhe pedidos alguns — sobre esta matéria.

Em resumo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, isto foi uma nódoa lançada sobre o País! Foi uma nódoa na política ambiental, que tardará a esquecer e a apagar-se.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vão ser lidas as actas das diferentes eleições que tiveram lugar durante o dia de hoje.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a acta respeitante à eleição dos representantes dos grupos parlamentares no Conselho Nacional de Educação é do seguinte teor:

Aos 16 dias do mês de Janeiro de 1992, na Sala D. Maria do Palácio de São Bento, procedeu-se à eleição dos representantes dos grupos parlamentares no Conselho Nacional de Educação. Foi apresentada uma lista única, que obteve a seguinte votação:

Votantes: 201;
Votos sim: 186;
Votos não: 11;
votos brancos: 4.

Face ao resultado obtido, declaram-se eleitos todos os candidatos propostos, que são:

Carlos Lélis da Câmara Gonçalves, Ana Maria Benavente da Silva Nuno, Rui Manuel Vassal Namorado Rosa, Maria Bolco Tomé, Anabela Botelho Amaro Almeida.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores: *Belarmino Correia — Alberto Araújo — Maria Conceição Rodrigues — José Reis.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, proclamo eleitos como representantes dos grupos parlamentares no Conselho Nacional de Educação os cidadãos Carlos Lélis da Câmara Gonçalves, Ana Maria Benavente da Silva Nuno, Rui Manuel Vassal Namorado Rosa, Maria Boleo Tomé, Anabela Botelho Amaro Almeida.

O Sr. Secretário vai ler a acta respeitante à eleição de dois membros para o Conselho Superior da Defesa Nacional.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a acta é do seguinte teor:

Aos 16 dias do mês de Janeiro de 1992, na Sala D. Maria do Palácio de São Bento, procedeu-se à eleição de dois membros para o Conselho Superior da Defesa Nacional:

Votantes: 201;
Candidato proposto pelo PSD: Fernando Cardoso Ferreira;

Votos sim: 173;
Votos não: 15;

Candidato proposto pelo PS: Eduardo Ribeiro Perreira;

Votos sim: 173;
Votos não: 15;

Para ambos os candidatos:

Votos brancos: 11;
Votos nulos: 2.

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para o Conselho Superior da Defesa Nacional os seguintes candidatos:

Dr. Fernando Cardoso Ferreira e engenheiro Eduardo Ribeiro Pereira.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores: *Belarmino Correia — Alberto Araújo — Maria Conceição Rodrigues — José Reis.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, face aos resultados, proclamo eleitos como membros do Conselho Superior da Defesa Nacional o Sr. Dr. Fernando Cardoso Ferreira e o Sr. Engenheiro Eduardo Ribeiro Pereira.

Vai ser lida outra acta, respeitante à eleição para o cargo de presidente do Conselho Nacional de Educação.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a acta é do seguinte teor:

Aos 16 dias do mês de Janeiro de 1992, na Sala D. Maria do Palácio de São Bento, procedeu-se à eleição para o cargo de presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo sido apresentada uma única candidatura pelo Partido Social-Democrata, do cidadão Prof. Doutor Eduardo Carrega Marçal Grilo. A eleição obteve o seguinte resultado:

Votantes: 201;
Votos sim: 145;
Votos não: 46;
Votos brancos: 10.

O candidato apresentado foi eleito por ter obtido a maioria qualificada constitucionalmente requerida para o efecto.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores: *Belarmino Correia — Alberto Araújo — Maria Conceição Rodrigues — José Reis.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, proclamo eleito presidente do Conselho Nacional de Educação o Sr. Prof. Doutor Eduardo Carrega Marçal Grilo.

Vai ser lida a acta respeitante à eleição para o cargo de presidente do Conselho Económico e Social.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a acta é do seguinte teor:

Aos 16 dias do mês de Janeiro de 1992, na Sala D. Maria do Palácio de São Bento, procedeu-se à eleição para o cargo de presidente do Conselho Económico e Social, tendo sido apresentada uma única candidatura pelos Partidos Social-Democrata e Socialista, a do cidadão Dr. Henrique Nascimento Rodrigues:

Votantes: 201;
Votos sim: 151;
Votos não: 38;
Votos brancos: 12.

O candidato apresentado foi eleito por ter obtido a maioria qualificada constitucionalmente requerida para o efecto.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores: *Belarmino Correia — Alberto Araújo — Maria Conceição Rodrigues — José Reis.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, proclamo eleito presidente do Conselho Económico e Social o Sr. Dr. Henrique Nascimento Rodrigues.

Finalmente, vai ser lida a acta respeitante à eleição para o cargo de Provedor de Justiça.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a acta é do seguinte teor:

Aos 16 dias do mês de Janeiro de 1992, na Sala D. Maria do Palácio de São Bento, procedeu-se à eleição para o cargo de Provedor de Justiça, tendo sido apresentada uma única candidatura pelos Partidos Social-Democrata e Socialista, do conselheiro Dr. José Manuel Menéres de Sampaio Pimentel:

Votantes: 201;
Votos sim: 134;
Votos não: 48;
Votos brancos: 19.

O candidato apresentado foi eleito por ter obtido a maioria qualificada constitucionalmente requerida para o efeito.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores: *Belarmino Correia — Alberto Araújo — Maria Conceição Rodrigues — José Reis*.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, proclamo eleito Provedor de Justiça o Sr. Dr. José Manuel Menéres de Sampaio Pimentel.

Srs. Deputados, voltando ao tema hoje em análise, dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, que a solicitou para defesa da consideração.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente, gostaria de corrigir o Sr. Deputado José Sócrates, informando-o do seguinte: desde 5 de Novembro, data em que tomei posse, recebi duas vezes, para tratar do assunto da barragem do Maranhão, a Liga da Protecção da Natureza e tive uma reunião com esta e com a Câmara Municipal de Avis.

Contudo, lamento que o Sr. Deputado, em vez das afirmações laterais que produziu, não tenha respondido às perguntas que lhe fiz.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado: Em primeiro lugar, não fiz qualquer referência a reuniões, e sei que as teve, mas o certo é que o Ministério do Ambiente ainda não deu qualquer resposta escrita a nenhuma das solicitações que a Liga para a Protecção da Natureza lhe fez, por escrito, e sempre se recusou a prestar quaisquer esclarecimentos no que respeita ao projecto da obra.

De qualquer forma, penso que lhe respondi, no essencial, à questão que levantou. Então, o que é que o Sr. Secretário de Estado disse? Bom, referiu que a obra não podia esperar, que não puderam fazer-se estudos de

impacte ambiental — e, portanto, a obra foi ilegal —, que não puderam avaliar-se as implicações ambientais, por causa do tempo, porque aquilo iria ruir. Em síntese, foi isto que o senhor nos disse.

Mas, Sr. Secretário de Estado, não acredito nisso e penso que a razão principal foi a utilização dos fundos comunitários e o total desprezo pelas implicações ambientais.

E, mais, Sr. Secretário de Estado, penso que o cerne da questão está aqui: o Sr. Secretário de Estado nunca forneceu — e se esta Assembleia aprovar o inquérito terá de fazê-lo — a nenhuma entidade, nem sequer às câmaras, o estudo técnico que aconselhava a intervenção de imediato e que punha como única solução o esvaziamento da barragem.

De facto, repito e mantendo o que já disse: o seu ministério nunca respondeu por escrito e, desculpe-me, Sr. Secretário de Estado, mas dizer isto não ofende a consideração de ninguém, porque é a pura, simples e singela verdade.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Maciel.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A consciência ecológica deve instalar-se permanentemente em todo e qualquer processo de decisão que desencadeie actuações na Natureza com consequências nefastas previsíveis.

A consciência ecológica do Grupo Parlamentar do PSD está consternada e entristecida com o desfecho da operação de reparação das comportas de descarga de fundo da barragem do Maranhão.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — O vazamento de cerca de 200 milhões de metros cúbicos de água provocou o desaparecimento de um leque significativo de espécies animais como batráquios (rã verde, rela e tritão), crustáceos (camarão e lagostim de água doce), répteis (cobra-d'água e cágado) e peixes (achigã, perca, boga, barbo, carpa, entre outras).

Devido à radical alteração do ecossistema lagunar da albufeira, outras espécies perderam as razões do seu habitat, como a lontra (mamífero protegido por lei) e aves nidificadoras, como o milhafre preto, o corvo-marinho, o pato real, o alcatraz comum, a águia calçada e a gaivota.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Tantas aves sem poderem fazer um ninho com garantias de plena subsistência das suas proles! Obviamente que demandarão outras paragens, na ânsia de encontrarem um equilíbrio ecológico cada vez mais difícil nos ecossistemas.

A flora aquática da albufeira do Maranhão era representada, sobretudo, por algas cianófitas ou azuis que já conferiam um grau de meso-eutrofia à albufeira, pelo que a sua perda não assume grande delicadeza biológica.

Já a fauna aquática era diversificada e abrangia uma população ictiológica rica em espécies e número de indivíduos. A quantidade de peixe que viria a morrer rondou, segundo estimativas governamentais, 250 t. Outras fontes referem números até 800 t. Os exemplares eram bem desenvolvidos e dariam, certamente, óptimos reprodutores. A albufeira estava superpovoada. No decorrer desta

repugnante mortandade praticaram-se actos cuja crueldade e barbárie repudiamos, como a incineração de 40 t de peixe com pneus e consequente enterramento no leito da própria albufeira.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Ao que consta, foram também enterradas outras quantidades de peixe no rebordo do leito da mesma albufeira.

Os hidrocarbonetos exalados poluíram o ar. Os resíduos da combustão contaminaram cursos de água e a massa putrefacta enterrada é local de alto risco para focos infecciosos e contaminação posterior do lençol de água da nova albufeira. Houve mesmo quem esmagasse peixes agonizantes com pedras.

Esclareça-se que a água da albufeira é utilizada na rega e refrigeração industrial, pelo que a existência, no futuro, de eventuais partículas orgânicas em suspensão não inviabiliza essas funções mas causa apreensão natural na obtenção de garantias para um repovoamento científico-memente bem sucedido e criterioso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia é uma entidade de direito privado concessionária da exploração, utilização e conservação da barragem do Maranhão e sua albufeira desde 1959. Foi ela quem decidiu executar a obra de reparação, aliás indispensável, tendo pois autorizações da Secretaria de Estado da Agricultura e da Secretaria de Estado dos Recursos Naturais. A deterioração de material submerso há 35 anos provocou reccios de um colapso operacional das comportas de descarga de fundo, as quais possibilitam a remoção dos detritos e escolhos aglomerados no leito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Havia mesmo quem, tecnicamente, vaticinasse o rebentamento das comportas e a daniificação da própria estrutura da barragem, o que — a acontecer — provocaria uma diluviana e devastadora inundação afectando populações, haveres e culturas. Só que, e esta é a minha opinião pessoal, quem esperou passivamente tantos anos para reparar material deteriorado devia ter delineado oportunamente um programa atenuante das nefastas consequências para a ecologia e actividades económicas da região, como a indústria, o turismo, o comércio, a agricultura e a pesca comercial e desportiva.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Era aconselhável um estudo de impacte ambiental.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Todavia, o grande reccio de que as comportas, ao falharem, causassem uma tragédia, pesou na decisão de dispensá-lo para ganhar tempo e agir eficazmente no debelar das deficiências técnicas. Ou seja, face à impossibilidade técnica de reparar as comportas por mergulho, o vazamento da albufeira tornou-se inevitável.

A principal preocupação deveria ter sido salvaguardar ao máximo possível o potencial biológico do ecossistema e afectar ao mínimo possível as actividades económicas

dele dependentes. A precipitação dos acontecimentos levava-nos a crer que esse objectivo foi só parcialmente atingido.

Nota-se a ausência de uma eficaz e antecipada cooperação entre os organismos responsáveis da administração central, a Câmara Municipal de Avis e a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia para obviar a lamentáveis prejuízos. Impunha-se, por exemplo, a construção a tempo e horas de um dique de retenção, a par de operações de transferência de peixe para outros cursos de água.

Tais acções, por decisão de uma comissão de acompanhamento criada pelo Governo, chegaram a ser postas em prática mas fracassaram...

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... nos seus propósitos, dada a precariedade dos meios empregues e porque o tempo que decorreu entre a tomada da decisão e o início do vazamento foi insuficiente para garantir sucesso a uma operação de salvação com essa magnitude e delicadeza. Nem um simples adiamento da reparação foi possível conseguir, dado o reccio, generalizado — nalguns casos até, o pânico —, de que as comportas estivessem no limite da operacionalidade e da sua resistência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vazar uma albufeira por motivos técnicos pode ser inevitável e tem sempre custos biológicos. Mas os desastrosos resultados ecológicos desta operação de reparação são o mais eloquente aviso de que a preocupação ambiental deve acompanhar sempre as decisões que impliquem interferências directas num determinado ecossistema.

Queremos averiguar melhor para prever melhor.

Vamos aprovar este pedido de inquérito parlamentar....

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Vão absolver o Governo, como sempre!

O Orador: — ... mas não faremos dele uma arma de arremesso pessoal ou um palco de exibições políticas sensacionalistas à custa da desgraça ambiental.

Queremos que este inquérito parlamentar produza conclusões objectivas dentro de prazos funcionais e razoáveis. Esta é a preocupação primacial do PSD, não só para este inquérito, mas para todos os outros que, eventualmente, surjam.

Não pactuaremos com a banalização desta digna figura regimental através da sua injustificada invocação para inquirir, sem critérios, por tudo e por nada, ora na área ambiental, ora em qualquer outra.

No contexto da reforma do Parlamento em preparação, achamos útil lembrar a necessidade de se dignificarem as comissões parlamentares de inquérito na sua criação, funcionamento, atribuições e conclusões.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Principalmente nessas!

O Orador: — Pela nossa parte, tudo faremos para conferir a este primeiro inquérito da VI Legislatura um verdadeiro significado de educação ambiental!

Aplausos do PSD, do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Não me diga que, após isto, vai pedir a demissão? . . .

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mário Maciel: Perante o conjunto de factos aqui apresentados, não só na minha intervenção mas também noutras que se lhe seguiram, e perante a sua intervenção, que contrasta fortemente com as da oposição, gostava de perguntar-lhe se não considera que há um sinal de tranquilidade e de confiança neste processo quando, à partida, o Governo manifesta a intenção, dentro do esquema regimental que lhe é permitido, de estar de acordo com a realização do inquérito, de facilitar e de criar todas as condições para que ele possa ser exaustivo.

Gostava ainda de lhe perguntar se não considera que, para quem provou ter tão poucos dados factuais na mão — e aqui tenho de fazer uma menção especial ao Sr. Deputado José Sócrates, enquanto que a atitude que o Governo toma, ainda que disponha de alguma informação, é a de, mesmo assim, aceitar que seja realizado um inquérito —, fazer um julgamento sem conhecer os factos, como foi o caso da oposição, é antecipar o resultado de um inquérito que, vamos ver, vai acabar por dar razão ao Governo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Narana Coissoró, pede a palavra para que efectue?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do CDS dispõe apenas de 3,7 minutos e, como vamos fazer uma pequena intervenção, perguntava ao Sr. Deputado Mário Maciel e porque o PSD dispõe de onze minutos, se me podia ceder um minuto para lhe pedir esclarecimentos, a fim de não prejudicarmos o tempo destinado à referida intervenção.

O Sr. Presidente: — O PSD cede-lhe esse tempo. Assim sendo, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Deputado Mário Maciel, não posso deixar de louvar a sua intervenção, em que, acima dos interesses do partido e das declarações muitas vezes descabeladas para apoiar, a qualquer custo, todas as atitudes, mesmo desastrosas, do Governo, V. Ex.º, pelo menos nesta matéria de ambiente, «põe os pontos nos ii» e criticou severamente o Governo — não digo este, porque talvez esteja à vontade, pelo que está a dizer-nos, mas os governantes do PSD nessa pasta — por tudo quanto tem sucedido na barragem do Maranhão.

Disse o Sr. Deputado que aceitava o inquérito e veio agora o Sr. Secretário de Estado dizer que isso significa tranquilidade de espírito. Ora, tal vem demonstrar, em primeiro lugar, que todas as vezes que o PSD recusou os inquéritos não tinha tranquilidade de espírito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Dizer nesta legislatura que se aceitam os inquéritos quando há tranquilidade de espírito, permite-nos saber que, no futuro, quando o PSD recusar os inquéritos, é porque não tem tranquilidade de espírito.

Aplausos do CDS, do PS, do PCP e de Os Verdes.

Em segundo lugar, gostaria também de lhe perguntar se não considera que o PSD devia sempre viabilizar os inquéritos, porque este instituto do inquérito, no Regimento e num regime parlamentar, está sempre ao serviço da oposição e nunca deve ser manejado pela maioria para obstar à fiscalização do Governo.

(O orador reviu.)

O Sr. Presidente: — Quero pedir aos serviços para imputarem o tempo da intervenção do Sr. Deputado Narana Coissoró ao PSD.

Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Maciel.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais e Sr. Deputado Narana Coissoró, quero agradecer os vossos pedidos de esclarecimento. Devo mesmo dizer que me sinto lisonjeado por ser interpelado pelo Governo, porque é a primeira vez que isso acontece.

Risos do PS e do PCP.

Vou começar por responder ao Sr. Deputado Narana Coissoró. Sr. Deputado, o meu grupo parlamentar considera a figura do inquérito parlamentar de grande dignidade e nobreza. Quando se invoca essa figura regimental, devem existir evidentes motivos para que ela prossiga a sua trajectória. Estamos neste momento em profundo trabalho de reflexão para conferir a essa figura regimental uma dignidade que decorra desde o acto da sua criação. Isto é, não devemos criar inquéritos parlamentares por tudo e por nada, banalizando a figura. Devemos, sim, criá-los quando existem sérios motivos de manifesta gravidade e considero que este caso é um deles. Como ecologista, estou bastante entristecido com aquilo que se passou e quero averiguar o que aconteceu. Portanto, neste caso, creio que se justifica plenamente a abertura de um inquérito parlamentar.

Isto prova — e já estou a responder ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais — que o Grupo Parlamentar do PSD tem uma consciência ecológica profunda e está ciente de que, sendo impossível evitar totalmente as disfunções ambientais (elas têm de existir), temos de fazer todo o esforço para prever e para prevenir, no futuro, idênticas situações.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por parte do Governo, registámos a sua total disponibilidade para ceder todas as informações que porventura lhes possamos pedir. Vamos certamente ouvir entidades políticas e técnicas responsáveis na matéria e consultar documentos factuais importantes. Até lá, o Grupo Parlamentar do PSD não irá emitir qualquer juízo, que seria certamente absurdo e precipitado.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, com o tempo máximo de um minuto, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Um minuto, Sr. Presidente, dá para dizer «viva a República!» e mais qualquer coisa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em nome de um discutível crescimento, a que não corresponde um desenvolvimento efectivo do País, verifica-se muitas vezes um tipo de actuação que põe em causa o meio ambiente e o bem-estar das populações.

Os crimes contra o ambiente sucedem-se a um ritmo preocupante e geralmente visam efeitos políticos ou lucros fáceis, nem que isso prejudique seriamente a harmonia da Natureza. Assistimos, alarmados, a verdadeiros atentados que ficam impunes, perpetrados em nome do tal crescimento e de uma falsa modernização, que provoca prejuízos incalculáveis. Este tipo de actuação é normalmente provocado por políticos incompetentes, por empresários sem escrúpulos e por autodenominados tecnocratas, que tudo esmagam à sua frente para atingirem os seus fins, sem respeito por valores humanos ou culturais.

O que se passou na barragem do Maranhão é mais um exemplo infeliz a apontar, onde existem por certo graves responsabilidades políticas a determinar. É evidente que situações deste teor não podem repetir-se nem devem continuar impunes. Há que esclarecer o que se passou e punir exemplarmente os responsáveis, sejam eles quem forem, entidades oficiais ou não.

Por isso, apoio a realização do inquérito parlamentar proposto, em boa hora, pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, ao qual agradeço o minuto que me disponibilizou.

(*O orador reviu.*)

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Peço a palavra, Sr. Presidente, para intercalar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, pedi há pouco a palavra para usar do direito regimental de defesa da consideração. Contudo, dado que se perdeu o momento em que o uso da palavra para esse efeito seria oportuno, permitir-me-ci, após todos os oradores terem concluído o debate sobre esta matéria, fazer uma breve interpelação à Mesa, se na altura o Sr. Presidente me autorizar.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os factos sobre os quais hoje nos debruçamos adquiriram uma dimensão pública correspondente à gravidade dos mesmos.

Os protestos que se registaram por parte de associações de protecção da Natureza, o envolvimento de autarquias e o número de entidades públicas e privadas envolvidas e relacionadas com todo este processo tornaram o vazamento da barragem em apreço um caso de repercussões políticas e públicas a que hoje damos justo eco. Tanto mais que é insistentemente afirmado por muitos intervenientes que as consequências para os ecossistemas decorrentes de um novo equilíbrio artificialmente produzido pela acção do homem são de dimensão tal que justificam a qualificação de catástrofe ecológica ou crime ecológico.

São ainda mencionados, para além disso, riscos para a saúde pública, consequências sociais e prejuízos económicos. Acusa-se a entidade administrante da barragem de ter procedido ao seu vazamento, desprezando ostensivamente as apreensões manifestadas pela autarquia de Avis e por associações ambientalistas e não levando a cabo, em clara violação da lei, um estudo de impacte ambiental, para além de não se terem executado eficazmente acções mitigadoras dos efeitos negativos sobre a fauna piscícola e sobre a saúde pública e de outros impactes ambientais negativos.

Desde logo, o CDS anota, sobre tudo isto, que ninguém contestou aqui a eventual necessidade de se proceder ao vazamento, mas, sim, o facto de não se terem realizado estudos sobre alternativas técnicas em face dos efeitos previsíveis.

Observamos, em segundo lugar, que o Governo nomeou uma comissão de acompanhamento, da qual fizeram parte a entidade administrante, direcções-gerais de tutela e autarquias, mas não fomos até agora informados quanto à conclusão dessa comissão e ao resultado desse acompanhamento.

Em terceiro lugar, observamos que é também regimentalmente objectivo de um inquérito parlamentar, para além de apreciar os actos do Governo e da Administração, averiguar o cumprimento da Constituição e das leis. Neste caso, o pedido de inquérito faz-se voz das acusações de algumas associações, nomeadamente a Liga de Protecção da Natureza, sobre a violação do preceituado legalmente, em particular pela ausência de estudo de impacte ambiental.

É público que o processo de vazamento ocorreu sem atendimento dos pedidos de adiamento e que a entidade administrante tinha nisso um interesse e uma urgência tal que obstruiu os estudos técnicos suportados por outros e não atendeu à autarquia de Avis. Também é público que o vazamento teve consequências gravosas no domínio da fauna piscícola e do ambiente, desde já detectáveis, para além dos prejuízos provavelmente ainda não contabilizados e, porventura, não contabilizáveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A actuação — ou a ausência dela — do Governo e do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, em particular, tornam este caso de relevância política. Entendemos, portanto, que a Assembleia da República não exercerá os seus deveres, de uma correcta e útil fiscalização de actuação do Governo, se não aprovar este pedido de inquérito.

Depois da intervenção do Sr. Deputado Mário Maciel, a aprovação do pedido de inquérito constitui já, de algum modo também, uma censura ao Governo pela sua actuação neste caso. Em consequência, o CDS votará favoravelmente.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, peço a palavra para intercalar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, se me permite, sob a forma de interpelação à Mesa, gostaria de fazer algumas breves

observações, que considero pertinentes, porque têm à ver, de forma genérica, com a figura do instituto de inquérito parlamentar.

Sr. Presidente, a presença do Governo neste debate, que não era exigível do ponto de vista regimental ou constitucional, e a forma como, mesmo informalmente, nestes últimos dois dias forneceu a todos os grupos parlamentares elementos que permitissem enriquecê-lo, bem como a abertura demonstrada para, no caso de a Assembleia da República assim o decidir, colaborar de uma forma activa e empenhada no esclarecimento de todas as responsabilidades ligadas a este caso, demonstram duas coisas: por um lado, o total respeito e compreensão democrática pelo papel do Parlamento que este Governo tem, sempre teve e continuará a ter no futuro, que não é comparável com anátemas não comprováveis e com a utilização, por vezes, de actos como arma de arremesso, por parte de alguns partidos da oposição; por outro lado, como disse o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, a total tranquilidade que o Governo tem em relação a esta matéria, como em quaisquer matérias que o Parlamento decida; a qualquer momento, investigar.

Por estas razões, não posso de forma alguma concordar com as afirmações do Sr. Deputado Narana Coissoró, dado que não cabe ao Governo viabilizar ou inviabilizar inquéritos. A tranquilidade do Governo é sempre a mesma, quer a Assembleia viabilize inquéritos parlamentares quer considere, pela voz muitas vezes da maioria, não os viabilizar.

No entanto, a solidariedade que existe, forte, e clara, entre o Governo e a maioria que o sustenta, solidariedade que aconteceu na anterior legislatura e que se mantém de uma forma sólida — não tenham qualquer dúvida! — nesta legislatura, faz com que eu possa também, humildemente, defender a maioria que sustenta o Governo e dizer que ela, em coerência, sempre defendeu inquéritos parlamentares que visavam apurar com seriedade factos ligados à vida da Administração, mas inviabilizou os que, pelo seu conteúdo, visavam, única e exclusivamente, denegrir a imagem pessoal deste ou daquele político, de acordo com a oportunidade política dos partidos da oposição.

Termino, Sr. Presidente, fazendo uma referência à forma como o Governo quer colaborar neste inquérito, caso seja viabilizado, estando disponível vinte e quatro sobre vinte e quatro horas para que ele se conclua rapidamente, de modo que todos os Srs. Deputados e, portanto, este órgão de soberania, entendam, de uma forma cabal, o que aconteceu em relação à barragem do Maranhão.

Oxalá a Assembleia da República imprima a celeridade a este inquérito que não imprimiu a outros, chegando a conclusões que sejam largamente consensuais, porque se assim for estamos convencidos que prestigiaria, logo no início desta legislatura, a figura do instituto do inquérito parlamentar.

Como o Governo — e volto a citar o que disse o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais — está de consciência tranquila, certamente se chegará à conclusão que, se existiram responsáveis, não foram certamente ao nível do poder político e do Governo de maioria do PSD.

Aplausos do PSD.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado tinha oito minutos para fazer uma intervenção. Não quis fazê-la e preferiu usar da palavra sob a figura da interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Não sejamos nominalistas, Sr. Deputado. Fez uma intervenção, pronto!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, eu também quero fazer uma interpelação, porque fui citado.

O Sr. Presidente: — Mas V. Ex.^e não tem tempo regimental.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, eu poderia, com o mesmo tom e a mesma ligeireza, dizer: fui citado, quero exercer o direito de defesa. Não o faço, porque sei que o Sr. Secretário de Estado não me ofendeu, mas já que fez uma interpelação, também tenho o direito de usar a mesma figura para dizer o que o nosso grupo parlamentar pensa sobre os inquéritos e a actuação do Governo. Trata-se do princípio da igualdade das armas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não dispõe de tempo.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, ouvir dizer tantas vezes que o Governo faz o favor de vir à Assembleia, mas até podia não vir, vai-se tornando maçador ouvir sempre dizer a mesma coisa.

Ora bem, este é um Parlamento onde há o dever de cooperação institucional, e todas as vezes que está o Governo em cheque, está também a Administração Pública, porque o Governo é que a representa, portanto, a vinda do Governo à Assembleia é cumprimento de um dever institucional e constitucional, e não um favor.

Estar sempre a dizer que o Governo vem mas podia não vir e demonstra um grande respeito pela Assembleia, quem muito fala em respeito, na verdade, pouco respeito mostra, porque quando há verdadeiramente respeito não é preciso dizer tanta vez: «nós respeitámos, nós respeitamos». Parece que querem esconder alguma coisa com as palavras bonitas.

Ora, quero lembrar ao Sr. Secretário de Estado um pequeno incidente — de que não deve estar completamente esquecido só pelo facto de ter passado da bancada do PSD para a do Governo — relacionado com o inquérito ao ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, em que o Grupo Parlamentar do PSD votou contra e o ministro fez uma declaração pública, exigindo o inquérito, porque se julgava tranquilo.

Então, os deputados do Grupo Parlamentar do PSD, como sabiam, que a oposição ia fazer o inquérito obrigatório através de assinaturas, perguntavam todos os dias se faltavam muitas assinaturas para puderem fornecê-las. Isto é, passou da posição de hostilidade ao inquérito para a de querer forçá-lo, pois recebeu ordens do Governo para o viabilizar, até porque já tinham fabricado as conclusões que depois apresentaram.

Porém, depois de o Sr. Deputado Mário Maciel ter dito, como devia, até porque é honesto: «não faremos qualquer juízo de valor antes de chegarmos às conclusões do inquérito» —, o que é uma posição absolutamente certa e inatacável —, o Governo, na sua velha pecha, vem dizer: «Já sabemos que as conclusões ser-nos-ão favoráveis.»

Cá está a diferença entre como se comporta o Governo e um deputado responsável, mesmo quando é do PSD!

(*O orador reviu.*)

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Sócrates pediu a palavra para que escrito?

O Sr. José Sócrates (PS): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente, no sentido de dar conhecimento a V. Ex.^a do que pensamos em matéria de inquéritos parlamentares, no seguimento da intervenção do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Presidente, notamos a necessidade que o Governo tem em referir como sendo da sua vontade o que é da sua obrigação.

O Governo já passou este debate enchendo a boca da vontade que tem em ser fiscalizado e inquirido. Percebemos que o Governo tenha vários complexos de culpa, mas é preciso pôr os pontos nos i's — o Governo tem essa obrigação! Portanto, não é necessário reafirmar politicamente tantas vezes, porque isso leva-nos a considerações que, porventura, passarão por reserva mental noutras circunstâncias em relação às mesmas coisas.

De facto, o Governo tem a obrigação da colaboração e da total disponibilidade para ser inquirido, se a Assembleia assim o decidir. É um dever de cooperação, não precisa de ser reafirmado tantas vezes. Esta insistência do Governo em reafirmar sempre a mesma coisa, como já fez notar o Sr. Deputado Narana Coissoró, revela alguma reserva mental quanto a situações futuras.

Queria ainda dizer que o nosso juízo político sobre a decisão está feito e já fiz uma intervenção explicando porquê.

Agora, o que se passa é que o Governo sempre omittiu deste debate, bem como do anterior com as diversas associações, a questão essencial: a de que o Governo tem de provar neste caso que as condições técnicas da obra aconselhavam a não se perder mais tempo, porque aquilo ameaçava ruína eminente e, portanto, as preocupações ambientais deviam ser secundárias.

Pela minha parte, digo com solenidade: não acredito nisso até que me o provem e, em segundo lugar, reafirmo que a minha convicção é a de que o Governo procedeu assim com o único objectivo de poupar dinheiro.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, naturalmente que o nosso grupo parlamentar está gratificado pelo facto de, no decurso deste debate, terem ficado provadas as inquietações, as preocupações e a justeza das críticas que foram feitas a todo este processo. E naturalmente gratificado pelo facto de a Assembleia da República ir realizar este inquérito parlamentar, no qual o nosso grupo parlamentar e o nosso partido se empenharam desde o início, dado que propusemos uma audição parlamentar, tendo sido proposta pelo Partido Os Verdes a figura do inquérito parlamentar.

O Sr. Secretário de Estado, quando interveio há pouco, afirmou que a oposição não trouxe quaisquer factos. Suponho que — e tenho razões para pensar isso — V. Ex.^a

não estava a referir-se ao Grupo Parlamentar do PCP, dado que trouxemos à colação uma quantidade enorme de factos concretos, alguns dos quais não foram desmentidos. Factos que procuraremos também carregar como contributo nosso para a comissão de inquérito.

Naturalmente que o Governo veio hoje aqui, não, como já foi referido por outros colegas das diversas bancadas, fazer um favor, mas pelo que está implícito no n.º 2 do artigo 257.º do Regimento, onde se afirma que «No debate intervêm um dos requerentes ou proponentes do inquérito, o Primeiro-Ministro ou outro membro do Governo [...]» — se não está explícito, pela menos implícita está a obrigação de o Governo estar presente quando se debate o inquérito parlamentar, o que é o caso. O Governo não fez nenhum favor: veio aqui ao abrigo de uma disposição regimental.

O que receio, Sr. Secretário de Estado, devido às suas últimas palavras, é que o PSD e o Governo estejam a aprovar este inquérito sob reserva mental, porque estão a antecipar conclusões, dizendo desde já que a responsabilidade é, com certeza, de quem executou a obra e não do Governo.

Sr. Secretário de Estado, prefiro assumir as palavras do Sr. Deputado Mário Macieli: «vamos ao inquérito e, no final, veremos de quem são as responsabilidades».

O Sr. Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Antes de iniciar a minha intervenção, depois da forma como decorreu o debate e da disponibilidade manifestada aqui por todos os grupos parlamentares para viabilizar este inquérito, não posso deixar, mais uma vez, de lamentar que o Sr. Secretário de Estado tenha feito aqui intervenções baseadas, sobretudo, num relatório que (aproveito para referir mais uma vez) foi encorajado. É com muita pena que o digo, porque o Partido Os Verdes apresentou este inquérito com todo o empenhamento, embora com dúvidas sobre a possibilidade de ele vir a ser viabilizado, e o Sr. Secretário de Estado, ao divulgar este relatório que é apontado como rigoroso, prejudicou a imagem com que o Governo poderia ter saído deste debate se se posicionasse a favor do inquérito.

O dique que foi construído na albufeira e que se diz no relatório, que permitiu que 65 % do peixe não morresse, serviu, Sr. Secretário de Estado, para enterrar o peixe — falta aqui os pneus que foram incendiados com todas as consequências nefastas desta situação.

Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados: Pela forma como decorreu este debate, ficou claro não só que a iniciativa do Partido Ecologista Os Verdes se justificava...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já esgotou o seu tempo. V. Ex.^a, seguramente, não vai ler isso tudo. Portanto, peço-lhe para resumir.

O Orador: — Pela forma como decorreu este debate ficou claro, não só, que a iniciativa do Partido Ecologista Os Verdes se justificava dada a relevância dos factos confrontados e a verificação de que houve e está a haver negligência dos serviços da Administração e do Governo, que tem permanecido impávido e sereno ao desenrolar dos acontecimentos, como contribuiu, atendendo até à forma empenhada como os Srs. Deputados se envolveram no debate, para chamar a atenção da Assembleia, do Governo

e do País para a importância que é necessário dar às questões do ambiente, nas suas múltiplas vertentes, sob pena de, irresponsavelmente, estarmos a comprometer o nosso futuro comum.

O vazamento da albuscira do Maranhão, nas condições e na forma como ocorreu, revela a necessidade de prosseguir, com um esforço redobrado, uma campanha alargada e diversificada de promoção da consciência ecológica dos Portugueses, a começar pela própria Administração.

A Assembleia da República ao decidir, como esperamos, aprovar o nosso pedido de inquérito poderá dar um passo importante na necessidade de maior transparência da Administração Pública e de transformar este atentado à vida e ao ambiente num caso exemplar, de forma a prestigiar o Estado português aos olhos dos cidadãos nacionais e da comunidade a que agora Portugal preside.

A não viabilização do inquérito parlamentar só poderia levar a compreender o quanto estão as consciências pesadas e a tentativa de esconder a negligência e as responsabilidades de uma administração que assim seria impulsionada a cometer ou a viabilizar novos crimes contra o ambiente por razões inconfessáveis.

Porque não acreditamos que algum partido representado na Assembleia da República queira assumir o ónus político de inviabilizar o apuramento de responsabilidades, independentemente de quem esteja em causa, estamos confiantes que os Portugueses, e em particular as populações dos concelhos de Avis e Mora, designadamente as suas autarquias locais, verão recompensados os seus esforços e empenhamento na denúncia deste atentado contra o ambiente, que poderá ter repercussões ainda imprevisíveis no desenvolvimento daquela região do nosso país.

Resta-nos esperar que o inquérito para apuramento de responsabilidades quanto à decisão e ao processo de vazamento da albuscira do Maranhão não tenha o mesmo fim que tiveram outros já realizados no Parlamento, Português.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, faço um apelo final para que estudem o Regimento e tenham o cuidado de enquadrar cada intervenção na figura regimental respectiva, sob pena de cairmos na anarquia do Regimento, o que é muito mau.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, peço a palavra para intercalar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, tem a palavra.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, para terminar este debate de uma forma pedagógica e regimental, queria dizer aos Srs. Deputados da oposição — que, em aparte, sugeriram ao Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares que se educasse regimentalmente — que eles não têm rigorosamente nenhuma razão.

Há pouco, quando fiz uma interpelação à Mesa, contestada pelo Sr. Deputado Narana Coissoró, e que originou depois uma sucessão de interpelações, fui-lhe porque fui o único que cumpriu religiosamente o Regimento da Assembleia da República.

O Regimento diz que num debate deste tipo há uma única intervenção do Governo e uma única intervenção por grupo parlamentar, sendo o tempo restante gerido em pedidos de esclarecimento. Portanto, ainda agora fomos complacentes com uma «entorse» regimental, quando o Partido Ecologista Os Verdes fez a segunda ou terceira intervenção de hoje.

Assim, este pecado de não ser rigoroso respeitador do Regimento da Assembleia da República não cabe, com certeza, ao Governo.

Protestos do PS, do PCP e do Partido Ecologista Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Não vai ser dada a palavra a nenhum Sr. Deputado. Uma vez que se tratou de uma interpelação à Mesa é esta que deve responder, caso contrário estaríamos perfeitamente desorganizados no nosso discurso.

A Mesa deu a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes porque o n.º 2 do artigo 257.º do Regimento atribui o direito de intervenção a um dos requerentes do inquérito, a um membro do Governo e a um representante de cada grupo parlamentar. Assim, no caso, a segunda intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes foi feita ao abrigo da parte final do n.º 2 do referido artigo.

Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Informo, entretanto, que a votação desta matéria terá lugar na sessão da próxima terça-feira.

A sessão de amanhã, que começa às 10 horas, destina-se à apreciação das petições n.º 251/V, 252/V, 257/V, 262/V e 266/V (4.º).

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.

António José Caciro da Motta Veiga.

António Maria Pereira.

Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.

Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.

José Pereira Lopes.

Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.

Luís Carlos David Nobre.

Manuel Joaquim Baptista Cardoso.

Maria Helena F. Mourão.

Pedro Augusto Cunha Pinto.

Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.

Partido Socialista (PS):

Carlos Manuel Costa Candal.

José Barbosa Mota.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.

Narana Sinai Coissoró.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Fernando Montciro do Amaral.
Guilherme Rodrigues Silva.
Licínio Moreira da Silva.

Partido Socialista (PS):

Alberto de Sousa Martins.
António Fernando Correia de Campos.
António José Martins Seguro.
António Luís Santos Costa.
António Manuel de Oliveira Guterres.
António Poppe Lopes Cardoso.

Gustavo Rodrigues Pimenta.
Helena de Melo Torres Marques.
Jorge Paulo Almeida Coelho.
José Manuel Magalhães.
José Martins Goulart.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Manuel Alegre Melo Duarte.
Mário Manuel Videira Lopes.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes.
João António Gonçalves do Amaral.
Miguel Urbano Tavares Rodrigues.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



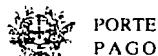
DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 252\$00
